

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO**

WILLIAM MARTINS

**“E AÍ, GOOGLE, COMO QUE FAZ?”:
Das Lógicas Algorítmicas Racializadas no Motor de Buscas aos Sentidos
Postos em Circulação por Atores Sociais em Redes Sócio-digitais**

**São Leopoldo
2024**

WILLIAM MARTINS

**“E AÍ, GOOGLE, COMO QUE FAZ?”:
Das Lógicas Algorítmicas Racializadas no Motor de Buscas aos Sentidos
Postos em Circulação por Atores Sociais em Redes Sócio-digitais**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula da Rosa
Coorientador: Prof. Dr. Jairo G. Ferreira

São Leopoldo
2024

M386a Martins, William.
“E aí, google, como que faz?” : das lógicas algorítmicas racializadas no motor de buscas aos sentidos postos em circulação por atores sociais em redes sócio-digitais / William Martins. – 2024.

169 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2024.

“Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula da Rosa
Coorientador: Prof. Dr. Jairo G. Ferreira”.

1. Comunicação de massa. 2. Racismo. 3. Algoritmos.
4. Lógicas. 5. Cultura afro-brasileira. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

WILLIAM GONÇALVES LIMA MARTINS

**E AÍ, GOOGLE, COMO QUE FAZ?":DAS LÓGICAS ALGORÍTMICAS
RACIALIZADAS NO MOTOR DE BUSCAS AOS SENTIDOS POSTOS EM
CIRCULAÇÃO POR ATORES SOCIAIS EM REDES SÓCIO-DIGITAIS**

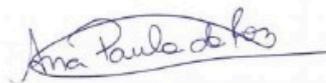
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

BANCA EXAMINADORA

**PROF. DR. DENISE CARVALHO – UNICAMP
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFAA. DRAA. ANGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES - UFMG
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**



PROFA. DRA. ANA PAULA DA ROSA - UFRGS

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-750 São Leopoldo Rio Grande do Sul Brasil
Fone: (51) 3590-8450 Fax: (51) 3590-8132 <http://www.unisinos.br>

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Dedico esta dissertação às minhas amadas tias Stela Gonçalves Ferreira (in memoriam) e Noely Gonçalves (in memoriam), que sempre me incentivaram e vibraram com minhas vitórias.

AGRADECIMENTOS

Na vida, nenhum grande feito se realiza sozinho. Eu estou acompanhando de pessoas especiais, que me ajudaram a trilhar os últimos anos em que estive realizando essa dissertação.

Mas, primeiramente, agradeço aos *Orixás*, em especial, *Xangô*, o pai da justiça, minha força em meio às batalhas cotidianas. *Kaô Kabecilê!*

A minha mãe, Vanessa, por todas as concessões e esforços que fez em sua vida para guiar minha irmã, Thayna, e eu, no caminho da educação. Ela é meu exemplo de luta, sempre me incentivando a buscar mais, orientando e apoiando as minhas decisões.

A minha irmã, Thayna, que também não mede esforços para me apoiar, estando disposta a enfrentar os maiores desafios ao meu lado. És motivo de orgulho para mim.

A minha avó, Maria Iracema, por toda força, grandeza, generosidade e, mesmo com a saúde fragilizada, sempre atenta e interessada no andamento desta dissertação. Vó, terás um neto mestre.

Aos meus familiares, que acreditam no caminho que estou trilhando, depositando em mim suas energias mais positivas, renovando as minhas forças para seguir.

Aos amigos mais próximos que torcem pelo meu crescimento e ficam verdadeiramente felizes pelas minhas conquistas, muito obrigado. Sem a alegria, a parceria e o incentivo de vocês, o caminho seria muito mais penoso. Em especial, Ângelo Neckel, colega do PPGCC, com quem fiz grandes trocas, debatendo hipóteses, autores, teorias e, sem dúvida, questões de ordem pessoal. Nossa cerveja, agora no pós banca, sairá!

A amiga e professora Dr^a. Sabrina Franzoni, pela orientação ao longo do estágio docente, trocas e ensinamentos. Sua didática iluminará minha prática docente no futuro.

A Saipos, empresa que atuo há quase seis anos, por dar espaço e as condições necessárias para que eu pudesse tocar a vida acadêmica em paralelo aos compromissos e responsabilidades profissionais ao longo dos últimos dois anos.

Ao Quilombo Epistemológico e ao Midiaticom, por todas as interlocuções realizadas desde antes do início do mestrado, que me qualificaram para o debate de muitas das questões que tocam este trabalho.

Ao amigo, professor e co-orientador desta pesquisa, Dr. Jairo Ferreira, responsável por me colocar no caminho da pesquisa acadêmica, sendo meu mentor, me oferecendo boa parte da base acadêmica que carrego comigo, quanto a leituras, teorias e conceitos. Sem as oportunidades que me foram ofertadas por ele, não teria chegado a este momento. Minha eterna gratidão.

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Ana Paula da Rosa, pela acolhida sensível em meio às mudanças institucionais, pelo seu olhar generoso para a minha pesquisa, pelas trocas genuínas, que sempre resultaram em grandes contribuições para o andamento do trabalho, muito obrigado.

Por todas as oportunidades, debates e afetos que reuni enquanto bolsista de iniciação científica e, posteriormente, como mestrando, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, nota 7 na última avaliação da CAPES, autoritariamente encerrado pela universidade.

A CAPES, pelo financiamento desta dissertação, que me possibilitou acessar uma pós-graduação de qualidade.

"Negro sou, negro ficarei!"
(Cesaire apud Moore , 2010,p. 7).

RESUMO

Os algoritmos da cultura (Ferreira, 2020) são agenciadores de experiências mentais materializadas na cultura, destacando-se as lógicas de racialização, operacionalizadas pela branquitude (Bento, 2002; Campos, 2023; Cardoso, 2011; Ramos, 1995; Schucman, 2020), e as lógicas de resistência afro-referenciadas, que surgem como respostas ao racismo presente na sociedade. A midiatização como processo interacional de referência (Braga, 2006) reconfigurou as interações sociais, ampliando espaços discursivos, mas também propiciou novas formas de opressões raciais, como aquelas produzidas e reproduzidas no ambiente online por algoritmos digitais. Diante disso, esta dissertação tem por objetivo investigar as lógicas algorítmicas instaladas na cultura e nos meios digitais, na perspectiva da midiatização, a partir da circulação de sentidos como zona de tensionamentos ou reificação de lógicas estigmatizantes e racializadas presentes no espaço público. A construção do caso de pesquisa foi elaborada a partir de episódios de entrega de resultados de busca racializados retirados do motor de buscas do Google. A pesquisa está referenciada no método abdução (Ferreira, 2012) e utiliza como metodologia o estudo de caso midiatizado (Weschenfelder, 2020). Os casos de racismo algorítmico presentes no motor de buscas do Google são mobilizadores de hipóteses, produzindo questionamentos sobre as formas de produção de sentidos gerados pelas lógicas algorítmicas do motor de buscas do Google, a partir da entrega de resultados de pesquisa racializados e postos em circulação midiática, acionam circuitos afro-referenciados, inscritos em diferentes plataformas digitais, e meios jornalísticos? Como os circuitos afro-referenciados e os meios jornalísticos tensionam o Google para a alteração destes resultados? A circulação de sentidos (Fausto Neto, 2013; Ferreira, 2013; Rosa, 2019) expõe práticas de resistência a estas opressões raciais produzidas no Google por vieses raciais incorporados aos algoritmos digitais, sendo a circulação um processo de produção de valores sociais (Rosa, 2019). Em vista disso, a midiatização em conjunto com as ações históricas dos movimentos negros como agentes educadores e políticos (Gomes, 2019), foi central para que emergisse iniciativas pulverizadas de letramento racial na sociedade. A partir disso, a configuração de circuitos afro-referenciados se interpõe, oferecendo resistências, denunciando lógicas de racialização nas plataformas digitais como resposta social de enfrentamento às instituições midiáticas promotoras de lógicas algorítmicas racializadas.

Palavras-chave: midiatização. racismo. algoritmos. lógicas da cultura. circuitos afro-referenciados.

ABSTRACT

The algorithms of culture (Ferreira, 2020) are agents of mental experiences materialized in culture, highlighting the logics of racialization, operationalized by branquitude (Bento, 2002; Campos, 2023; Cardoso, 2011; Ramos, 1995; Schucman, 2020) , and the Afro-referenced logics of resistance, which emerge as responses to the racism present in society. Mediatization as a reference interactional process (Braga, 2006) reconfigured social interactions, expanding discursive spaces, but also provided new forms of racial oppression, such as those produced and reproduced in the online environment by digital algorithms. Given this, this dissertation aims to investigate the algorithmic logics installed in culture and digital media, from the perspective of mediatization, based on the circulation of meanings as a space for tension or reification of stigmatizing and racialized logics present in public space. The construction of the research case was developed based on episodes of delivery of racialized search results taken from the Google search engine. The research is based on the abductive method (Ferreira, 2012) and uses the mediatized case study as a methodology (Weschenfelder, 2020). The cases of algorithmic racism present in the Google search engine are mobilizing hypotheses, producing questions such as how the production of meanings generated by the algorithmic logics of the Google search engine, based on the delivery of racialized search results and put into question media circulation, activate Afro-referenced circuits, registered on different digital platforms, and journalistic media? How do Afro-referenced circuits and journalistic media pressure Google to change these results? The circulation of meanings (Fausto Neto, 2013; Ferreira, 2013; Rosa, 2019) exposes practices of resistance to these racial oppressions produced on Google by racial biases instilled in digital algorithms, with circulation promoting social values (Rosa, 2019). In view of this, the mediatization process, together with the historical actions of black movements as educational and political agents (Gomes, 2019), was central to the emergence of widespread racial literacy initiatives in society. From this, the configuration of Afro-referenced circuits has resistance and denunciation of racialization logics on digital platforms as a social response to confront media institutions that promote racialized algorithmic logics.

Keywords: mediatization. racism. algorithms. logics of culture. Afro-referenced circuits.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagens de mulheres negras na busca do Google.....	28
Figura 2 – Publicação da influenciadora Sah Oliveira no instagram	29
Figura 3 - Definição de “baiano” em destaque no Google, em 2021	30
Figura 4 - Post de ator social no Instagram (Caso 2).....	31
Figura 5 - Diagrama geral da pesquisa	32
Figura 6 - Exemplo de algoritmo da natureza/cultura.....	37
Figura 7 - Aplicativo ‘Simulador de Escravidão’	50
Figura 8 – Esquema do sistema geral de comunicação.....	64
Figura 9 - Movimento Black Money	73
Figura 10 - Episódio de racismo com Seu Jorge.....	76
Figura 11 - A vítima Éverton Guandeli e o agressor Sérgio Kupstaitis.....	77
Figura 12 - Complexidade da mídiatização	83
Figura 13 - “Homem exitoso”.....	102
Figura 14 - “Mujer bonita”	102
Figura 15 - “Hombres negros trabajando”	103
Figura 16 - “Hombres blancos trabajando”	104
Figura 17 - Google distribui jogo que simula escravidão para racismo recreativo...	109
Figura 18 - Recurso do Canva marca estilo de cabelo negro como inseguro	109
Figura 19 - TikTok sinaliza “Blac Lives Matter” e termos afroamericanos como conteúdo impróprio.....	110
Figura 20 - Facebook rotula com “primatas” vídeo de homens negros	110
Figura 21 - Etapas do aprendizado de máquina supervisionado	112
Figura 22 - Vieses inseridos no aprendizado de máquina.....	113
Figura 23 - “Empresário de sucesso”	120
Figura 24 - “Família feliz”	120
Figura 25 - “Família pobre”	121
Figura 26 - “Família rica”	121
Figura 27 - “Cabelos lindos”	122
Figura 28 - “Fotos de cabelos bonitos feminino”	122
Figura 29 - Tranças feias <i>versus</i> Tranças bonitas.....	125
Figura 30 - Matéria do O Globo sobre o caso tranças feias e tranças bonitas.....	126
Figura 31 - Imagens de mulheres negras na busca do Google.....	129

Figura 32 - Comentários de atores sociais no Twitter (Caso 1).....	131
Figura 33 - Comentário de ator social no Facebook(Caso 1).....	132
Figura 34 - Comentário de ator social no Facebook.....	132
Figura 35 - Influenciadora Digital Sah Oliveira	133
Figura 36 - Post no Instagram da influenciadora digital Sah Oliveira	134
Figura 37 - Fragmento de reportagem da GZH com Lu Daltro.....	135
Figura 38 - Post no Instagram da influenciadora digital Lu Daltro	136
Figura 39 - Relato de Lu Daltro no Instagram	137
Figura 40 - Busca do Google para “cabelo ruim e feio” em 2023.....	138
Figura 41 - Página principal de resultados do Google para a pesquisa “cabelo ruim”, em 2021	138
Figura 42 - Página principal de resultados do Google para a pesquisa “cabelo ruim”, em 2023	139
Figura 43 - Definição de “baiano” em destaque no Google, em 2021 (Caso 2)	141
Figura 44 - Post de ator social no Instagram (Caso 2).....	143
Figura 45 - Post de ator social no Instagram (Caso 2).....	144
Figura 46 - Post de ator social no Instagram (Caso 2).....	145
Figura 47 - Post de ator social no Instagram (Caso 2).....	145
Figura 48 - Reportagem do portal G1 sobre movimentos de resistência nas redes	146
Figura 49 - Reportagens denunciando o caso.....	146
Figura 50 - Ator social repercutindo mudança na definição do termo “baiano” em destaque no Google	147
Figura 51 - Definição de “baiano” em destaque no Google, em 2023.....	148
Figura 52 - Uma das definições do termo “baiano” mais votado no site dicionário informal	148
Figura 53 - Definição do termo “baiano” em resistência a discriminação no site dicionário informal	149
Figura 54 - Circulação intermediática no motor de buscas do Google	152
Figura 55 – Diagrama geral da pesquisa atualizado	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhos sobre algoritmos nas últimas três edições da Compós23

Tabela 2 - 10 trabalhos sobre algoritmos nas últimas três edições da Compós.....23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ranking de características apontadas por policiais do RS para abordagem	40
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lógicas argumentativas: abdução, dedução e indução.....	38
Quadro 2 - Dedução nas lógicas de racialização	41
Quadro 3 - Casos de racismo algorítmico em plataformas digitais	107

LISTA DE SIGLAS

NEABI Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

SUMÁRIO

1 DANDO UM GOOGLE: INTRODUÇÃO	18
1.1 ESTUDOS SOBRE ALGORITMOS E MUDIATIZAÇÃO NA COMPÓS	22
1.2 OBJETO EM CONSTRUÇÃO	25
1.2.1 Caso 1: “Cabelo ruim e feio”	28
1.2.2 Caso 2: “O que é ser baiano?”	29
1.3 O DIAGRAMA PRELIMINAR.....	31
2. BUSCANDO ALGORITMOS DA CULTURA: LÓGICAS DE RACIALIZAÇÃO E LÓGICAS DE RESISTÊNCIA	35
2.1 LÓGICAS DE RACIALIZAÇÃO DA CULTURA (BRANQUITUDE)	42
2.2 BRANQUITUDE ESTRUTURAL, RACISMO ESTRUTURANTE	48
2.3 LÓGICAS DE RESISTÊNCIA AFRO-REFERENCIADAS	54
2.4 LETRAMENTO RACIAL COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA DE REEDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	58
3 VINCULANDO A MUDIATIZAÇÃO: ATORES SOCIAIS E A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS	63
3.1 LÓGICAS DA MUDIATIZAÇÃO	63
3.2 COLETIVIDADES E MUDIATIZAÇÃO: OUTROS MODOS DE RESISTÊNCIA EM REDE	69
3.3 CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS: ZONA DE DISPUTAS DE VALORES SOCIAIS ..	79
4. VERIFICANDO STATUS: ALGORITMOS DIGITAIS EM UM CONTEXTO MUDIATIZADO	86
4.1 DATAFICAÇÃO E RACISMO ALGORÍTMICO NOS MEIOS DIGITAIS	94
4.2 RACISMO ALGORÍTMICO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS	99
5. ATUALIZANDO ESCOLHAS: PERCURSO METODOLÓGICO	115
5.1 ESTUDO DE CASO MUDIATIZADO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.	116
5.2 PRIMEIRO ESTÁGIO DO PERCURSO METODOLÓGICO.....	118
5.3 SEGUNDO ESTÁGIO DO PERCURSO METODOLÓGICO	123
6. EXPERIENCIANDO: DOS OBSERVÁVEIS À ANÁLISE TRANSVERSAL	128
6.1 CASO 1: “CABELO RUIM E FEIO”	128
6.2 CASO 2: “O QUE É SER BAIANO?”	141

6.3 ANÁLISE TRANSVERSAL: DA CIRCULAÇÃO INTERMIDIÁTICA AOS CIRCUITOS AFRO-REFERENCIADOS.....	150
6.3.1 A constituição de circuitos afro-referenciados como motor da resistência dos atores sociais	153
7. PENSANDO PARA ALÉM DO GOOGLE.....	158
7.1 O PERCURSO ACADÊMICO À LUZ DA LUTA POLÍTICA COLETIVA	161
REFERÊNCIAS.....	163

1 DANDO UM GOOGLE: INTRODUÇÃO

A questão étnico-racial é uma problemática que atravessa historicamente as interações sociais. Com a configuração atual dos meios midiáticos, a questão racial tomou outros espaços e abordagens, ganhando diferentes facetas, principalmente com os usos, as práticas e as apropriações das tecnologias de comunicação pelos atores sociais, antes situados na posição de receptores. Entretanto, mais do que as apropriações que sujeitos em rede fazem da tecnologia para a reprodução de lógicas da cultura enraizadas na sociedade, é como as instituições midiáticas estão utilizando a técnica e a tecnologia para dar espaço a opressões operacionalizadas em código por suas próprias plataformas digitais.

Ao considerar a midiatização como processo interacional de referência (Braga, 2006), é necessário ponderar que as interações estão carregadas de experiências mentais que se materializam a todo o momento, principalmente quando entram em contato com outras experiências mentais materializadas. Nesse sentido, as operações mentais já estão carregadas de imaginários sociais que organizam práticas e discursos na sociedade. Se a midiatização é o processo de referência, criando uma cultura midiática, permitindo que as interações sejam organizadas a partir disso, a branquitude é conceito que fundamenta o racismo a partir das epistemologias eugenistas, e é mobilizada como estratégia de manutenção do seu status na sociedade. Embasa lógicas que oprimem sujeitos negros na sociedade.

A branquitude, que operacionaliza o racismo como estratégia de manutenção do seu status na sociedade é uma dessas lógicas que oprimem sujeitos negros na sociedade. O eurocentrismo é um dos elementos que estrutura o pensamento da branquitude, que tem este como único e possível modelo civilizatório para o Ocidente, excluindo todo e qualquer outro tipo de valor civilizatório que não tenha como referência a Europa. Assim sendo, as interações sociais sofrem conflitos e entram no espaço da disputa, pois o racismo é estratégia utilizada para a sustentação do mundo contemporâneo. Com o acirramento das violências, as lógicas contrárias, movidas pela resistência de negros e não negros conscientes racialmente, se levantam contra os fluxos de sustentação desta racionalidade branca e eurocêntrica.

Se a midiatização é processo organizador da sociedade, a branquitude também pode ser colocada como parte da processualidade agenciadora das interações. Conforme Braga, “entendemos que os processos interacionais de referência são os

principais direcionadores na construção da realidade social” (2006, p.11). Se é através dos processos interacionais de referência que a própria sociedade se relaciona, às lógicas da branquitude estão imbricadas nestas interações. E o racismo é consequência disto.

Nessas novas configurações midiáticas, onde há uma ambiência midiaticizada potencializada pela revolução do acesso (Verón, 2013), os algoritmos digitais passam a ser elementos centrais no agenciamento da rede, regulando as interações e as próprias plataformas digitais como um todo. Para muito além do que é visível, os algoritmos são sequencializadores de esquemas que promovem o controle e direcionamento de perspectivas de mundo. Por isso as opressões sociais também estão incorporadas nas operacionalizações e nas incidências que os algoritmos projetam para a sociedade no ambiente online.

Partindo desta matriz teórico-analítica, onde consideramos a interseção da midiaticização e as lógicas da branquitude como processos interacionais de referência; o racismo como um operador acionado pela branquitude conforme estratégias e táticas de manutenção do mundo contemporâneo; e os algoritmos como meio central para a sustentação de uma cultura midiática promovida pela midiaticização pós revolução do acesso, é que está ancorada a elaboração do objeto de pesquisa desta dissertação.

Nesse sentido, o nosso objeto escolhido para aprofundar as investigações em busca de descobertas a partir das configurações descritas acima foi o motor de buscas do Google. Já está posto no espaço público, conforme demonstraremos ao longo deste trabalho, alguns dos casos de racismo algorítmico produzido pelas lógicas algorítmicas do Google, porém, há algo nestes episódios em que entramos inicialmente em contato que nos fomenta maior investigação. As lógicas de resistência falavam mais alto do que as de opressão, em nossa perspectiva. Isso é produtivo para examinar as interações sociais.

Com estes movimentos, emerge como problema de pesquisa as seguintes questões que evocam investigação: de que forma a produção de sentidos gerados pelas lógicas algorítmicas do motor de buscas do Google, a partir da entrega de resultados de pesquisa racializados e postos em circulação midiática, acionam circuitos afro-referenciados (Neckel, 2024), inscritos em diferentes plataformas digitais, e meios jornalísticos? Como os circuitos afro-referenciados e os meios jornalísticos tensionam o Google para a alteração destes resultados?

Na sociedade em midiatização, a circulação midiática deixa apenas de ser zona de passagem e os atores sociais individuais, antes presentes na recepção, se tornam consumidores produtores e aqueles atores e instituições, midiáticas ou não, inscritas em fluxo como produtores, passam também a serem consumidores. Os papéis se misturam e a disputa pelos sentidos é posta em jogo. Surgem circuitos dos mais diferentes campos sociais, onde atores sociais individuais, em coletivos não organizados institucionalmente, defendem, denunciam, promovem narrativas, estimulam manifestações e constroem seus próprios espaços interacionais.

Uma das descobertas ao longo da dissertação são os circuitos afro-referenciados que surgiram em torno dos casos em investigação. Esses circuitos recebem inscritos, negros e não negros, que tenham consciência da sua negritude ou, no caso de não negros, algum processo construído de consciência racial. O que consideramos ponto-chave para que haja a constituição destes circuitos, pois eles são fundamentais nos processos descritos ao longo da pesquisa. Sem os circuitos afro-referenciados, não há denúncia, nem resistência.

Esse conjunto de questões produzem inferências que mobilizam os seguintes objetivos de pesquisa:

Objetivo geral

Investigar as lógicas algorítmicas instaladas na cultura e nos meios digitais, na perspectiva da midiatização, a partir da circulação de sentidos como espaço de tensionamento ou reificação de lógicas estigmatizantes e racializadas presentes no espaço público.

Objetivos específicos

- Analisar as relações entre algoritmos e do racismo na perspectiva da midiatização;
- Problematizar a midiatização na perspectiva da circulação entendida como diferenciação e reprodução de lógicas sociais;
- Identificar as lógicas de resistência contra o racismo algorítmico do motor de buscas do Google;

- Refletir sobre os aspectos da branquitude e racismo brasileiro como formadores de lógicas estigmatizantes e discriminatórias na sociedade;
- Explorar o estudo de caso midiaticado como metodologia produtiva para análise de lógicas algorítmicas;
- Compreender que operações e enquadramentos lógicos gerados pelo próprio algoritmo são capazes de produzir e despertar sentidos.

Para a construção da pesquisa, estabelecemos algumas hipóteses de trabalho para guiar o andamento do projeto, que surgiram a partir de exercícios de análises sobre os empíricos e teorias que mobilizamos. As hipóteses são as seguintes: a) a análise dos algoritmos se torna mais produtiva quando se considera as relações entre lógicas do sistema de produção e as lógicas sociais do consumo – considerando o consumo como abrangendo os usos sociais dos meios e a recepção, especialmente quando relacionadas aos discursos sociais nos meios de conteúdo e em redes sócio-digitais; b) o acionamento de circuitos afro-referenciados com denúncias de lógicas algorítmicas racializadas só é possível pois o processo de midiaticação da sociedade possibilitou a ampliação do letramento racial para outros atores sociais, que não apenas os participantes ativos em movimentos políticos negros.

São hipóteses de trabalho que se vinculam diretamente aos processos de elaboração da pesquisa, que refletem inferências e observações preliminares, que podem ou não se confirmar no desenvolvimento desta dissertação. Entendemos que os estudos sobre algoritmos são cada vez mais emergentes em nossa sociedade, sendo fundamental para a área de pesquisa em comunicação produzir hipóteses, metodologias e teorias que possam explicar a incidência dos algoritmos na cultura. Compreender os fenômenos e as transformações que eles produzem na sociedade é uma das discussões mais importantes para entender os tempos atuais.

Justifica-se essa pesquisa pela relevância da própria temática, tanto pelos algoritmos, que são emergentes em nossa sociedade, quanto pela questão racial, que toca diretamente as interações sociais no Brasil. Além disso, estamos buscando contribuir com o avanço das pesquisas em midiaticação na América Latina, buscando produzir hipóteses que ofereçam inteligibilidade aos processos de investigação, em especial à temática da questão racial, que é ainda invisibilizada no que tange às pesquisas relacionadas à midiaticação. Esta pesquisa tem como intento também contribuir com a produção de outros argumentos para alimentar as discussões

políticas e os movimentos negros, para que possam atualizar táticas e estratégias no sentido de alcançar uma sociedade justa e igualitária, que se estenda também no ambiente online.

Além da justificativa pessoal do pesquisador, que busca não só adquirir conhecimento, mas almeja crescer academicamente. O autor desta dissertação é um homem negro, que desenvolveu seu olhar para as questões raciais, em especial, com a atuação no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da Unisinos, com a Prof^ª. Dr^ª. Adevanir Aparecida Pinheiro. De lá pra cá, encontrou espaço para trabalhar a questão racial, não apenas com um olhar prático, para o social, mas levando também questões para o espaço de pesquisa acadêmica, tendo como resultado trabalhos que levaram a produção desta dissertação.

Importante mencionar também nesta dissertação o contexto em que se dá esta pesquisa, que é uma das últimas dissertações do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Em 2022 essa mesma universidade surpreendeu a todos com a sua decisão de descontinuar 12 PPG's, cessando um trabalho de décadas de pesquisa e investimento em ciência. Apesar da impossibilidade destes espaços de produção científica seguirem, suas contribuições já são notórias e relevantes para uma sociedade carente de educação de qualidade, em um país subdesenvolvido, que não prioriza o investimento em ciência e tecnologia.

1.1 ESTUDOS SOBRE ALGORITMOS E MIDIATIZAÇÃO NA COMPÓS

O desenvolvimento de uma pesquisa científica está dentro de contextos que envolvem a perspectiva do pesquisador em relação a paradigmas e questões do seu tempo. Ele nunca está enfrentando essas problemáticas sozinho, sempre há colegas pesquisadores atravessando inquietudes ligadas às mesmas temáticas. Esse interesse coletivo tem algumas diferenças que envolvem as teorias, os conceitos, as metodologias escolhidas para trabalhar seus objetos de pesquisa, buscando problematizar objetivos que guiam as construções dos trabalhos.

Nesse sentido, pesquisamos nos anais dos últimos três encontros anuais da Compós, que é um evento realizado pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, sendo um dos principais eventos científicos da área de comunicação no Brasil, por trabalhos que envolvessem algoritmos e midiatização. Os anais visitados foram o da 30^o, 31^o e 32^o edição, que aconteceram, respectivamente,

nos anos de 2021, 2022 e 2023. Em um primeiro filtro, buscamos pela palavra “algoritmos”, para visualizar todos os artigos publicados que tratam sobre a questão. Na tabela abaixo é possível visualizar o total de trabalhos publicados no ano específico e o número de trabalhos que levam a palavra “algoritmos” no seu título:

Tabela 1 - Trabalhos sobre algoritmos nas últimas três edições da Compós

Ano	Número total de trabalhos	Número de trabalhos com o termo “algoritmo” no título
2021	239	6
2022	200	1
2023	200	3

Fonte: autor, 2024.

Após isso, buscamos internamente nos 10 artigos o termo “mídiação” e “circulação”. O objetivo desse exercício foi de verificar se o conceito de mídiação tem sido utilizado como articulador das perspectivas comunicacionais sobre os algoritmos. Nesse sentido, localizar o nosso trabalho a partir das possíveis construções já realizadas, podendo avançar com o conhecimento já publicado sobre a relação dos dois conceitos.

Os 10 artigos encontrados nos anais da COMPÓS, nas três últimas edições, que trabalham os algoritmos, são os seguintes:

Tabela 2 - 10 trabalhos sobre algoritmos nas últimas três edições da Compós

32º Encontro Anual da COMPÓS	
Título	Autores
CONTROLE, RASURA E (RE)ORDENAMENTO DA VISIBILIDADE: a política dos corpos e dos algoritmos no TikTok	Diego Granja do Amaral; Clara Bezerril Câmara
UM PASSO ATRÁS PARA DOIS À FRENTE: interlocuções com a pesquisa latino-americana sobre algoritmos e cultura digital	Ana Julia de Freitas Carrijo; Ana Carolina Damboriarena Escosteguy

"ENSINEI DIREITINHO O ALGORITMO DO SPOTIFY": dinâmicas da educabilidade e performance de gosto em plataformas de streaming musical	Alékis de Carvalho Moreira; Willian Fernandes Araújo; Beatriz Brandão Polivanov
ENUNCIÇÃO ALGORÍTMICA MARCÁRIA: uma atualização do modelo de enunciação publicitária no mundo dos dados	Livia Souza; Alhen Rubens Silveira Damasceno; Flavia Iglori Gonsales
PERCEÇÃO DAS AÇÕES ALGORÍTMICAS PELOS JOVENS PAULISTAS NA BUSCA POR NOTÍCIAS ESPORTIVAS	André Carbone; Egle Müller Spinelli
CIDADANIAS COMUNICATIVAS ALGORÍTMICAS: os desafios do direito à comunicação nas mutações culturais	Ismar Costa Filho
31º Encontro Anual da COMPÓS	
Título	Autores
Os sentidos do presente e do presentear no contexto digital: novas contribuições a partir do paradigma algorítmico	Clotilde Perez; Eneus Trindade Barreto Filho; Bruno Pompeu
30º Encontro Anual da COMPÓS	
A práxis enunciativa de algoritmos de Deep Fakes	Henrique da Silva Pereira
SUBJETIVIDADE ALGORÍTMICA E PERFORMANCES SOCIOTÉCNICAS EM REDE: Uma Incursão Teórica no Sistema de Recomendações do YouTube	Leonam Casagrande Dalla Vecchia; Alekis de Carvalho Moreira
Homo algorithmicus e homo oeconomicus: governança algorítmica e ne(ur)oliberalismo	Julio Cesar Lemes de Castro

Fonte: autor, 2024.

Dos artigos acima mencionados, nenhum deles trabalha diretamente na perspectiva da midiatização, fazendo articulações teóricas entre algoritmos e os processos em curso de uma sociedade midiatizada. Apenas um trabalho cita o termo

midiação, que foi o *“Os sentidos do presente e do presentear no contexto digital: novas contribuições a partir do paradigma algorítmico”*, entretanto, percebemos que o conceito é utilizado poucas vezes, não sendo acionador de hipóteses ao longo do trabalho.

Do mesmo modo, há artigos que citam a palavra “circulação”, entretanto, em nossa perspectiva, apenas um deles propõe uma articulação mais engenhosa, que explicita os fluxos e as etapas da circulação, sendo o *“ENUNCIÇÃO ALGORÍTMICA MARCÁRIA: uma atualização do modelo de enunciação publicitária no mundo dos dados”*. Porém, este artigo utiliza o termo circulação algorítmica publicitária, propondo um conceito com um enquadramento diferente do que aquele trabalhado em pesquisas de midiação.

No entanto, todos os trabalhos acima têm suas relevâncias teóricas e metodológicas, expondo diferentes perspectivas conceituais e abordagens para a mesma temática, que é o algoritmo. A realização deste exercício nos demonstrou o espaço vazio que pesquisadores da midiação precisam ocupar, para também oferecer ao campo científico da comunicação hipóteses sobre as lógicas algorítmicas na sociedade. Outro ponto importante a mencionar é que não encontramos, nesta base de dados, no período analisado, trabalhos que relacionem a questão racial e os algoritmos, temática de grande relevância social.

1.2 OBJETO EM CONSTRUÇÃO

A proposta que mobiliza o desenvolvimento desta pesquisa é o racismo presente nos mais diversos âmbitos da sociedade. Observando isso, surgiu o questionamento sobre como esse fenômeno, que violenta e oprime pessoas negras, em especial, tem sido acionado pelos processos comunicacionais em um ambiente midiático? Provocados por esse tensionamento, nos colocamos em uma posição reflexiva para buscar compreender esse movimento a partir dos meios digitais agenciados pelos algoritmos digitais (Ferreira, 2020a).

Marre (1991) nos diz que há dois processos dialéticos concatenados que se projetam enquanto atos e etapas hierarquizados, constituindo esforços para delinear o objeto científico, sendo eles: o processo de dialética ascendente e o processo de dialética descendente. Além disso, a construção desse objeto científico se dá nas

rupturas (Marre, 1991). Por isso, o objeto científico precisa ser localizado, estar inserido em um espaço de relações, de teorias, conceitos e processos metodológicos.

Essa construção considera dois movimentos, o ascendente e o descendente, onde o primeiro apreende o tema empírico a partir de um quadro de hipóteses teóricas; o segundo parte da elaboração teórica realizado no primeiro movimento, tornando-o operacional e suscetível a demonstrações empíricas (Marre, 1991).

O racismo é um processo social importante para ser estudado, dada a relevância desse fenômeno na sociedade. Nesse sentido, nos debruçamos para entendê-lo no motor de buscas do Google, no intuito de aprofundar as elaborações realizadas na pesquisa “*Lógicas de racialização da cultura e racismo algorítmico ampliado: um estudo de caso sobre o motor de buscas do Google*”¹, desenvolvida em 2021, que precisou seguir sendo pensada, no sentido de buscar complementos que pudessem complexificar o debate do racismo e da midiatização.

Portanto, compreendendo os movimentos de racialização empreendidos pelos algoritmos digitais da plataforma digital, acionados a partir da entrega de resultados de pesquisa racializados, esta dissertação foca em investigar a relação do racismo presente no motor de buscas do Google e a articulação entre a circulação midiática, midiatização e algoritmos. Ou seja, esta dissertação de mestrado surge a partir de elaborações científicas anteriores, formando rupturas teóricas que, em nossa perspectiva, oferecem um salto qualitativo para além das constatações empíricas e teóricas passadas. As inferências produzidas nesta pesquisa, somam-se aos fluxos de descobertas anteriores.

Nesse esforço ascendente e descendente, da empiria à teorização, aprofundamos nossa observação científica, para ir além do objeto social e das discussões do senso comum. Em vista disso, buscando compreender algo maior, trazemos dois casos de referência para a nossa investigação, sendo eles:

- 1) Caso de referência 1: “Cabelo ruim e feio”
- 2) Caso de referência 2: “O que é ser baiano?”

Os efeitos dos algoritmos digitais nos processos comunicacionais se tornam um desafio para quem se propõe a realizar sua investigação. O algoritmo ainda é um

¹ Pesquisa desenvolvida por este pesquisador como Trabalho de Conclusão de Curso, em 2021, como critério necessário para finalização da Graduação em Jornalismo, na Unisinos.

enigma que está sendo explorado pelo campo da comunicação, que busca fazer entradas epistemológicas e metodológicas para explicá-lo. Nesse sentido, o caso de pesquisa proposto se debruça sobre alguns episódios que ganharam maior notoriedade no debate público sobre o racismo presente no motor de buscas do Google.

O guarda-chuva teórico em que nos instalamos é a midiatização, porém, há outros conceitos que gravitam em torno do objeto e que passam a compor as análises teóricas e empíricas desta dissertação, como o de circulação midiática. Os casos em análise, apesar de estarem públicos no Google, só ganharam alguma notoriedade quando determinados atores sociais os colocaram em circulação intermidiática. Esse movimento ocorre quando há interação entre dispositivos midiáticos, ou seja, quando um determinado dispositivo desperta fluxos em dispositivos outros, que podem ser da mesma ordem ou não (Ferreira, 2013).

Os termos buscados na plataforma e que tem seus resultados racializados podem receber centenas ou até milhares de usuários. Porém, não há circulação intramediática, que é quando a circulação ocorre no âmago do dispositivo (Ferreira, 2013) ou da plataforma, com atores incidindo sobre os resultados. O motor de buscas do Google não funciona na lógica de interação, como as demais redes sócio-digitais. A plataforma funciona como uma biblioteca que, a partir de um índice, indexa, hierarquiza e apresenta sites e blogs que passam a ter suas páginas e conteúdos ligados a termos de busca feitos por usuários.

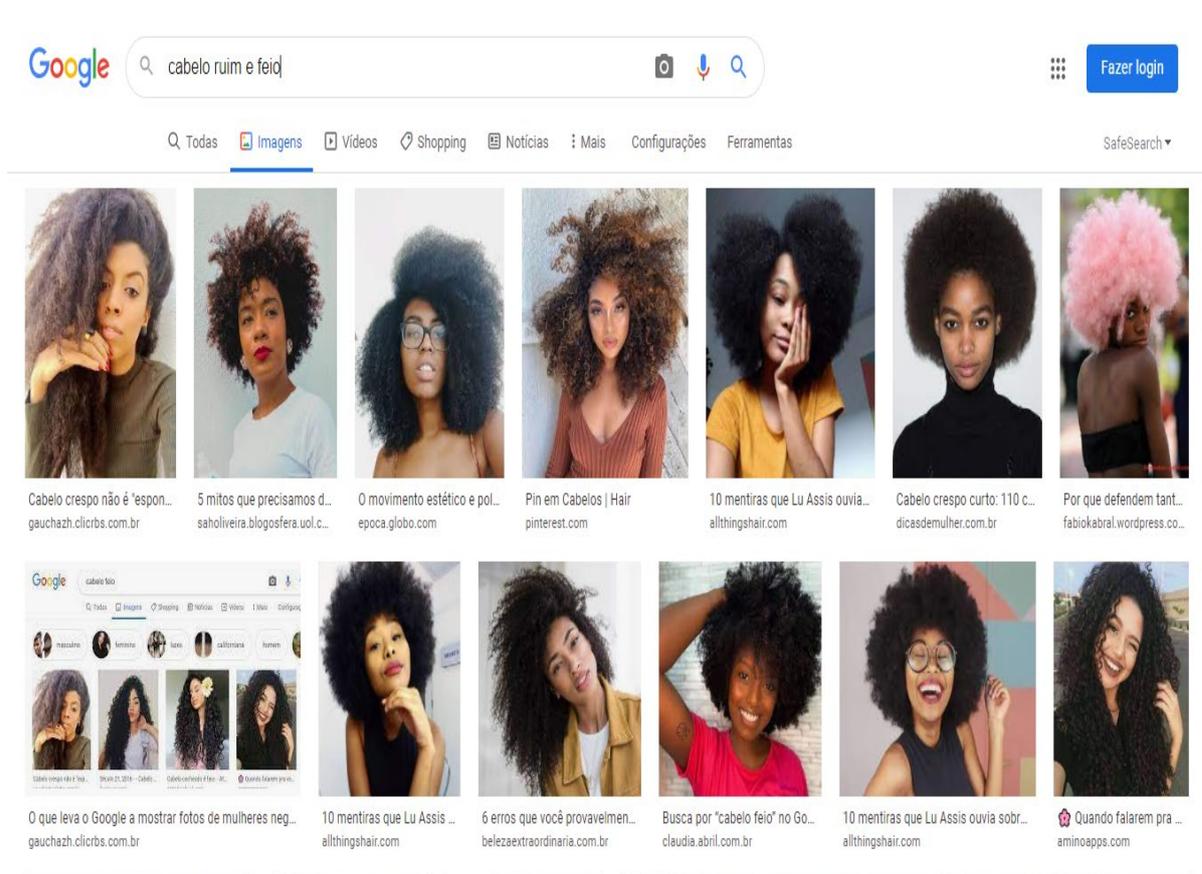
Para que uma busca racializada ganhe debate público é necessário que ela produza esse sentido em usuários que recebam tal resultado a partir de suas buscas, onde este seja surpreendido pelo racismo algorítmico a ponto de levar a denúncia do resultado da busca para outros espaços midiáticos, onde assim a circulação possa constituir circuitos múltiplos. Nesta perspectiva, acreditamos que as lógicas de midiatização são centrais para tal processo, já que os sujeitos produzem práticas não estabelecidas em um determinado momento pelas lógicas da mídia, colocando-os em um papel apenas de receptor da informação. Ou seja, na midiatização os sujeitos se transformam em atores que reagem e modificam os fluxos, produzindo desajustes.

Apresentamos abaixo os dois casos de referência que nos auxiliam a elaborar inferências no sentido de constituir o caso de pesquisa:

1.2.1 Caso 1: “Cabelo ruim e feio”

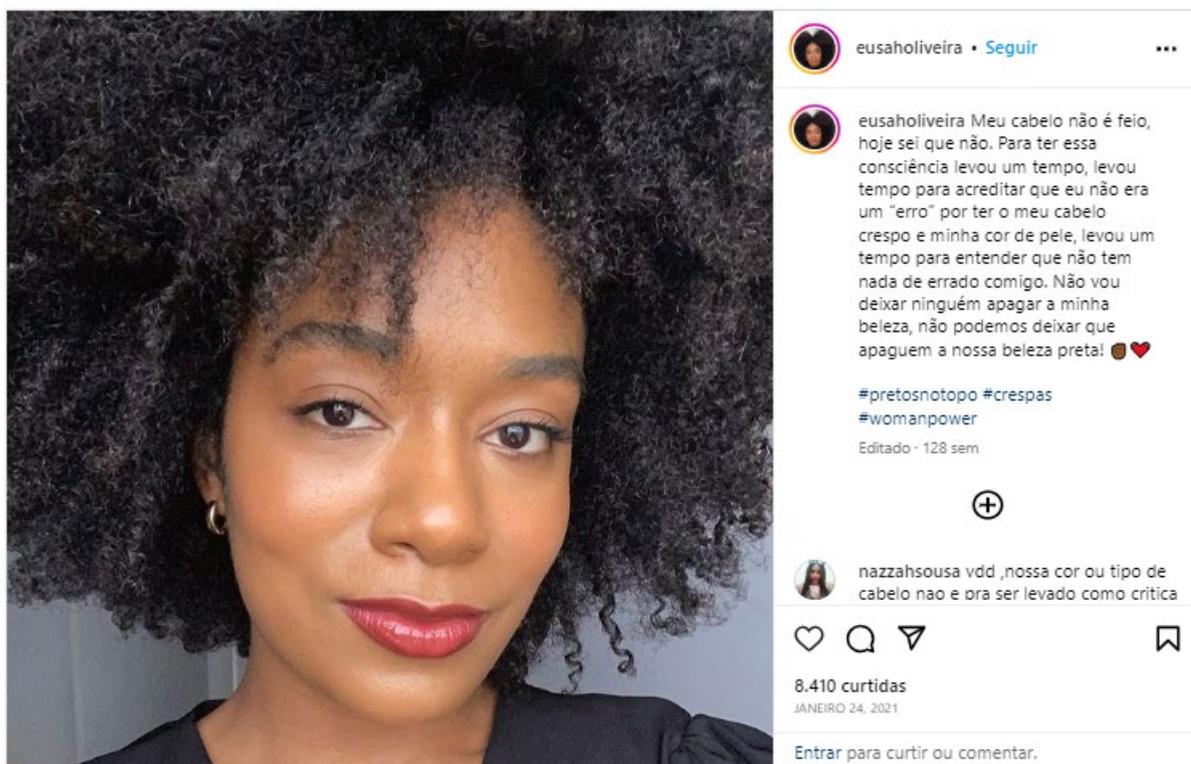
No presente caso utilizamos o termo de busca “*cabelo ruim e feio*” para demonstrar a racialização do motor de buscas do Google, ao indexar imagens de mulheres negras como resultado dessa pesquisa. Muitas dessas imagens foram inseridas em portais de notícias e de conteúdo ilustrando matérias que tratavam da temática da estética afro e do cabelo crespo, no sentido da conscientização e de reafirmação do *black* como uma forma de expressão, aceitação e reconhecimento de uma cultura. Na imagem abaixo é possível identificar as imagens filiadas ao termo de busca:

Figura 1 - Imagens de mulheres negras na busca do Google



Fonte: Google, 2021.

Figura 2 – Publicação da influenciadora Sah Oliveira no Instagram



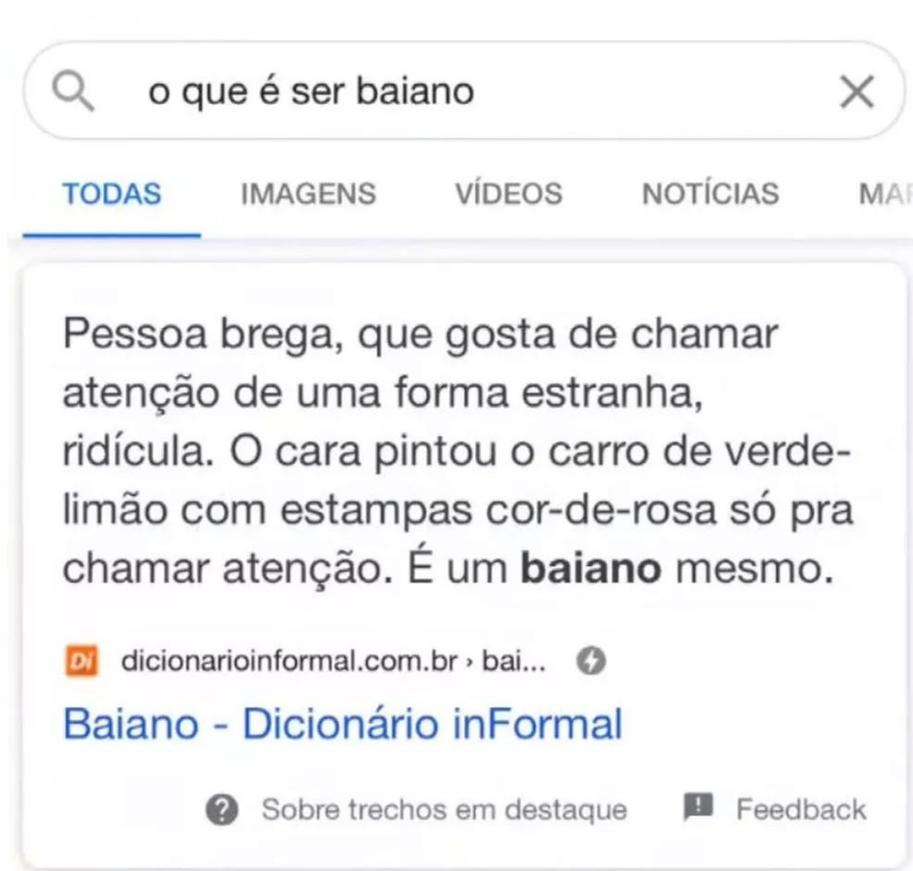
Fonte: Instagram/@eusaholiveira.

A imagem acima é um post publicado pela influenciadora digital Sah Oliveira, em sua conta pessoal no Instagram, onde oferece uma resposta ao resultado da busca oferecida pelo mecanismo do Google. A influenciadora, na sua resposta ao acontecimento, deixou explícita a construção da sua identidade ao longo do tempo, atacada pela plataforma.

1.2.2 Caso 2: “O que é ser baiano?”

Para seguir investigando o movimento de circulação descrito anteriormente, trazemos como mais um caso em análise o fluxo onde o Google indexou como destaque o resultado da definição xenofóbica e racista para o termo de busca “o que é ser baiano”. O caso ganhou repercussão no início do ano de 2021, a partir da publicação da definição pelo site Dicionário Informal, que descrevia a ideia de baiano, conforme a imagem abaixo:

Figura 3 - Definição de “baiano” em destaque no Google, em 2021



Fonte: G1.

A definição do site Dicionário Informal para “baiano” recebeu a seção de destaque na SERP², com um trecho discriminatório e que estereotipa pessoas nascidas no estado da Bahia, que tem uma população majoritariamente negra, tendo sua capital, Salvador, como a cidade com mais negros fora do continente africano³. O Google não é o produtor da informação, mas a plataforma é quem faz a mediação entre produtores e usuários, que realizam buscas a partir de um termo de pesquisa, que está vinculado a conteúdos de blogs e sites, como neste caso e no outro caso em análise.

² Página de entrega de resultados do Google.

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/os-467-anos-de-salvador-cidade-mais-negra-fora-da-africa>

Figura 4 - Post de ator social no Instagram (caso 2)



A imagem acima demonstra a indignação do sujeito, que fez um post em sua conta no Instagram como forma de denunciar a violência da tecnologia contra o povo baiano, mas também de indicar ao Google que, de alguma forma, os movimentos algorítmicos produzidos pela plataforma não são satisfatórios para este usuário.

1.3 O DIAGRAMA PRELIMINAR

Para o avançar da presente pesquisa nos ancoramos em conceitos que gravitam em torno do nosso objeto e que fomentaram o desenvolvimento teórico-empírico desta dissertação. Estes conceitos foram chave-de-leitura para compreendermos os fenômenos presentes nos observáveis. Partimos da midiatização como guarda-chuva teórico, mas também considerando a circulação como articuladora entre o teórico e o empírico para que pudéssemos visualizar o processo de midiatização da sociedade. Afinal, a análise de fenômenos midiáticos sob a ótica da midiatização, nesta pesquisa, adota a perspectiva da circulação, para que se possa

de fato verificar os movimentos empreendidos pelas instituições e pelos atores sociais individuais.

A branquitude e o racismo são conceitos desenhados no campo da sociologia, porém, nos apropriamos desses conceitos, que também se tornaram centrais para a elaboração deste trabalho. É sob a relação dos dois conceitos que podemos analisar de que forma a violência racial que ganha escopo na sociedade é produzida e reproduzida pelos meios digitais. São estas lógicas que embasam o imaginário social, dando vida a fluxos distintos que vão da opressão à resistência por parte daqueles que são inferiorizados.

Os algoritmos são os agenciadores dos meios digitais, porém, antes disso, entendemos eles como mediadores da cultura e da natureza (Ferreira, 2020a). Ou seja, antes de serem apropriados pelas lógicas do capital, os algoritmos são fundamentais para mediar a cultura, onde eles agenciam as experiências mentais individuais que se materializam. É partindo desta proposição de Ferreira (2020a) que pensamos nas lógicas algorítmicas racializadas no motor de buscas do Google.

No diagrama abaixo imprimimos o que imaginamos como a relação de todos estes conceitos que regem esta pesquisa.

Figura 5 – Diagrama geral da pesquisa



Fonte: autor, 2024.

É possível identificar no diagrama acima o raciocínio estabelecido na organização desta dissertação. Localizamos os conceitos de branquitude e mediação como guarda-chuva teórico para os futuros acionamentos teóricos e empíricos. Sendo, em nossa perspectiva, mobilizadores dos processos em análise nesta pesquisa. Posteriormente situamos o racismo como estruturante da sociedade (Campos, 2023), sendo ele operacionalizado pela branquitude. Entendemos o racismo como uma lógica que se materializa na cultura, portanto, um algoritmo agenciador de práticas sociais. Na sequência, sendo a terceira camada do nosso diagrama, trazemos os algoritmos digitais sendo afetados pelas lógicas racistas presentes na sociedade. Nesse sentido, situamos abaixo, ligados às camadas superiores, o Google no lugar das instituições midiáticas, os atores sociais individuais que acionam a circulação e são atravessados por circuitos diversificados e as instituições jornalísticas que tem o papel de institucionalizar as denúncias de racismo algorítmico por parte das plataformas digitais, em especial do motor de buscas do Google.

Os sujeitos em rede, o motor de buscas do Google e as instituições jornalísticas se afetam mutuamente, onde há incontáveis tensionamentos que não podem ser previstos, pois cada vez que um destes elementos produz ações em fluxo, há afetações diversas. Os sentidos mobilizados na circulação são tensionados no espaço dos circuitos, que “envolvem momentos dialógicos, momentos ‘especializados’; momentos solitários – o mundo circula em nosso self – e momentos tecno-distanciados, difusos. Todos esses momentos se interferem – se apoiam às vezes, certamente se atrapalham” (Braga, 2012, p. 44).

Em relação à estrutura do trabalho, sem contar a presente Introdução, a dissertação está dividida em seis capítulos, cujos títulos são os seguintes: Algoritmos da Cultura: Lógicas de Racialização e Lógicas de Resistência; Atores Sociais em um contexto mediado; Algoritmos digitais em um contexto mediado; Metodologia; Dos observáveis à análise transversal; e as Considerações Finais.

No capítulo dois, é apresentada a discussão sobre o que compreendemos como algoritmos da cultura e como ele articula e agencia às lógicas de racialização, que são próprias da branquitude, e as lógicas de resistência, ligadas, primeiramente, a pessoas negras.

No capítulo três, são apresentadas as lógicas da mediação, onde colocamos os atores sociais individuais em perspectiva, relacionando as coletividades em um

contexto midiaticizado. Abordamos também a circulação de sentidos como um espaço de atribuição de valores.

No capítulo quatro, destacamos os algoritmos digitais e suas lógicas agenciadoras de plataformas digitais, como o motor de buscas do Google, na perspectiva do conceito de dataficação. Apresentamos também exemplos das operações algorítmicas racializadas nas plataformas, com discussões de diferentes casos e uma breve elaboração sobre aprendizado de máquina.

No capítulo cinco, apresentamos os processos metodológicos que foram utilizados na coleta dos materiais empíricos, bem como o método e as referências teórico-metodológicas utilizadas na construção dos casos em análise. Sendo o método abdução (Ferreira, 2012) e a metodologia o estudo de caso midiaticizado (Weschenfelder, 2020).

No capítulo seis, descrevemos os dois casos em investigação, com apresentação dos materiais coletados que ajudam a constituir o caso de pesquisa, já traçando uma análise transversal, onde discutimos os resultados e a constituição dos circuitos afro-referenciados.

Por fim, nas considerações finais, atualizamos o diagrama que abre a dissertação, apresentado acima, neste mesmo item, onde discorreremos sobre as diferenças de um desenho para o outro, após percurso da pesquisa. Além disso, reafirmamos a importância de pesquisas sobre a questão racial que tenham a midiaticização como recorte teórico.

2. BUSCANDO ALGORITMOS DA CULTURA: LÓGICAS DE RACIALIZAÇÃO E LÓGICAS DE RESISTÊNCIA

A compreensão do que são os algoritmos passa, necessariamente, por entender as lógicas que estabelecem o funcionamento desses constructos silogísticos⁴ (Ferreira, 2020a). A base das operações algorítmicas é o silogismo triádico simples, proposto pelo modelo peirceano (1878). Portanto, a estrutura de raciocínio lógico proposto por Peirce (1878) é a lógica constituinte do pensamento vivo (Santaella, 1998). Essa base triádica, composta pelos argumentos dedutivo, indutivo e abduutivo, também é a engrenagem que permite que os algoritmos constituam suas operações lógicas, tanto historicamente, na própria cultura, como posteriormente sua apropriação para os meios digitais.

Um dos processos centrais da midiatização é a materialização da experiência mental (Verón, 2014; Ferreira, 2020), porém, para que isso aconteça, antes de tudo, as lógicas, que entendemos aqui enquanto algoritmos da cultura (Ferreira, 2020), formam as operações mentais da espécie humana. Neste contexto, a abdução (Peirce, 1878), é um dos acionadores que faz ligação entre os algoritmos da cultura, que são transformados em lógicas da própria cultura após materialização. É um ciclo, onde um processo retroalimenta o outro.

Entretanto, há um universo de sentidos que não são materializados, portanto, não vazam ao espaço público. O que não quer dizer que não sejam lógicas experimentadas mentalmente, muito menos que não se transformem em lógicas da própria sociedade. Há imaginários que são intrínsecos a contextos sociais e que estão no subconsciente e inconsciente dos indivíduos (Ferreira, 2020). Nessa perspectiva, os algoritmos da cultura são quem organiza esses esquemas e essas experiências mentais. No caso, para a midiatização só interessa aquilo que vaza ao espaço público, portanto, aquilo que se materializa ou que permite perceber ou visualizar suas lógicas, como os algoritmos digitais. Posteriormente, a circulação coloca em fluxo essa materialização. Aprofundaremos no próximo capítulo o conceito de midiatização, que é central para os acionamentos teóricos e metodológicos deste trabalho.

Neste aspecto, entender a semiose midiatizada como experiência mental materializada (Ferreira, 2020a) é um desafio que torna a análise dos algoritmos ainda

⁴ Para nós, constructos silogísticos são elaborações lógicas compostas por um conjunto de regras que oferecem um determinado resultado.

mais complexa, justamente porque se depara com a questão de tornar visível aquilo que não se materializa. Há inúmeras experiências mentais que permanecem no imaginário e não se objetificam. Ao passo que novas experiências mentais se materializam em novos meios, interações e novas possibilidades de circulação midiática (Ferreira, 2020a), os sistemas de produção e recepção se atualizam gerando novos fluxos, tensionamentos e elaborações. Movimentos que são feitos tanto por atores sociais, quanto pelas instituições midiáticas que também transformam seus fazeres.

Se olharmos para o cotidiano, cada indivíduo tem incontáveis experiências mentais a todo momento. São diversos esquemas, operacionalizações, sequencializações que se transformam em materialização, a diferença é que nem todas se tornam lógicas da cultura com amplo poder de organizar o imaginário social instituindo acordos não verbalizados. Os acordos não verbalizados, como a branquitude e o próprio racismo, que se constituíram lógicas e que com o processo de midiatização e ascensão dos meios digitais ganharam outras dimensões. Na figura de número 6, logo abaixo, trazemos um exemplo de como os algoritmos da natureza/cultura agem no cotidiano e como eles agenciam as existências humanas.

A experiência mental, quando materializada, propicia o surgimento de novos meios sociais (Ferreira, 2020b). Estes produzem novas formas de consumo, onde os polos de produção e recepção podem se diferenciar, causando novas possibilidades de circulação e esses meios se transformando em outros espaços, a partir de um fluxo distinto. Nesse sentido, esse movimento causado pela circulação gera novas experiências mentais, que se materializam e põem novos elementos em fluxo, despertando novas disputas e outros sentidos.

De acordo com Ferreira (2020b, p. 320), a materialização das experiências mentais, na perspectiva da midiatização:

(...) amplia a escala de existência do meio social realizado, que fica desterritorializada, ao mesmo tempo que conecta, em suas formas de diferenciação, inovação e integração social através da produção, consumo e circulação desse meio. Nesse processo de materialização da experiência mental, a materialização das formas de representações sociais do próprio algoritmo agencia processos ampliados (Ferreira, 2020b, p. 320).

Em uma relação com os algoritmos técnicos, produzidos a partir de fluxos em código, ou aquilo que chamamos de algoritmos digitais, o exemplo retirado do blog

Betrybe⁵, demonstra o início de um fluxo para organização e limpeza de um guarda-roupa. A mente humana não é rigorosamente processual, pois os indivíduos podem encontrar diferentes maneiras de executar a mesma tarefa, porém, o objetivo é o mesmo.

Figura 6 - Exemplo de algoritmo da natureza/cultura

```
algoritmo "Guarda-roupa"
var
  tipo : caractere
  limpo : logico
  altura : inteiro // Em metros
inicio
  // Atribuição de valores para as nossas variáveis
  tipo <- "Madeira"
  limpo <- Falso
  tamanho <- 2
  // Função para limpar armário
  limparArmario()
  escrever(limpo) // O retorno dessa função será Verdadeiro
finalgoritmo
```

Fonte: Blog Betrybe.

Portanto, na mesma esteira de Ferreira (2020, p. 278), já demonstramos que compreendemos o algoritmo além do que somente aquilo que está materializado, não se resumindo a um objeto técnico ou da tecnologia, para a cultura. Ou seja, para nós:

(...)o algoritmo é, antes de tudo, uma experiência mental. Sem essa, a vida seria impossível. Refere-se ao sistema de possibilidades e de decisões alternativas, sequencializadas na execução de operações a serem realizadas. Sempre que há o algoritmo, a vida parece ficar mais fácil. Se vamos viajar, temos um conjunto de operações a serem sequencializadas (preparar roupas e apetrechos na mala; documentos necessários; passagens ou revisão do carro; traslados; hospedagem; segurança da moradia durante nossa ausência; etc.). A ausência de um algoritmo que organize esse conjunto de operações, incluindo as específicas, em seus detalhes, pode produzir situações cômicas, dramáticas ou trágicas (Ferreira 202, p. 278).

O processo histórico de algoritmização da cultura, constituinte da nossa espécie, tem como eixo, em nossa perspectiva, a teoria de inferências peirceana que “acentuaria cada vez mais, de que a lógica não é apenas questão de um sistema de

⁵ <https://blog.betrybe.com/tecnologia/exemplos-de-algoritmos/>

pensamento fechado, mas de investigação humana viva e aberta” (Santaella, 1998, p. 11). Nesse sentido, é importante diferenciar o humano da máquina, pois apesar dos inúmeros avanços tecnológicos dos últimos tempos, o humano tem a capacidade de inferir, tendo um pensamento abduativo, buscando hipóteses e argumentos lógicos a partir de uma regra e de um resultado. Tendo, portanto, o pensamento abduativo um poder ampliador das lógicas e esse poder ampliador parte do caráter instintivo que a constituição do pensamento humano tem (Santaella, 1998). Nesta dissertação, quando falamos em algoritmos nos remetemos enquanto objetos que fazem parte da constituição da cultura, antes de tudo, são operadores do pensamento humano.

O silogismo triádico simples, que considera os três argumentos: o dedutivo, o indutivo e o abduativo, é um sistema processual lógico, no qual, independentemente do argumento, sempre existirá as seguintes relações: regra, caso e resultado (Ferreira, 2012). Na dedução, a inferência está direcionada aos resultados; na indução, a uma nova regra interpretativa; na abdução, ao caso, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Lógicas argumentativas: abdução, dedução e indução

			Inferência ↓
Abdução	Resultados	Regra	Caso
Dedução	Regra	Caso	Resultados
Indução	Resultados	Caso	Regras

Fonte: Ferreira, 2012.

Por estar ligada a observação de um caso, mesmo tendo início em uma regra, o argumento abduativo pode questionar as circunstâncias do resultado. A abdução se vale dos outros dois (indução pelo exame do caso; dedução por iniciar em um caso), só que ela surge sempre de uma dúvida colocada pela insuficiência das lógicas, sendo necessário formular perguntas, hipóteses a serem verificadas.

O que estamos buscando dizer, a partir da compreensão de que o pensamento humano é vivo, aberto e instintivo (Santaella, 1998), é que o que estamos entendendo aqui como algoritmos da cultura está ligado à estrutura de pensamento, portanto agenciador de suas lógicas e imaginários. Esse sequenciamento lógico dos indivíduos está submetido a incontáveis elementos simbólicos, ações estruturadas e

acontecimentos em nossa sociedade. Neste momento, não se trata de uma elaboração sobre os algoritmos materiais - base da tecnologia e de operações matemáticas. Contudo, buscamos argumentar que esse modelo de funcionamento dos algoritmos materiais, quando analisamos as opressões que estes são capazes de produzir no meio online, por exemplo, são apropriações da cultura e da natureza.

Por serem diversos, os algoritmos presentes na cultura e na natureza produzem um problema: “o que ocorre quando dois ou mais indivíduos estão em interação, com sistemas, sequências e operações diversas?”, questiona Ferreira (2021, p. 320). Há uma infinidade de respostas possíveis como resultado dessa interação. Quando falamos da questão racial esse problema pode apresentar um tensionamento racial onde lógicas de poder se sobrepõem, por exemplo. Contudo, essa problemática sob a ótica da questão étnico-racial não se restringe apenas ao campo interacional, mas, em toda a estrutura social. Ou seja, as instituições, que são formadas por indivíduos, também tem em seu modo de operar algoritmos diversos que definem o modelo de pensamento e de prática dessas instituições.

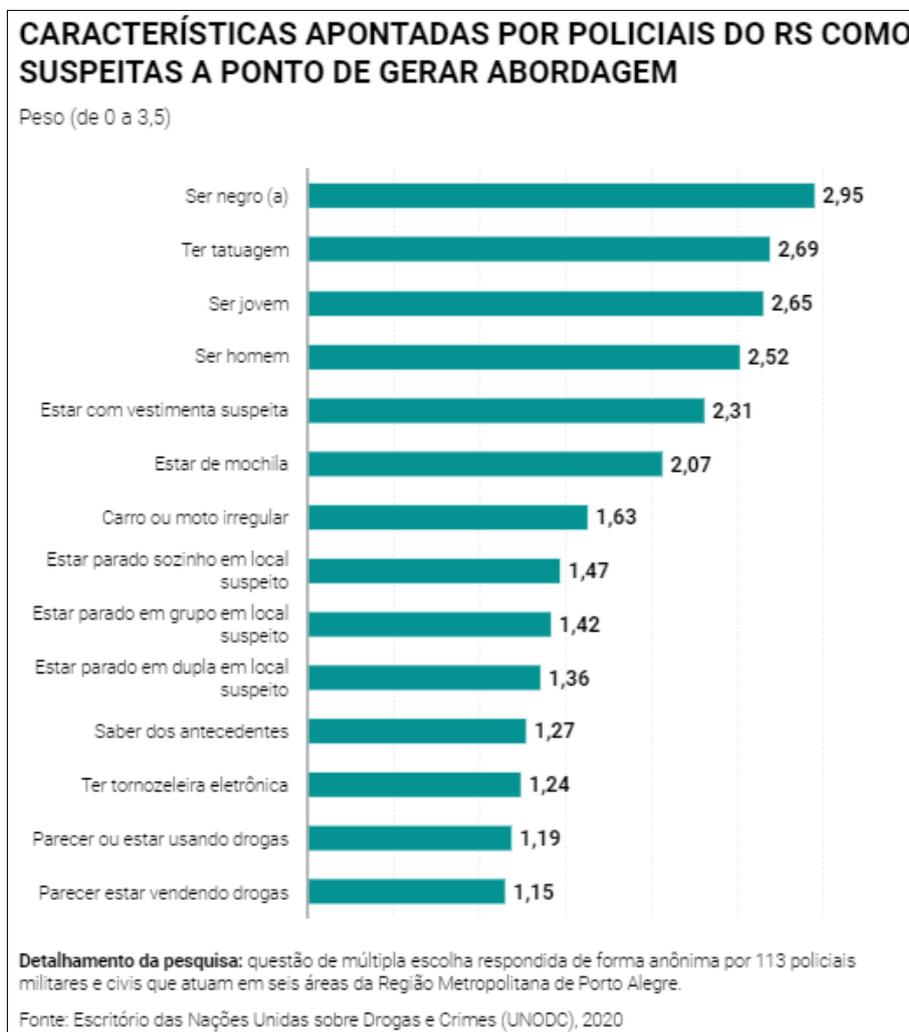
A atuação da polícia militar no Brasil expõe os algoritmos da cultura e da natureza que operacionalizam o fazer dessa instituição no país. Há uma notável diferença no tratamento de pessoas negras e de pessoas brancas pela polícia militar, é o que demonstra um levantamento feito por uma parceria entre o estado do Rio Grande do Sul (RS) e a Organização das Nações Unidas (ONU)⁶. Porém, os inúmeros casos de violência e genocídio da população negra promovidos pela polícia militar já seria o suficiente para demonstrar seu modelo de pensamento. Contudo, a pesquisa realizada pelo Governo do RS e pela ONU conversou com os próprios policiais, que afirmaram que os principais motivos para a tomada de decisão para a abordagem de suspeitos, são: ser negro, ser jovem e ter tatuagem.

O gráfico retirado da reportagem produzida pelo site de notícias do jornal GZH elenca 14 características definidas por policiais entrevistados pela pesquisa que são características suspeitas em um sujeito a ponto dele sofrer uma abordagem. A pesquisa enviou um questionário com 30 perguntas, que foi respondido por 113 policiais da Região Metropolitana de Porto Alegre, com a seguinte questão principal: "Na sua atuação profissional cotidiana (...), o quanto as características abaixo são compreendidas como suspeitas a ponto de gerar uma abordagem?". A partir das

⁶<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/05/negro-jovem-e-tatuado-as-caracteristicas-que-mais-motivam-abordagens-policiais-na-grande-porto-alegre-clhv07wux009d016531nzb5hq.html>

respostas, gerou-se o ranking abaixo, tendo a característica “ser negro” como a mais respondida pelos policiais entrevistados.

Gráfico 1 - Ranking de características apontadas por policiais do RS para abordagem



Fonte: GZH.

Os critérios de abordagem policial são subjetivos. Mas quais são as lógicas implícitas nas subjetividades dos agentes para que estes sintam a necessidade de abordar, principalmente, indivíduos com as características acima? Uma pessoa que seja negra, tatuada, jovem e homem, na perspectiva dos policiais, tem potencial de cometer algum crime. A partir desta contextualização, com um exercício silogístico inferimos que a sequencialização algorítmica destes policiais parte do argumento dedutivo, em que:

Quadro 2 - Dedução nas lógicas de racialização

			Inferência ↓
Dedução	Regra	Caso	Resultados
	Ser negro, ter tatuagem, ser jovem e ser homem.	Abordagem de sujeitos com estas características.	Criminalização de sujeitos negros, tatuados, jovens e homens

Fonte: autor, 2024.

A capacidade abduativa de policiais que se submetem a esse modelo de características, que entendemos como regra, para abordagem de indivíduos fica prejudicada ou praticamente inexistente. Isso se dá pelo imaginário formado por esses agentes, que têm a constituição de suas experiências mentais a partir de contextos sociais opressivos contra grupos específicos. Essa lógica tem nome, se chama branquitude. A abdução, que é inerente aos seres humanos, pois é característica possuir um sistema de pensamento vivo, aberto e instintivo, não acontece nesses casos. O salto qualitativo de compreensão e análise do próprio desempenho policial, tanto pelo agente, quanto pela corporação e Estado, não acontece, justamente porque há um processo histórico de exclusão, marginalização e violência contra pessoas negras no Brasil.

Essa lógica dedutiva é própria de máquinas, que a partir de dados (argumento indutivo), conseguem oferecer como inferência uma regra. Porém, a subjetividade do agente impera e se torna decisiva para a abordagem policial. O modelo de sociedade estabelecido permite e incentiva que a experiência mental dos agentes opere condicionada para seguir realizando a manutenção do status do sistema-mundo que estrutura o Ocidente, em especial, o Brasil.

A experiência mental, quando materializada, propicia o surgimento de novos meios sociais, como o livro, o jornal, o rádio, a televisão, as redes etc. (Ferreira, 2021). Estes produzem novas formas de consumo, onde os polos de produção e recepção podem se diferenciar, gerando outras possibilidades de relações e novos públicos. Entretanto, esses novos meios que são produzidos pela materialização da experiência mental têm como matriz interacional os algoritmos da cultura e da natureza. Sendo assim, nessa perspectiva, quando falamos sobre questões raciais entendemos que há duas lógicas principais que regem as operações dos sujeitos:

- a) Lógicas de racialização (branquitude);
- b) Lógicas de resistência afro-referenciadas.

As duas lógicas apresentadas acima não estão em um mesmo patamar quando analisamos a estrutura social. Muito pelo contrário, pois entendemos que (b) é uma resposta a (a), sendo (b) acionado ainda por um grupo muito específico de pessoas. Os indivíduos que estão agrupados em (b) são aqueles que têm a perspectiva afro como referência para a sua existência, ou que consideram a perspectiva afro como uma experiência de estar em sociedade tão importante quanto a eurocentrada. Porém, os algoritmos da cultura que operacionalizam as lógicas de resistência afro-referenciadas ainda estão submetidos a lógicas de opressão, sendo estímulos de resposta à violência imposta pelas lógicas de racialização, que entendemos aqui como branquitude.

A estrutura do pensamento está condicionada a elementos que forjaram o imaginário e as práticas sociais, onde a constituição desses algoritmos da cultura e da natureza são históricas. Entretanto, não são estáticos, se atualizam conforme o estágio atual da sociedade. Porém, a sua regra de sequencialização está ancorada no padrão histórico, definido pelos processos de escravização de pessoas negras trazidas da África e do embranquecimento da população brasileira com o fim da escravidão.

2.1 LÓGICAS DE RACIALIZAÇÃO DA CULTURA (BRANQUITUDE)

Ao observar a constituição do mundo contemporâneo pelo viés da raça, nota-se uma grande diferença nas existências de pessoas negras e não negras, principalmente quando falamos da sociedade brasileira - porém, pode-se considerar na formação do Ocidente como um todo. A concepção do europeu como homem universal rebaixou todos os outros povos e culturas que não pertencessem aos limites territoriais da Europa e não estivessem alinhados às características do sistema cultural europeu (Almeida, 2019). Ou seja, a perspectiva eurocêntrica se instala como regra e não como possibilidade.

A sociedade ocidental foi pensada para se encaixar perfeitamente à realidade de pessoas brancas. “O negro vive nos limites de sua segunda natureza humana e tem de aceitar e submeter-se às regras do jogo, elaboradas para os brancos e com

vistas à felicidade dos brancos” (Fernandes, 1972, p. 13). O Brasil, após 380 anos de um sistema escravocrata operado pelo colonialismo, que sequestrou, conforme o IBGE⁷, do séculos XVI e meados do XIX, mais de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o que é equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro da África, estabelecendo, entre outras questões, um mundo feito de brancos para brancos (Fernandes, 1972). Ou seja, “o negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados de raça dominante...O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como ‘igual’” (Fernandes, 1972, p. 15).

A definição do que é branquitude não passa apenas pela questão da genética (Schucman, 2020), mas também pelo lugar simbólico e a função social que o ser branco ocupa. Está intimamente ligada às relações de poder que estruturam a sociedade, em âmbitos interpessoais e institucionais. Por isso, se faz importante e necessário refletir sobre as desvantagens das relações raciais em que se encontram as pessoas negras, mas sobretudo, se faz tão importante e necessário quanto, não olhar apenas para o sintoma, mas para as raízes desse profundo problema social que é o racismo.

Nesse sentido, podemos entender a branquitude, segundo Schucman (2020, p. 61), como:

(...)uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram (Schucman 2020, p. 61).

A identidade racial branca, embebida pelo poder da classificação e da hierarquização das “raças”, que determina os valores e as estéticas válidas e não válidas, produz graves consequências para a realidade social como um todo. Esses privilégios simbólicos são acionados a todo o momento, consciente e inconscientemente. Esse acionamento é realizado cotidianamente, de forma natural, através de “pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais” (Schucman, 2020, p. 61).

⁷ <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>

Contudo, por ter se firmado enquanto regra e referência máxima, a branquitude não se enxerga enquanto “raça”. A identidade do branco é a padrão, naturalizada, onde a própria sociedade passa a não compreender diferentes códigos sociais que passam a utilizar diferentes matrizes referenciais, desconsiderando-as, estigmatizando-as e até mesmo as eliminando por meio de um processo de genocídio.

Por isso, a branquitude só se estabelece em contato com aquele que ela considera diferente, pois destina ao outro o processo de racialização ao qual o sujeito branco não se submete. Essa delimitação de “nós” e os “outros” é onde ocorre a materialização da relação de poder, pois é a partir desta zona de aproximação que a hierarquização da “raça” se sobressai. Pode-se dizer que a branquitude entende sua identidade como o eixo central que conduz o sistema-mundo e por se considerar central, entende que tudo aquilo que foge a esse enquadramento está desajustado.

Entretanto, essa relação de poder não está espraiada apenas nas relações de poder interpessoais, mas também em toda a estrutura social. Ou seja, é este modelo de identidade, branco, euro-referencial que elabora o funcionamento das instituições sociais e midiáticas. A relação de poder racializa negros e indígenas na contemporaneidade para reafirmar estratégias constituídas historicamente pelo colonialismo para a manutenção da superioridade branca e da submissão de pessoas negras.

Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo brasileiro, foi pioneiro nos estudos sobre a branquitude no Brasil. O autor colocou em questão as consequências do racismo e da ideologia do branqueamento, não apenas para o negro, mas também para o branco (Schucman, 2020). No texto “A patologia social do ‘branco’ brasileiro” (1995), Guerreiro Ramos afirma que há um caráter patológico no quadro das relações raciais no Brasil, muito impulsionado pela “desvalorização estética da cor negra, ou melhor, a associação desta cor ao feio e ao degradante afigura-se normal, na medida em que não havia, praticamente, pessoas pigmentadas senão em posições inferiores” (Ramos, 1995, p. 219), que teve início na formação do país, conforme o autor.

Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem européia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social absorveu, na massa das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podia proclamar-se brancos

outrora, em que não há mais, entre nós coincidência de raça e de classe (Ramos, 1995, p. 220).

Esse processo de construção das condições para o estabelecimento de uma norma dominante ligada a ideia de raça foi tão intensa que essa estratégia se utilizou, inclusive, de mecanismos pseudocientíficos para se justificar. Um exemplo disso são as práticas psiquiátricas desenvolvidas pelo médico eugenista Nina Rodrigues, que produziu pesquisas com a intenção de provar a inferioridade da pessoa negra, física e mentalmente. Baseando-se nos estudos de criminologia, o médico maranhense relacionou, por exemplo, a responsabilidade penal à “raça”. Nina Rodrigues defendeu que se instalasse um tratamento diferenciado para negros, indígenas e mestiços no Brasil quanto ao Código Penal Brasileiro, justamente por estas serem consideradas raças inferiores. “Seu argumento partia do pressuposto de que havia uma diferença fundamental entre as raças no que se referia à sua constituição mental” (Rodrigues, 2015, p. 1121).

Propostas como essa ajudaram a disseminar o imaginário de estereótipos negativos relacionados aos negros e potencializar os valores da branquitude como centrais, acionados como referência para a vida social. Na sequência destacamos quatro pontos descritos por Schucman (2020) que auxiliam na compreensão da desigualdade racial, mas, também, que expõem as características da relação de poder definida pela branquitude.

A invisibilidade ou fantasia de invisibilidade é a falta de racialização da pessoa branca. O branco tem raça? É uma pergunta que dificilmente é ecoada na sociedade, justamente por ser uma questão invisibilizada. É algo tão remoto, que não passa nem pelo questionamento. “A brancura, nesse caso, é vista pelos próprios sujeitos brancos como algo ‘natural’ e ‘normal’” (Schucman, 2020, p. 62), destinando aos não brancos o caráter de racialização, bem como as consequências de todo esse processo. Dessa forma, seriam os negros, por exemplo, que precisariam alcançar sujeitos brancos intelectualmente, moralmente, esteticamente e nos mais diferentes âmbitos da vida (Schucman, 2020).

Os privilégios materiais da branquitude estão ligados à maior facilidade que sujeitos brancos possuem no acesso “à habitação, à hipoteca, à educação, à oportunidade de emprego e à transferência de riqueza entre as gerações” (Schucman, 2020, p. 64). Os indicadores sociais facilmente identificam a realidade econômica desigual existente entre brancos e negros, onde o segundo sempre está às margens,

em condições de subsistência. Ou seja, facilmente se torna possível identificar as vantagens que brancos “adquirem no que diz respeito ao acesso à educação, à saúde, ao emprego, à moradia e às diferentes formas de bem-estar social” (Schucman, 2020, p. 64).

Dessa forma, a raça é acionada para realizar a manutenção desses privilégios, pois o racismo ajuda a condicionar a realidade econômica das pessoas negras. De acordo com Hasenbalg (2022, p. 111) “as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro”.

Os privilégios simbólicos que sujeitos brancos adquirem ao nascer e usufruem ao longo da vida, em seus cotidianos, involuntariamente ou não, é a materialização da superioridade branca em relação aos não brancos, em específico às pessoas negras. Com essa perspectiva padronizada sobre o mundo ocidental, se colocando como regra e os outros grupos racializados como exceção, o sujeito branco não percebe que está sendo sistematicamente privilegiado. No sentido de exemplificar esses privilégios simbólicos, Schucman (2020) apresenta argumentos produzidos por Peggy McIntosh (1989) que descrevem situações nas quais negros são postos em desvantagem em relação a brancos.

Posso fazer compras sozinha na maior parte do tempo, com bastante certeza de que não serei seguida ou assediada.
Posso ligar a televisão ou abrir a primeira página do jornal e ver pessoas da minha raça amplamente representadas.
Independentemente de eu pagar em cheque, cartão de crédito ou dinheiro, posso contar com a cor da minha pele para não influenciar impressões negativas sobre minha credibilidade financeira.
Não preciso educar meus filhos para que tenham consciência do racismo sistêmico para sua própria proteção física diária.
Eu posso xingar, ou usar roupas de segunda mão, ou não responder cartas, sem que as pessoas atribuam essas escolhas à má índole, à pobreza ou ao analfabetismo da minha raça.
Nunca me pedem para falar por todas as pessoas do meu grupo racial.
Posso facilmente comprar pôster, cartões postais, livros, fotos, cartões comemorativos, bonecas, brinquedos e revistas infantis com pessoas da minha raça.
Se eu declaro que há uma questão racial envolvida, ou que não há uma questão racial envolvida, minha raça vai me garantir maior credibilidade nessa posição do que uma pessoa de cor teria (Peggy McIntosh, 1989 apud Schucman, 2020).

Esses privilégios cotidianos, em uma sociedade racista, que hierarquiza grupos raciais, só passam a ser percebidos por sujeitos brancos quando desenvolvem um

olhar atento aos diferentes grupos, em especial ao de pessoas negras. O movimento de questionamento desses privilégios passa, necessariamente, pela percepção das desvantagens, violências e marginalização do “outro”.

O lócus social da branquitude (Schucman, 2020) são os locais simbólicos que em sociedades estruturadas pela dominação do poder da branquitude se tornam presentes. Contudo, essa expressão de poder é moldada de acordo com cada sujeito branco que se apropria dessa identidade. O lócus da branquitude dentro das relações étnico-raciais pode ser descrito de diferentes maneiras e de distintos modos, a depender de aspectos como gênero e classe, por exemplo.

A branquitude como referência normativa de ser humano, tendo uma perspectiva eurocêntrica de sociedade, bem como as relações de poder, de superioridade e de dominação que são estabelecidas se concretiza de diferentes maneiras na sociedade. A realidade de pessoas negras submetidas a esse sistema opressivo é violenta nas mais diferentes dimensões. Desde uma menina negra que sofre racismo na escola por ter cabelo crespo⁸ a um homem que decide matar a ex-namorada grávida por não querer um filho negro⁹. Ou, então, quando um entregador negro é chicoteado publicamente por uma mulher branca¹⁰. Estes são apenas alguns dos muitos casos cotidianos que ocorrem no Brasil, onde pessoas negras são violentadas de diferentes maneiras por pessoas brancas que assumem suas identidades como norma.

De acordo com Cardoso (2011, p. 81), “a identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e o do racismo”. Essa ideia de que branco seria sinônimo de ser humano fortalece as características e as práticas da branquitude na sociedade. Ou seja, daria base para o racismo, tanto interpessoal, como também institucional.

Afinal, conforme Sodré (2018, p. 11):

⁸<https://www.otempo.com.br/brasil/menina-negra-e-impedida-de-entrar-em-sala-por-causa-de-cabelo-e-denuncia-racismo-1.2644032>

⁹<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/homem-e-presos-apos-matar-ex-namorada-gravida-por-nao-querer-um-filho-negro/>

¹⁰<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/04/a-ex-jogadora-de-volei-flagrada-chicoteando-entregador-negro-deveria-ter-sido-presa-entenda.ghtml>

(...)na incontestável igualdade material do corpo humano, o racismo infiltra-se sob forma de um valor eurocêntrico e pleno, supostamente universal, que cria a falsa universalidade do inumano pleno, o diverso. Pelo paradigma da branquitude, ser branco tornou-se modernamente uma injunção moral, e a segregação racial instituiu-se como fato civilizatório (Sodré, 2018, p. 11).

Assim a prática do racismo estaria submetida, necessariamente, a pertença desta identidade autoritária e “universal” do branco, que tem o processo histórico de colonização como eixo central para a sustentação do exercício de poder presente nas relações raciais. Dessa forma, o racismo se colocaria como uma estratégia utilizada para a manutenção das relações de dominação existentes entre sujeitos brancos e não brancos, em especial os negros.

2.2 BRANQUITUDE ESTRUTURAL, RACISMO ESTRUTURANTE

Os estudos sobre branquitude no Brasil ganharam destaque no início do século 21 (Cardoso, 2011), onde as pesquisas das autoras Piza (1995) e Bento (2002) alertaram sobre a emergência do processo de racialização do branco (Campos, 2023), necessário para a evolução das relações étnico-raciais. Na esteira dessa perspectiva, destacamos a proposta de deslocamento do conceito de branquitude para uma melhor análise do racismo presente na sociedade, como uma outra chave de leitura para a questão racial. Ou seja, a relação de poder presentificada pela branquitude se “constitui numa verdade e num locus de anterioridade às relações sociais em que através do processo de presentificação pelos Colonialismos garante sua agência e permanência na gestão da modernidade ocidental” (Campos, 2023, p. 1).

Nesse sentido, a branquitude ocuparia um lugar estrutural, onde segundo Campos (2023, p. 2):

Essa proposição, na perspectiva comunicacional, insere uma nova camada de análise, pois entende-se que a branquitude está anterior às relações sociais, onde os processos comunicacionais se dão, e de forma mais material imanente às gramáticas de produção (FAUSTO, 2018), às linhas editoriais e às instituições sociais – saberes e fazeres que antecedem o humano (SODRÉ, 1999). Essa condição de imanência aos processos possibilita sua negação e, ao mesmo tempo, manutenção a partir do que Bento (2002) denomina como pacto narcísico (Campos, 2023, p. 2).

O entendimento, portanto, a partir do deslocamento do conceito, como sugere Campos (2023), coloca a branquitude como estrutura do cotidiano, sendo o racismo

estruturante das relações, práticas e sentidos sociais. Seria então o racismo um produto, uma consequência dessa relação de poder que se impõe enquanto estrutural da sociedade (Campos, 2023). A branquitude é um processo histórico de relação de poder, podendo ser compreendida como “a relação fundante do mundo como se apresenta na perspectiva da Modernidade ocidental” (Campos, 2023, p. 3).

A branquitude é uma tecnologia de poder que se ajusta ao seu tempo-espaço, ou seja, ela passa a ser acionada conforme as necessidades das circunstâncias de cada época, evocando práticas distintas expressas por meio do racismo. Contudo, seu caráter de superioridade branca e dominação, tendo a Europa como referência, que se mantém seja qual for o tempo presente. Afinal, os valores que sustentam o Ocidente tal como ele é, são oriundos de um projeto iluminista que promoveu a barbárie contra aqueles que não estivessem enquadrados nas características da Europa em nome da “civilização” e da “razão” (Almeida, 2019).

O que sustenta o funcionamento da sociedade, racialmente falando, submetida a esses termos é um acordo, um pacto existente entre pessoas brancas que optam por não se colocarem como parte do problema das relações étnico-raciais no Brasil. No entanto, mesmo aqueles sujeitos que reconhecem que existe uma enorme desigualdade racial entre negros e brancos, insistem em não visualizarem a questão como oriunda da discriminação promovida pela branquitude (Bento, 2002). Conforme a autora, percebe-se essa diferença social, contudo insistem em achar que os negros são responsáveis por esse contexto, colocando a responsabilidade na escravidão sem que se considere o legado ou a presença de brancos neste passado.

Entretanto, ao longo de suas análises, Hasenbalg (2022, p. 111), concluiu os seguintes pontos:

- a) preconceito e discriminação raciais não se mantêm intactos após a abolição, adquirindo novas funções e significados dentro da nova estrutura social; e b) as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro (Hasenbalg, 2022, p. 111).

Ou seja, para o autor a escravidão não é mais somente a responsável pela condição do negro contemporaneamente. Para Hasenbalg (2022), ao passo que a escravidão se distanciava historicamente, com o passar do tempo, menos ela seria acionada como argumento para justificar a presente subordinação do negro na sociedade. Contudo, a branquitude aciona esse imaginário de violência e exploração do passado colonialista do Brasil como um dos recursos para demarcar o “lugar” do

negro na sociedade brasileira. Reafirmando o pacto silencioso estabelecido entre o grupo racial dominante.

A branquitude se estabelece enquanto uma lógica de racialização da sociedade, porém, apenas para alguns grupos raciais que são classificados e hierarquizados. A responsabilidade sobre a condição do negro na sociedade atual é tão distante para os brancos que é possível que se produza práticas perversas rememorando esse passado violento. O sistema midiático tem intenso papel como meio para realização deste acionamento. Isso pode ocorrer por meio de produtos midiáticos, como o caso do ‘Simulador de Escravidão’, um jogo online disponibilizado na biblioteca de aplicativos do Google, desenvolvido para que o usuário pudesse simular ser um proprietário de escravos¹¹.

Figura 7 - Aplicativo ‘Simulador de Escravidão’



Fonte: G1/Reprodução

Nesse sentido, o que faria a manutenção dessa relação de poder e dos privilégios que essa relação dispõe a brancos e não aos negros, mesmo que negados em discurso, é o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022). O privilégio da brancura, no sentido das relações étnico-raciais, ajuda a perpetuar essa estrutura de violências e opressões raciais na sociedade brasileira. As redes não ficam imunes ou neutras, pois estão dentro deste contexto. Os sistemas algorítmicos, além de serem pensados e produzidos por homens brancos, majoritariamente, têm coletado dados

¹¹<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/24/google-tira-do-ar-jogo-simulador-de-escravidao.ghtml>

de uma sociedade racista, de pensamento embranquecido. Mas, sobretudo, a lógica que impera é a do Capital. Portanto, as grandes empresas de tecnologia se beneficiam ao fazerem a manutenção deste status racial imposto à sociedade.

A perpetuação da branquitude como sistema-mundo que estrutura o Ocidente é proveniente do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022). Esse, que é um pacto de cumplicidade não verbalizado, conforme a autora, tem por objetivo manter os privilégios sociais e simbólicos das pessoas brancas. Foi por meio das organizações que Bento (2022) identificou esse fenômeno.

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas (Bento, 2022, p. 15).

O silêncio é uma característica importante e que se faz fundamental para a manutenção deste pacto (Bento, 2022). Não romper o silêncio é uma estratégia que mantém privilégios, favorecendo que as estruturas da própria sociedade, portanto também das instituições públicas e privadas, mantenham o padrão imposto pela branquitude, enquanto equipe de funcionários e modelo de pensamento. A branquitude se sente ameaçada quando algo pode ferir o que é considerado universal.

Em 2017 circulou internamente entre os funcionários do Google um documento anti-diversidade¹², produzido por um engenheiro de software da empresa. O manifesto defendia, por exemplo, que a baixa representatividade de mulheres nas equipes de engenharia de software do Google não se dava por discriminação de gênero ou sexismo, mas por causa de diferenças biológicas entre os dois sexos. Ou que o Google não deveria ofertar vagas para minorias raciais e de gênero.

Apesar de não ter ocorrido no Brasil, o referido manifesto é um exemplo do modelo de pensamento predominante no meio tecnológico e na sociedade. Esses profissionais não estão distantes da estrutura social, muito pelo contrário. Essa forma de pensar e agir se reflete nos sistemas algorítmicos, portanto, no funcionamento das plataformas e nos dispositivos de inteligência artificial.

¹²<https://www.vice.com/pt/article/9kaezy/manifesto-anti-diversidade-de-engenheiro-do-google-expoe-pior-lado-do-setor>

Se a branquitude é a estrutura da sociedade, o racismo é estruturante, pois é um dos produtos da estratégia desta manutenção de poder. Nesse sentido, a ideia de raça, antes de ser ressignificada, foi utilizada para hierarquizar e classificar indivíduos. O conceito de raça é móvel, adapta-se ao momento presente da história. “Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico” (Almeida, 2019, p. 25).

A cor de pele, a partir do século XVII, passou a ser critério fundamental de classificação entre as raças (Munanga, 2004). Mas, com o passar do tempo, outras características passaram a fazer parte dos critérios de classificação e hierarquização das raças, como critérios morfológicos (tamanho da boca e do nariz, formato do crânio) e fatores ligados a marcadores genéticos (Munanga, 2004). Entretanto, a junção de todos esses critérios criou inúmeros tipos de raça. Percebe-se, portanto, que indivíduos dentro de uma mesma classificação de raça pode ser geneticamente distante de seus pares, sendo geneticamente próximo a indivíduos de outros grupos raciais. Em outras palavras, um indivíduo senegalês, por exemplo, pode estar mais próximo de um norueguês, do que um congolês (Munanga, 2004).

Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente as raças não existem (Munanga, 2004, p. 4).

A classificação das raças, mesmo que biológica e cientificamente rejeitada, serviu para justificar sua hierarquização, incumbindo a elas valores, tanto positivos, como negativos, baseando-se em critérios biológicos, psicológicos, morais e intelectuais. A partir disso, oficializou-se o entendimento de que a “raça branca” é superior às demais. Em outra via, decretava-se a “raça negra”, por ter a pele mais escura, como “a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação” (Munanga, 2004, p. 5).

A raça foi o argumento necessário para justificar o racismo presente em nossa sociedade. O racismo é um problema social que violenta, mata, atrasa e prejudica de forma sistêmica pessoas negras. Entendemos o racismo como uma operação

submetida à lógica da branquitude e que está presente na cultura como forma de opressão racial. Para Munanga (2003, p. 7), o racismo é uma ideologia essencialista:

(...)com base nas relações entre 'raça' e 'racismo', o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (Munanga, 2003, p. 7).

Essa prática de inferiorização de um grupo social a partir de marcadores sociais vai além das características físicas, como a cultura, a religião e a língua, por exemplo (Munanga, 2003). O racismo no Brasil, mesmo que cada vez mais explícito e violento, opera a partir da ambiguidade (Gomes, 2005), da negação. Conforme Sodré (2018), o duplo vínculo é uma especificidade do racismo brasileiro - ideologia posta como estratégia de poder. "O racismo brasileiro ou a "racial-democracia" nacional tem a sua especificidade: Aboliu-se política e juridicamente o sistema de subordinação direta do corpo seqüestrado, mas permanece a forma social correspondente" (2018, p. 12).

O histórico escravista do Brasil segue alimentando o imaginário social, posto em articulação enquanto prática instigada por um outro imaginário que parte da cultuação dos valores eurocêntricos como lógicas de segregação e de dominação racial. "De modo geral, o racismo brasileiro é ao mesmo tempo aceitação e rejeição, daí a pertinência do conceito comunicacional do duplo vínculo (double bind)" (Sodré, 2018, p. 13).

A branquitude é o que mantém a estrutura da sociedade, enquanto o racismo estruturante tem como um de seus fomentos o imaginário da forma social escravista, que consiste, segundo Sodré (2018, p. 14):

(...)na reinterpretação social e afetiva da 'saudade do escravo', que envolve (a) seleção de mão de obra (b); relações com empregadas domésticas e babás (sucedâneas das amas-de-leite); (b) formas culturais como mero folclore, senão como objeto de ciência (para sociólogos e antropólogos); (c) imagens pasteurizadas da cidadania negra na mídia (Sodré, 2018, p. 14).

Esses recursos imaginários são utilizados para reforçar estereótipos contra pessoas negras, mantendo-os em uma posição de submissão e marginalização, recuperando a posição do escravo. A proposta é de demonstrar socialmente que em

uma relação de poder os valores eurocêntricos se sobressaem, colocando o negro em uma posição sempre de abaixo, menor, distante do universal, e assim manter o padrão de pensamento e comportamento da sociedade.

2.3 LÓGICAS DE RESISTÊNCIA AFRO-REFERENCIADAS

É histórica a resistência negra às opressões vividas desde o período da escravidão no Brasil. A luta organizada se estabelece desde os tempos dos quilombos, onde a população negra escravizada se organizava para autoproteção e pela sobrevivência da identidade afro-brasileira. Ao longo dos séculos, os quilombos foram sendo compreendidos como instituições que formaram pessoas negras, oferecendo-lhes maior capacidade de resistência e organização (Nascimento, 1985).

A sobrevivência dos valores e da cultura afro-brasileira, mas, sobretudo, a inclusão de pessoas negras enquanto cidadãos com direitos sociais foi e ainda é um grande desafio. O protagonismo na construção social, nos níveis econômicos e políticos, mas também em várias esferas da cultura, bem como a ascensão social proveniente do próprio processo de transformação do país, mas, também, da busca por educação e trabalho dignos foram negados a boa parte da população negra no Brasil.

Por esse e outros motivos, as lógicas de resistência afro-referenciadas não estão no mesmo patamar das lógicas de racialização da sociedade, pelo contrário, se colocam como respostas estimuladas por ela. São tentativas de barrar o avanço da manutenção do status social da branquitude em nossa sociedade, no sentido de pôr em evidência uma outra forma de estar no mundo, que é negligenciada ou nem mesmo considerada. Ao longo do tempo, a luta negra construiu um caminho com inúmeras conquistas que estabeleceram oportunidades para a cultura afro-brasileira, bem como para os sujeitos que se autoidentificam como negros. Porém, o caminho para o fim da desigualdade racial ainda é longo e repleto de dificuldades, estando a tecnologia entre uma dessas barreiras que ainda oprimem e discriminam pessoas negras.

A essência de luta dos quilombos e dos negros considerados rebeldes no período escravista, em nossa perspectiva, é um dos faróis que conduziram a organização e a atuação dos movimentos negros pós-abolição. O quilombo, ao longo do processo de escravização no Brasil, pode ser entendido como um sistema social

alternativo (Nascimento, 1985), uma instituição ideológica de resistência negra que acaba por representar, segundo Nascimento (1985, p. 48):

(...)um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto afirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que os negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural (Nascimento, 1985, p. 48).

A luta organizada contra o racismo atinge, na perspectiva da midiaticização, um novo patamar na Revolução de Trinta¹³, com a criação da imprensa negra, com jornais como *O Clarim da Alvorada* e o *Getulino*, no estado de São Paulo, que tinham um papel denunciativo levantando as discriminações raciais que ocorriam nos mais diferentes espaços da vida urbana (Santos, 1994). “Foi essa imprensa o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro - apresentado então, eufemisticamente, como discriminação racial - a Frente Negra Brasileira” (Santos, 1994, p. 89). A partir da criação da Frente Negra Brasileira, em 1931, diversas iniciativas e movimentos surgiram com o intuito de combater a violência racial e discutir a realidade do negro no Brasil.

Em 1933, Gilberto Freyre publicou o livro *Casa-grande & Senzala* que revolucionou a maneira de se interpretar as relações raciais no Brasil. Para Freyre, as relações de raça eram harmônicas, principalmente por conta da grande mestiçagem existente no país. Entretanto, a democracia racial, que pelo movimento negro foi compreendida como um mito, foi o discurso necessário para embasar aqueles que negam o racismo.

De acordo com Santos (1994, p. 90):

(...)quando os autores do período, Gilberto Freyre à frente, criticavam o biologismo dos estudiosos antigos, era na harmonia das relações raciais que ia desembocar o pensamento culto da época. O pensamento culto, mas também o vulgar: os intelectuais que teorizam a democracia racial brasileira nunca produziram qualquer ruptura com o senso comum. É notável, nesse sentido, e já o notaram muitos, que parece haver um limite intransponível na

¹³ “A Revolução de 1930 foi uma revolta armada organizada pelas oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba contra o governo vigente. Essa revolta armada ocorreu por insatisfações das três oligarquias citadas com o domínio excessivo dos paulistas sobre a política. Os levantes armados que aconteceram causaram o fim da Primeira República e o início da Era Vargas.” (Mundo Educação, 2024). Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/revolucao-1930.htm#:~:text=A%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20de%201930%20foi,dos%20paulistas%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica>.

percepção brasileira das relações raciais, estancando nele tanto o discurso conservador quanto o liberal, a novelística quanto o senso comum. Uma das componentes do ser brasileiro parece mesmo ser o respeito a esse limite (Santos, 1994, p. 90).

A ideologia da Democracia Racial foi disseminada e utilizada aos longos dos anos como recurso pela branquitude para desconstruir a ideia de que negros e brancos estão em desvantagem socialmente, estando negros em atraso em razão dos anos de escravidão. Argumentava-se, falaciosamente, que estes ascenderiam ao mesmo patamar social de brancos conforme o passar do tempo. “A minha hipótese é que a ideologia da democracia racial nasceu precisamente nesse momento para enfrentar aquelas denúncias e consignar o lugar do negro na sociedade brasileira: a arte e o esporte” (Santos, 1994, p. 93). O momento que o autor se refere é a criação das organizações afro-brasileiras, a partir de 1931, como a Frente Negra Brasileira, que passaram a denunciar, tirando da invisibilidade, episódios de discriminação racial.

Nesta esteira, ao longo do século 20, muitas organizações afro-brasileiras, com diferentes iniciativas, surgiram para combater o racismo e conscientizar sobre a situação do negro no Brasil. Nesse sentido, a referência do que foi a instituição quilombo serviu de código para conduzir a forma de resistência e tensionamento da sociedade por parte desses movimentos, especialmente a partir dos anos 70 (Nascimento, 1985). Nessa perspectiva, o Movimento Negro se coloca como agente educador (Gomes, 2019) da sociedade, com um caráter emancipatório da população negra.

As lógicas de resistência afro-referenciadas são experiências mentais produzidas por sujeitos, negros e não negros, que as materializam das mais diferentes maneiras. Seja reagindo a violências raciais; no caso de pessoas negras, assumindo sua negritude; estabelecendo diferentes maneiras de estar no mundo e que sejam referenciadas na existência afro-brasileira; produzindo novos saberes que questionem os estabelecidos; desenvolvendo um outro olhar para o que é demonizado, marginalizado; promovendo a cultura afro-brasileira; cultuando Sagrados de matrizes africanas; etc. O fomento destas diferentes lógicas foi promovido pelos movimentos negros como forma de conscientização e luta de combate ao racismo.

O movimento negro promove a luta dos negros “na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema

educacional, político, social e cultural” (Domingues, 2007, p. 100). Essa promoção, ao longo do tempo e das lutas empreendidas, foi estimulando diferentes lógicas que até então não estavam presentes na sociedade. O fortalecimento da luta passou a ser não só daqueles que são integrantes de um movimento político ou social que busca o combate ao racismo de forma institucional, mas também de sujeitos comuns, que assumiram a capacidade de julgar e se indignar frente às injustiças e violências raciais presentes na sociedade brasileira.

Sabe-se que há diferentes interpretações sobre o que é o movimento ou movimentos negros, como a de Santos (1994, p. 157):

(...)todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (Santos, 1994, p. 157).

Essa capilaridade de iniciativas, instituições e espaços de aquilombamento são fundamentais para tocar o cotidiano das pessoas, inserindo em seus modelos mentais novas lógicas, que não as da branquitude, já estabelecidas e muito reproduzidas socialmente. É a partir desses espaços de disseminação de ideias, de troca e conscientização que sujeitos passam a assumir novos discursos, que podem ser combativos e a favor da luta contra o racismo. Além do mais, pode ser a partir destes mesmos espaços que a identidade afro-brasileira de pessoas negras aflore, adquirindo uma nova forma de se fazer presente no mundo.

Conforme Lélia Gonzalez (2022), dada a complexidade e a multiplicidade de variantes, não se pode falar em movimento negro, mas em movimentos negros, onde cada um carrega seus valores culturais, por exemplo. Porém, independentemente das divergências, pautas e questionamentos que cada um desses grupos possa levantar, todos compartilham do mesmo significante, que é o negro. Além disso, seja qual for as perspectivas que cada um assume, o fato é que todos eles são compreendidos como movimentos educadores (Gomes, 2019). Nesse sentido, ao compreender o movimento negro como educador consideramos todo o processo de elaboração de

uma outra narrativa sobre a questão racial, onde “esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante” (Gomes, 2019, p. 20).

Neste sentido, é possível compreender o Movimento Negro a partir de duas frentes amplas de trabalho, que são: 1) educador: enquanto mobilizador do debate sobre as relações étnico-raciais; 2) ator político: como agenciador das pautas políticas que dão a emancipação da população negra (Gomes, 2019). A proposição de uma outra leitura racial de sociedade, indo na contramão das narrativas de poder e conservadoras estabelecidas, que colocavam a questão étnico-racial como algo separatista, mas que no fundo tem o objetivo de manutenção de privilégios, foi importante para os avanços sociais, tanto em âmbito discursivos, como de materialidades políticas, econômicas e culturais.

2.4 LETRAMENTO RACIAL COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA DE REEDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A branquitude como essa tecnologia de poder que tem o racismo como uma de suas ferramentas da manutenção do seu status social, passa a ser tensionada a partir da ampliação dos esforços da reeducação racial promovida pelos movimentos negros na sociedade. O movimento negro como um agente educador (Gomes, 2019) político e social teve e tem papel fundamental nos avanços de direitos que a população negra adquiriu ao longo das últimas décadas no Brasil.

A lei 10.639 é um exemplo disso, pois estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas dos ensinos fundamental e médio, completando 20 anos em 2023; a lei 12.711 também avança nesse sentido, prevendo a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, atualizada em 2023; e a lei 14.759, sancionada em 2023, que instituiu o Dia da Consciência Negra e Dia Nacional de Zumbi dos Palmares como feriado nacional. Há, sem dúvida, outros marcos importantes para a garantia dos direitos sociais da população afro-brasileira, os mencionados são modelos de políticas públicas que ajudaram a promover mudanças no Brasil.

Essas garantias legais reivindicadas pelos movimentos negros são fundamentais para mobilizar novas perspectivas e possibilidades a população negra

no Brasil, que são negadas por causa do racismo. Mais do que isso, elas atualizam os imaginários sociais que tem como referências características definidas pela branquitude. Muitas das leis citadas anteriormente geraram grande debate social, onde aqueles que têm privilégios históricos se viram de alguma maneira ameaçados ao ter que dividir espaços com aqueles que também são historicamente inferiorizados e excluídos dos espaços de poder da sociedade. Porém, as leis também geraram novos códigos sociais que acionaram elementos raciais importantes. Esses elementos não eram percebidos antes por parte da sociedade ou existia uma outra percepção sobre o mesmo processo, como a diversidade de cores e pessoas nas universidades brasileiras, por exemplo.

O letramento racial é uma estratégia importante para reelaborar as matrizes algorítmicas da cultura. A “raça é uma construção discursiva, um significante deslizante” (Hall, 2015, p. 1), portanto, por não ser estática sofre modificações ao longo do tempo, possibilitando outras interpretações sobre o ser negro e o ser branco na sociedade. Essas outras interpretações, que modificam o olhar sobre essas existências necessitam de motores que impulsionem essa mudança. O letramento racial é um desses motores na contemporaneidade.

Nesse sentido, o letramento racial é uma ferramenta que estimula um outro olhar para a questão de raça na sociedade, em que proporciona maior pertencimento dos negros a sua identidade afro, mas também aos brancos a olharem a partir de uma outra perspectiva para a ideia de raça. Onde, de acordo com Skerrett, o “Letramento Racial tem uma compreensão poderosa e complexa da forma como raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais dos indivíduos e dos grupos” (Skerrett, 2011, p. 314 apud Ferreira, 2014, p. 250).

Em relação a pessoas brancas, a ideia de letramento racial vai muito além do reconhecimento de que existe também uma identidade racial branca, mas sobretudo da tomada de consciência de que esta identidade exerce um poder que se coloca superior - muitas vezes supremacista - sobre os negros. A partir disso, inicia-se um exercício de desconstrução e descolonização de modelos mentais que têm o racismo como uma prática cotidiana, consciente ou inconsciente.

A estruturação da ideia do que é letramento racial é algo recente. O conceito de Racial Literacy ou alfabetização racial, em tradução literal, foi formulado por France Winddance Twine (2004). Segundo Vieira (2022, p. 58), Twine “apresenta e utiliza tal conceito para refletir sobre possíveis fissuras entre a brancura e a branquitude e

formas de desconstruir o racismo por sujeitos brancos”. Entretanto, a ideia de letramento substituiu no Brasil o termo alfabetização, “pois este aprendizado está para além das habilidades de ler e escrever” (Vieira, 2022, p. 58).

Ainda de acordo com Vieira (2022, p. 58):

Em *A white side of black Britain: The concept of racial literacy* (2004) a partir das pesquisas de campo que realizou ao longo de sete anos com famílias inter-raciais brancas e negras, Twine emprega o termo racial literacy para se teorizar um projeto específico de antirracista branco. Tal projeto antirracista, que acontece no âmbito familiar e privado, se refere às práticas e estratégias adotadas por pais e mães brancos para educar seus filhos não-brancos sobre o racismo (Vieira, 2022, p. 58).

Somando-se aos conhecimentos adquiridos a partir desta observação de famílias inter-raciais, Twine avança na elaboração do conceito a partir da aplicação e análise de dois projetos etnográficos que envolveram 121 casais homo e heterossexuais inter-raciais do Reino Unido e dos Estados Unidos (Vieira, 2022). Com isso, Twine (2006) complementa a elaboração do conceito tendo em vista a seguinte definição:

Letramento racial é um conjunto de práticas. Pode ser melhor caracterizado como uma “prática de leitura”, uma maneira de perceber e responder ao contexto racial e às estruturas raciais que os indivíduos encontram. [...] Incluem o seguinte:

- 1) O reconhecimento do valor simbólico e material da Branquitude;
 - 2) A definição de racismo como um problema social atual e não como um legado histórico;
 - 3) O entendimento de que identidades raciais são aprendidas e são resultados de práticas sociais;
 - 4) Possuir uma gramática racial e um vocabulário que facilitem a discussão sobre raça, racismo e antirracismo;
 - 5) A capacidade de traduzir (interpretar) códigos raciais e práticas racializadas;
 - 6) Analisar as maneiras pelas quais o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade.
- (TWINE; STEINBUGLER, 2006, p.344 apud VIEIRA, 2022, p. 59).

Em nossa perspectiva, o letramento racial por si só não é capaz de produzir uma sociedade antirracista. Entendemos que ele promove a consciência racial em sujeitos brancos e negros, sobretudo, oferece aos negros a capacidade de reconhecimento de suas identidades. Entretanto, ele não produz uma sociedade antirracista, pois para que isso aconteça é necessário acabar com os privilégios estruturais das pessoas brancas, que são os promotores de injustiças e desigualdades em relação a pessoas negras. Apesar disso, o letramento racial é uma prática

fundamental para transformar realidades e mitigar o racismo cotidiano que afetam negros no Brasil.

O nome dado é recente. Porém, o letramento racial já uma prática histórica do movimento negro, que entendemos aqui como educador. São anos de elaboração e execução de estratégias formadoras e emancipadoras de uma sociedade que tem uma compreensão racial distinta do que está posto. O movimento negro trabalha em uma dimensão mais política, promotor de políticas públicas que estimulem o letramento racial. Um exemplo disso é a Lei 10.639/03, já citada anteriormente.

Ter uma sociedade baseada no colonialismo é ter uma estrutura de símbolos e lógicas racistas alimentando imaginários sociais. O letramento racial é uma maneira de acelerar os movimentos de tomada de consciência, de pessoas negras, mas, principalmente, de pessoas brancas, para que estas se racializem e não se entendam mais como norma social, revertendo essa lógica de discriminação racial posta. Ou seja, essa prática de letramento auxilia na mudança de lógicas sociais, portanto, altera a maneira que os pensamentos se materializam na cultura. Nesse sentido, a mediação, conceito central para esta dissertação e que será explorado com mais intensidade no próximo capítulo, é fundamental para a concretude e popularização da prática de letramento racial no Brasil.

A mediação favorece, no atual estágio, novas construções coletivas por parte dos atores sociais, apesar das hegemonias corporativas nos antigos e novos meios. . Nesta esteira, a mediação como fenômeno propulsor de rupturas históricas na sociedade mobilizou atores sociais, especialmente negros, envolvidos ou não em movimentos negros políticos a produzirem deslocamentos no senso comum, em nível micropessoal, sobre a compreensão da ideia de ser negro. A partir disso, surgem incontáveis propostas, perfis em redes sócio-digitais, plataformas de disseminação de conhecimento, etc, com o intuito de letrar racialmente a sociedade.

O desenho do conceito e da prática de letramento racial ao longo dos últimos anos, utilizando-se dos meios digitais, despertou a consciência racial em indivíduos que entraram em contato com essa metodologia de descolonização do pensamento. Nesse sentido, ao passo que a realidade massacra pessoas negras em um país racista, como o Brasil, há pessoas negras, conscientes de sua negritude, e brancas, conscientes dos seus privilégios e do seu papel na luta contra o racismo, que se levantam contra essa violência de diferentes formas. O que estamos querendo afirmar é que a mediação também ofereceu ferramentas que pudessem pulverizar a luta

racial, descentralizando-a dos movimentos negros políticos e alcançando cidadãos comuns. Essa descentralização não é sinônimo de minimizar ou inferiorizar a luta dos movimentos sociais negros históricos e fundantes; ao contrário disso, tratou-se de ramificar os ensinamentos produzidos no amago destes, potencializando-os para além dos seus integrantes institucionalizados.

A midiatização é central neste processo de capilarização do conhecimento e de tomada de consciência. Historicamente a midiatização ofereceu saltos evolutivos à humanidade, sempre proporcionando profundas mudanças nas sociedades. Entretanto, o pensamento de superioridade eurocêntrica e suas inúmeras tragédias em nome da razão que tinha como referência um homem universal, branco e europeu, foram se adaptando aos saltos evolutivos do fenômeno da midiatização. Ou seja, a violência e a exclusão de pessoas negras foi se aperfeiçoando conforme o surgimento de novos meios, bem como de suas lógicas de produção e de reconhecimento.

O letramento racial parte de um processo pessoal de desenvolvimento de compreensão de novos modelos mentais e formulação de uma consciência racial que combata a desigualdade racial e as violências estruturais do racismo. “Entretanto letrar-se racialmente não é um caminho pronto, pavimentado, bem sinalizado e com um destino seguro. É um caminho que demanda imaginação política, escuta ativa, observação e comprometimento” (Vieira, 2022, p. 51). Os meios sempre produziram formas de violência e exclusão das pessoas negras, se valendo das lógicas da branquitude para a perpetuação deste cenário discriminatório.

Em uma outra via, apesar desse contexto que é estrutural e estruturante, o processo de midiatização da sociedade vai além, pois também produziu atores sociais que revelaram um outro lugar de reconhecimento, que foge ao modelo conhecido. Eles passam a modificar os fluxos comunicacionais e a tensionar os meios, também produzindo novas formas de comunicação. Esse novo esquema comunicacional em conjunto com o letramento racial descolonizado, sujeitos passaram a ter a possibilidade de entrar em contato com mais facilidade e adquirir “ferramentas para um exercício crítico e autorreflexivo sobre o lugar racial” (Vieira, 2022, p. 62). No próximo capítulo demonstraremos como a midiatização deu voz aos atores sociais, o que possibilitou tentativas de transformação de práticas do cotidiano que são racializadas.

3 VINCULANDO A MIDIATIZAÇÃO: ATORES SOCIAIS E A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS

Ao abordar as lógicas da midiatização, este capítulo tem por objetivo discutir como este que é um processo interacional de referência (Braga, 2006) na sociedade estimulou uma cultura midiática que modificasse a relação que a mídia tem com a sociedade e a própria sociedade com a mídia.

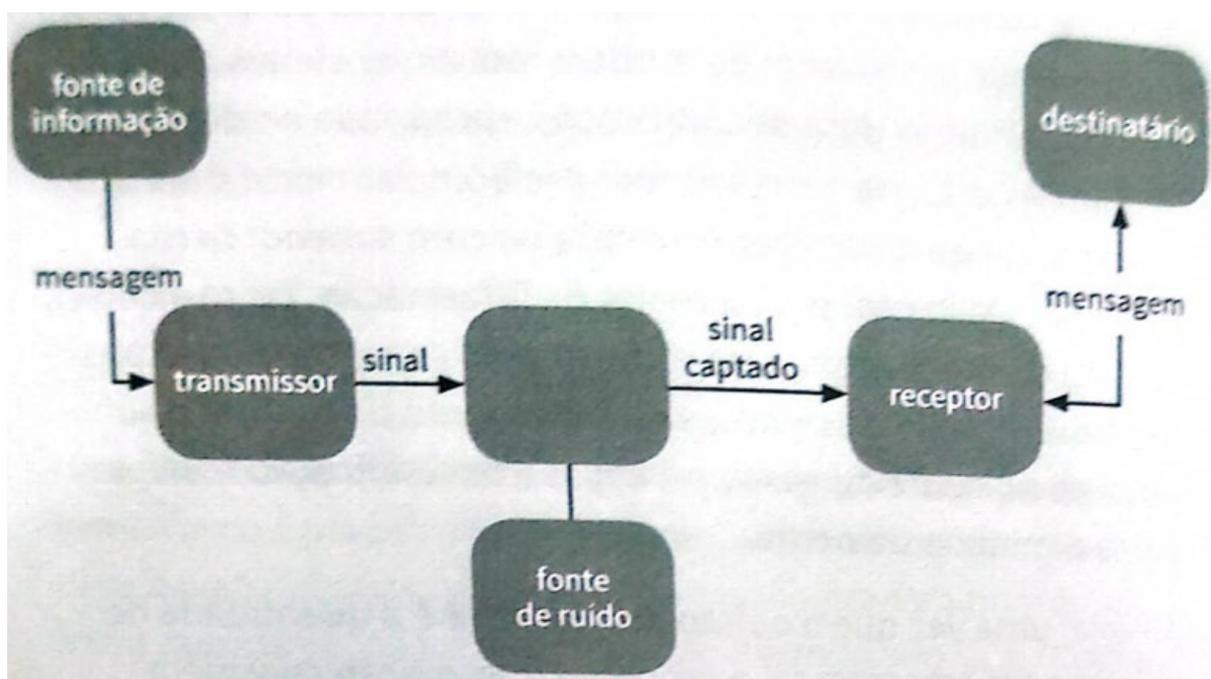
Vamos tratar também da ideia de coletivos, apresentando uma perspectiva que traz sujeitos em rede como elementos fundamentais para processos de resistência racial. É a partir da afetação coletiva que ocorre entre atores sociais individuais que há mobilização, de forma orgânica ou organizada, que resultam em diferentes tipos de táticas e estratégias sociais contra casos de racismo, seja no ambiente online ou não.

Com isso, a midiatização complexificou os fluxos comunicacionais, onde a circulação passa a ser não mais simples zona de passagem, mas zona central onde ocorre a disputa de sentidos. A partir disso, os atores sociais individuais colocam em jogo seus valores sociais que passam a ser considerados, pressionando as instituições midiáticas, anteriores (imprensa, rádio e televisão transformados em instituições) e atuais (indexadores, meios de interação, plataformas) que passam a ser produtoras e consumidoras nesse novo modelo.

3.1 LÓGICAS DA MIDIATIZAÇÃO

Os fenômenos midiáticos ganharam outra dimensão a partir da internet. Os meios, que antes centralizavam em si o poder de agenciamento dos fluxos comunicacionais, deixam de ser, necessariamente, a medula agenciadora do processo de emissão da informação. Com isso, os atores sociais também passam a desempenhar um outro papel, que antes era designado somente aos meios de comunicação. Os polos de emissão e recepção, neste novo momento, deixam de existir naquele clássico modelo, conforme a imagem abaixo:

Figura 8 – Esquema do sistema geral de comunicação



Fonte: Adaptado de Wolf, 2009, p. 113/Marquioni, 2017

Entretanto, para nós, o processo de midiatização não passou a existir a partir do fenômeno da internet. Compreendemos, portanto, que ele se constitui como um processo histórico, que atravessa diferentes civilizações. Importante considerar aqui a desigualdade implicada na midiatização, que avança conforme o desenvolvimento de cada sociedade. Neste sentido, Verón (2014) propõe uma perspectiva antropológica para a midiatização, considerando processos históricos ao longo do tempo. Ou seja, não sendo a revolução tecnológica crescente dos últimos anos, especialmente com o desenvolvimento da web, o marco fundante deste processo na sociedade, como já afirmamos.

O autor destaca a exteriorização da experiência mental como um fenômeno midiático essencial para a midiatização ser situada como operadora da aceleração do tempo histórico, onde os dispositivos técnicos causam rupturas entre espaço e tempo

De acordo com Verón (2014, p. 14):

A midiatização certamente não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades humanas, do passado e do presente, mas é, mesmo assim, um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de semiose. Essa capacidade foi progressivamente ativada, por diversas razões, em uma variedade de contextos históricos e tem, portanto, tomado diferentes formas. Entretanto,

algumas das consequências estiveram presentes em nossa história evolucionária desde o início e afetaram profundamente a organização das sociedades ocidentais muito antes da modernidade (Verón, 2014, p. 14).

A midiatização é o eixo central que propiciou a emergência de novas lógicas sociais considerando os processos midiáticos na sociedade. Sendo o cruzamento e o conjunto de relações entre “(a) acessos, usos, práticas e poderes dos meios, (b) processos comunicacionais-midiáticos e (c) construções simbólico-sociais, incluindo a construção de valores em jogo em qualquer processo de interação e comunicação” (Ferreira, 2016, p. 200). A midiatização deu luz a novas formas de interação social, estabelecendo, portanto, interações fortemente marcadas por indeterminações e incertezas (Ferreira, 2016).

O imbricamento de a, b e c, descritos por Ferreira (2016), que em última instância resulta no processo de midiatização da sociedade, produz um dinamismo, acelerando cada vez mais as mudanças, tanto sociais, quanto dos meios técnicos (Gomes, 2016). Essa aceleração do tempo e do espaço produz deslocamentos e incertezas, de fluxos indeterminados e imprevistos. Neste sentido, Gomes (2017) caracteriza o processo de midiatização na sociedade como ‘um novo modo de ser no mundo’. Esse outro momento faz um deslocamento, uma desconstrução, retirando da mídia o seu papel de mediação da sociedade, pois os próprios atores sociais passam a ascender ao espaço discursivo.

Por ser um processo histórico, a midiatização produz mudanças sociais e nos meios técnicos ao longo dos anos. A midiatização proporcionou saltos qualitativos na sociedade (Gomes, 2017), onde a produção de fenômenos midiáticos, comuns por todas as sociedades humanas (Verón, 2014), se dá por meio da exteriorização dos processos mentais. Conforme Verón, o primeiro estágio da midiatização teria sido “a produção sistêmica de ferramentas de pedra, começando cerca de dois e meio milhões de anos atrás” (2014, p. 14). Muitos foram os outros momentos que podem ilustrar o processo de midiatização ao longo da história, sendo alguns deles, segundo Verón (2014, p. 15):

(...)a ascensão da escrita; a passagem dos rolos aos códices, ou seja, o nascimento do livro; a ‘revolução não reconhecida’ da imprensa, na expressão feliz de Elizabeth Eisenstein; a proliferação de panfletos e a subsequente ascensão dos jornais; começando no meio do século XIX, novos dispositivos técnicos permitiram o surgimento, pela primeira vez, de fenômenos midiáticos consistindo na produção indiciada de imagens e sons

que enquadram e sequenciam o tempo, dispositivos que culminam, no século seguinte, com a invenção da televisão (Verón, 2014, p. 15).

A midiatização seria, portanto, um dispositivo técnico-comunicacional que foi sendo institucionalizado pelas diferentes sociedades humanas ao longo do tempo, tendo como características os fenômenos midiáticos. Ou seja, na esteira da perspectiva histórica de Verón (2014), a internet e as novas tecnologias, estando as redes sócio-técnicas instaladas nesse processo, não seriam o marco que impulsionou esse espraiamento da midiatização na sociedade. Contudo, há diferentes leituras sobre o fenômeno da midiatização. Há autores, por exemplo, que discordam dessa perspectiva semioantropológica proposta por Verón (2014).

Hjarvard (2014), por exemplo, entende que a mídia exerce um poder, uma influência, sobre a sociedade permitindo que esta condicione e permita “ação humana reflexiva”. Para ele, “a comunicação de massa tem sido complementada por uma variedade de mídias interativas, permitindo a todos não apenas receber, mas também se engajar ativamente em diversas formas de comunicação com alcance potencialmente global” (Hjarvard, 2014, p. 23). O autor ainda acredita que como resultado desse processo “várias formas de mídia foram integradas nas práticas da vida cotidiana, do local de trabalho até a família” (Hjarvard, 2014, p. 23).

O ambiente da mídia contemporânea (Hjarvard, 2014) teria proporcionado um processo de midiatização intensificada da cultura e da sociedade, transformando justamente a relação existente entre mídia, cultura e sociedade. A ideia é que a lógica da mídia - e aqui não falamos da esfera conteudística, mas a sua forma de comunicação (Hepp, 2014) - seria também exercida por outras instituições sociais.

“O termo lógica da mídia, desse modo, se refere ao ‘modus operandi institucional e tecnológico da mídia, incluindo as formas pelas quais ela distribui recursos e material simbólicos e opera com o auxílio de regras informais’” (Hjarvard, 2008, p. 113 *apud* Hepp, 2014, p. 48).

Dessa forma, estaria a sociedade dependente da mídia e de suas lógicas, de acordo com uma leitura institucionalista da midiatização.

Em contraponto a essa perspectiva das lógicas da mídia e a própria mídia exercendo uma grande influência sobre a sociedade, Braga (2015) questiona: “Lógicas da mídia, lógicas da midiatização?”. No texto o autor leva em consideração a passagem da sociedade dos meios para uma sociedade em midiatização, defendendo que esse movimento colocou outras lógicas em jogo. Para ele, a explicação da influência da lógica da mídia sobre a sociedade não é suficiente para explicar a midiatização, “a não ser que estas sejam consideradas em um nível tão

genérico e abrangente que as duas expressões passariam a significar a mesma coisa, e a explicação seria tautológica” (Braga, 2015, p. 16).

Braga (2015, p. 19) ainda argumenta:

Não nego, absolutamente, o poder das mídias, nem sua grande incidência em múltiplos processos interacionais, na sociedade em midiatização. Também não afirmo que outras lógicas intervenientes serão melhores ou mais pertinentes que estas. Entretanto, é preciso reconhecer a presença de outros processos, que se distinguem daqueles, e que podem reforçá-los, redirecioná-los ou produzir, experimentalmente, outras lógicas —que se tornarão, então, lógicas de mídia, invertendo o sentido da incidência (Braga, 2015, p. 19).

Por outro prisma, de acordo com Hjarvard (2014), a lógica da mídia se sobrepõem às lógicas das demais instituições sociais. Para o autor, a mídia pode fazer uma “sobreposição estrutural entre lógicas institucionais de três formas diferentes” (Hjarvard, 2014, p. 34), as quais apresentamos a seguir.

A primeira forma seria realizada por meio da esfera pública produzida pelos meios de comunicação para que se fomente a reflexão na sociedade. Porém, diferentemente da ideia clássica de esfera pública cunhada por Habermas (1989), que é uma relação entre estado e sociedade com uma característica racional, política e deliberativa, a esfera pública da mídia não se restringe a esse formato. Mas é aberta a representação pública e discussão, que pode ser racional ou irracional, de assuntos que podem atravessar todas as instituições sociais (Hjarvard, 2014).

Uma segunda forma de sobreposição institucional é o caráter constitutivo da mídia dentro das demais instituições sociais. Um exemplo disso seria um forte deslocamento das diferentes práticas sociais inerentes às instituições sendo deslocadas de ambientes físicos para sua execução em ambientes digitais. Ou seja, os espaços institucionais sendo mediados por aparatos e processos midiáticos, transformando as lógicas do seu fazer (Hjarvard, 2014).

A terceira forma de sobreposição elencada pelo autor é a capacidade semi-independente da mídia em relação às demais instituições sociais, onde as suas lógicas alcançam “a quase todo espaço social” (Hjarvard, 2014, p. 36). Assim essa lógica da mídia que se sobrepõe às lógicas das demais instituições “não influencia apenas como os atores sociais de instituições variadas agem na esfera pública, mas também o próprio funcionamento de outras instituições e suas interações entre si (que não precisam ser realizadas na esfera pública)” (Hjarvard, 2014, p. 36).

Quando observadas as lógicas de qualquer processo social, “é relevante compreendê-las em sua dinâmica —sua origem, sua institucionalização, os processos de sua transformação” (Braga, 2015, p. 20). As lógicas se modificam com a sociedade, não permanecem estáticas, mas se acomodam e se encaixam conforme o movimento de transformação social avança. Caso contrário, elas deixam de ser gramáticas incorporadas como regra, por isso a necessidade de serem aperfeiçoadas.

Há duas dinâmicas, de acordo com Braga (2015), produtoras de lógicas de mídia, sendo elas: o campo dos media e as tecnologias. O campo dos media, com o surgimento do rádio e da televisão, desenvolveu práticas sociais que se institucionalizaram, criando características para aquilo que se entende como os meios de comunicação e, posteriormente, a mídia.

Conforme Braga (2015, p. 21):

Podemos considerar que uma boa parte das lógicas de mídia hoje conhecidas é derivada de tais processos —padrões de empresa; formação de um corpo profissional complexo, com múltiplas especialidades; desenvolvimento de um perfil de público receptor assumido como massivo; e determinadas relações de mútua incidência entre o que os meios produzem e o grande público (Braga, 2015, p. 21).

Além desses processos gerados pelo campo dos media, as materialidades tecnológicas também contribuem para o entendimento dessas práticas que se estabeleceram como lógica da mídia. A tecnologia ofereceu um dinamismo evolutivo aos processos de comunicação, a invenção de aparatos e recursos próprios da tecnologia e, principalmente, aos usos, práticas e apropriações que usuários fazem das materialidades tecnológicas (Braga, 2015). Essas inovações transformaram as lógicas interacionais estabelecidas, acelerando a produção de novas possibilidades interacionais na sociedade.

Além disso, Braga (2015) constata a partir de Feenberg (2005), que a tecnologia não é racional. Ou seja, conforme os autores há “valores sociais incluídos na própria invenção e desenvolvimento de tecnologia, que devem ser inferidos” (Feenberg, 2005, p. 51 *apud* Braga, 2015, p. 23). Nesse sentido, “as inovações tecnológicas se ajustam também aos valores dos usuários que as acionam, transformando-se pelo uso diversificado” (Braga, 2015, p. 23). A tecnologia tem suas lógicas, que podem ser lidas conforme dois grandes níveis de instrumentalização na sociedade: no primeiro é a própria tecnologia que se impõe; no segundo as práticas

sociais impõem seus valores sociais, tornando a tecnologia sua dependente (Feenberg, 2015 apud Braga, 2015).

Essas duas dinâmicas, do campo dos media e da tecnologia, formadoras das lógicas de mídia, na sua relação acabam gerando outros resultados ligados a essa mesma lógica. “Por meio de ajustes nas lógicas do campo dos media em função das novas tecnologias; e por meio de invenção de novas tecnologias conforme valores produzidos ou solicitados pelas lógicas do campo dos media” (Braga, 2015, p. 23).

Entretanto, entendemos que quando tensionadas, as lógicas da mídia e a dos processos sociais ganham novas perspectivas, que estão ligadas ao processo de midiatização na sociedade (Braga, 2015). Além disso, o fenômeno da midiatização não está ligado apenas às lógicas midiáticas, há outros elementos essenciais como a própria ideia de circulação e circuitos, onde uma dinâmica afeta a outra gerando incertezas, novos contextos e disrupção.

3.2 COLETIVIDADES E MIDIATIZAÇÃO: OUTROS MODOS DE RESISTÊNCIA EM REDE

A cada salto qualitativo na história produzido pela midiatização, as práticas sociais se alteram, modificando o modo que se dá às relações entre os indivíduos e os meios. Essas mudanças sociais e de meios técnicos proporcionam novos formatos de interações sociais, que são atravessadas por vínculos diversos e diferentes matrizes culturais. Diferentes algoritmos da cultura (Ferreira, 2021) se estabelecem nas experiências mentais dos sujeitos, onde estes passam a se contatar e os meios se tornam centrais para elaborar as zonas de contato e de vinculação destes sujeitos a partir de suas convergências e divergências.

Com a midiatização, as disputas de sentido que antes se concentravam apenas na zona dos meios, passam a sofrer com as consequências das indeterminações e incertezas dos fluxos midiáticos. Os atores sociais inscritos no processo passam a ter poder para também produzir novos sentidos, se colocando nas zonas de disputas e criando estratégias para se fazerem presentes de forma contundente nos embates. Atores sociais saíram do espaço programado para eles, que é o polo da recepção, proporcionando distintas respostas aos estímulos emitidos, tanto por meios midiáticos, como pelos próprios sujeitos.

Os atores sociais passam a adotar outras posturas, questionando, tensionando, os meios midiáticos tradicionais, que se veem não mais como os elementos centrais agenciadores dos processos comunicacionais, mas como uma das partes deste fluxo midiático. De acordo com Verón, ao longo do contexto histórico da mediação, “lo que nos interesa es que la WWW comporta una mutación en las condiciones de acceso de los actores individuales a la discursividad mediática, produciendo transformaciones inéditas en las condiciones de circulación” (2013, p. 281) . Ou seja, a internet foi revolucionária no sentido de oferecer amplo acesso e produzir, a partir disso, proporcionar a atores sociais diferentes modos de ser e estar no mundo.

A internet também produziu características sociais a partir de seus usos e apropriações por parte dos atores sociais, como a questão do laço social (Verón, 2013).

Conforme Verón (2013, 281):

las redes sociales reactivan sin cesar la pregunta sobre el vínculo social, en las tres dimensiones de la semiosis: afectiva, factual y normativa. Y en fin, la capacidad de operar sobre mecanismos institucionales de muy diversos tipos vuelve crucial la cuestión de la identidad del actor (solicitada a través de una multiplicidad de palabras clave, códigos y demandas de identificación) y, por lo tanto, la cuestión de su legitimidad en tanto miembro de la sociedad en la que vive (Verón, 2013, p. 281).

Os vínculos sociais estão profundamente ligados à identidade dos sujeitos. Sendo a identidade fundamental para a constituição de circuitos (Braga, 2012), por exemplo. A construção de coletivos retroage sobre os perfis de sujeitos na rede, que passam a elaborar espaços-vínculos que passam por uma construção de conhecimento coletiva, onde há discussões temáticas, resistência a violências sociais cotidianas e reprodução destas no meio online, organização social para agendamento de pautas, entretenimento de interesses comuns, entre outras inúmeras possibilidades que os vínculos e a rede podem oferecer.

É por meio das redes sócio-digitais e demais espaços online, como sites e aplicativos interacionais, que os atores sociais se reconhecem enquanto sujeitos portadores de construções coletivas que em algum momento se atravessam. São interesses comuns que fazem com que as trajetórias individuais de cada sujeito passem a ser de alguma maneira compartilhada com demais sujeitos destes mesmos círculos de interesses, afetos, reflexões, narrativas, estilos, etc. em interação. Essa simbiose, em uma sociedade mediática, onde atores sociais protagonizam episódios

de resistência conjunta ou com ações semelhantes individualizadas, no caso em análise, a resistência contra as lógicas de opressão racial, entendemos como coletivos. “Definimos como coletividade toda figuração de indivíduos que compartilham um determinado pertencimento significativo que por sua vez, provê uma base de ação e orientação em comum” (Couldry; Hepp, 2020, p. 217).

Ainda de acordo com Couldry e Hepp, “a característica principal das coletividades continua sendo o seu caráter significativo para os atores envolvidos - e as mídias desempenham um importante papel ao dar suporte à produção desse sentido” (2020, p. 218). Os meios digitais oferecem sentido tanto como fomentadora de casos que propiciam a resistência das coletividades, a partir da reprodução das violências no meio online, como também proporciona um ambiente online de discussão, organização e denúncia, para aqueles que se identificam com a defesa de uma mesma perspectiva sobre raça ou, até mesmo, antirracista.

A produção de sentido em rede sofre um fluxo contínuo de incidência de informação, de novas possibilidades discursivas e de operações dos próprios meios. Esses movimentos instigados pela própria tecnologia transforma também as coletividades que passam a buscar outras estratégias para ecoar suas vozes e delimitar seus espaços em uma sociedade midiaticizada. Não podemos “descrever essas coletividades simplesmente como ‘ações em rede’; em vez disso, elas constroem figurações complexas com uma determinada constelação de atores” (Couldry; Hepp, 2020, p. 219).

No caso da questão racial, que é terreno onde cultiva-se a luta por direitos para pessoas negras e pelo fim do racismo, com a ascensão dos meios digitais e a popularização do letramento racial, como já dissemos anteriormente, as estratégias de resistência foram ampliadas. Ou seja, houve uma maior identificação coletiva, em que “mesmo que essas pessoas não necessariamente se sintam parte de uma comunidade, elas ainda podem constituir uma coletividade” (Couldry; Hepp, 2020, p. 220), justamente por existir uma conexão com a pauta racial, seja por ser negro, por ser sensível à causa ou por ser consciente racialmente dos privilégios sociais que carrega, não estando diretamente ligado aos movimentos sociais negros.

Nesta mesma esteira, Couldry e Hepp (2020, p. 220) afirmam:

As mídias são importantes aqui em um duplo sentido: primeiro, elas definem os quadros de relevância dessas figurações; segundo, elas são importantes como uma forma de manter essas coletividades juntas. Com as mídias

digitais, as influências possíveis dessas coletividades aumentaram na medida em que uma nova “política de participação” se tornou possível, “não apenas por meio da produção e da circulação de novas ideias (uma leitura crítica de textos favoritos), mas também por meio do acesso a novas estruturas sociais (inteligência coletiva) e novos modelos de produção cultural (cultura participativa). (Jenkins, 2006a, p. 246)” (Couldry e Hepp, 2020, p. 220).

As redes sócio-digitais, nesse contexto, se tornam centrais para que essa ideia de coletividade que estamos descrevendo possa existir. Elas são espaços onde as discursividades se encontram, identificam-se e se reconhecem. Ao passo que as redes são ambientes opressores, também se constituem como ambientes potencializadores de ações de resistência. Elas concentram em si os movimentos antropológicos de transformação da sociedade e dão a ver outro significado para os meios, que antes, conforme teorias da indústria cultural, apenas incidiam informação sobre os sujeitos, não dando voz aos atores sociais..

Nesse sentido, trazemos como forma de ilustração do argumento um projeto que tem como foco o incentivo à coletividade em torno da questão afro. O Movimento Black Money propõe uma experiência digital onde conecta a comunidade negra a diversas iniciativas que fortalecem a dão autonomia a sujeitos negros. Esse ecossistema digital oferece iniciativas, como: plataforma online de vendas onde afroempreendedores podem anunciar seus produtos (*marketplace*), um banco 100% digital focado em criar facilidades para o público negro (*fintech*), um projeto educacional voltado a desenvolver novas habilidades e competências em afroempreendedores e jovens negros, um banco de talentos que faz *networking* da população negra com objetivo de gerar empregabilidade e recolocação no mercado de trabalho e um fundo de renda básica em formato de auxílio a mães negras solo e empreendedores negros.

Figura 9 - Movimento Black Money

Nós fortalecemos a comunidade preta

Incentivamos em todos os nossos projetos a prática do black money, onde pessoas negras possam manter o capital por mais tempo na comunidade negra de forma intencional.



Disseminação da Filosofia

Vamos além da reafirmação identitária. Fazemos com que pessoas pretas tenham real autonomia e liberdade, por meio do uso de tecnologia e acesso a serviços financeiros com retorno às necessidades do nosso povo.



Fomento do Empreendedorismo

Transformamos a economia e as perspectivas empreendedoras de nossa comunidade que enfrenta tantas barreiras para obter crédito, manter e crescer o próprio negócio.



Mindset de Inovação

Promover análises profundas, ter o hábito de questionar, a disposição para trabalhar e mente aberta para mudanças.

[Faça Parte →](#)

Fonte: movimentoblackmoney.com.br.

Projetos como o Movimento Black Money fomentam a coletividade em torno de um mesmo interesse. A própria ideia de fortalecimento da comunidade a partir do consumo e da economia, estimulando a troca financeira dentro da própria população negra, mas também entre aqueles não-negros conscientes racialmente, tem os meios digitais como centrais para a constituição desta coletividade. Essa experiência está totalmente permeada pelos meios digitais, onde a existência da ideia e da formação do coletivo só ocorre pelo atravessamento da mídiatização.

De acordo com Sanchotene (2009, p. 257):

O processo de mídiatização deslegitima outros campos sociais, pois tudo é aberto e exposto ao grande público, que é, cada vez mais, fragmentado e heterogêneo. E um dos efeitos da mídiatização é justamente a capacidade de cada um fazer sua própria edição do real, estabelecendo relações verdadeiras que são mantidas em situações de copresença com os dispositivos midiáticos, uma vez que estes atuam segundo realidades de construções que lhes são intrínsecas, convertendo os indivíduos em cogestores de processos cujas modalidades os nomeiam e legitimam como personagens e atores desta realidade (Sanchotene, 2009, p. 257).

Neste sentido, as coletividades que se constituem enquanto grupos online referenciados em plataformas digitais e tópicos de interesses para comunicação (Couldry; Hepp, 2020) trazem suas experiências de realidade para o digital. O real e

o virtual passam a se afetar mutuamente, onde um é motor de mobilização para o outro. O que acontece no real reverbera no virtual e o que acontece no virtual reverbera no real, causando consequências em fluxos indeterminados e zonas de afetação não previstas. A violência racial que ocorre na vida real passou a ser tensionada nos meios online, que proporcionam a auto organização das coletividades sensíveis à temática racial, que já se vêem mobilizadas por atores sociais e instituições midiáticas que agendam as discussões.

Há inúmeros casos de racismo nos últimos anos, especialmente no Brasil, que tem dispositivos técnicos e a rede como centrais para denúncia e mobilização social, sendo a mídiatização fenômeno chave que modificou os desfechos dos casos, no sentido de proporcionar provas (vídeos-denúncia que circularam nas redes demonstrando o ato de violência) e organização social para pressionar órgãos responsáveis. Podemos citar três, todos acontecimentos na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, porém, não é o intuito apresentá-los como casos em análise nesta dissertação, pois não são. Nem mesmo é o nosso foco realizar uma profunda análise comunicacional destes. Há trabalhos¹⁴ na área que se debruçam em estudar estes casos com exclusividade, no contexto da mídiatização. Contudo, queremos utilizá-los como forma de demonstrar elementos de formação de mobilização das coletividades a favor da luta contra o racismo na rede.

1) Beto Freitas

Em novembro de 2020, João Alberto Silveira Freitas foi assassinado por seguranças do supermercado Carrefour, em Porto Alegre. A vítima, que era negro, teria discutido com a caixa do estabelecimento e foi levada pelos profissionais que faziam a segurança do local para o estacionamento. Beto, como era chamado, foi espancado até a morte de forma cruel, em espaço público e com gravação do fato por pessoas que assistiam o ocorrido.

O que nos interessa ressaltar do ocorrido, além do próprio racismo presente, é o fato de que o vídeo do espancamento de Beto no estacionamento do supermercado

¹⁴ Como a Tese “CRONOTOPOS MÍDIATIZADOS NAS LUTAS ANTIRRACISTAS: O ESPAÇO-TEMPO COMPLEXOS NOS ACIONAMENTOS E DISPUTAS NARRATIVAS EM TORNO DO ‘SER NEGRO’”, de Ângelo Neckel, apresentada em abril de 2024, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

ganhou grandes proporções nas redes sócio-digitais ao entrar no fluxo da circulação. A partir do vídeo que mostrava a violência, movimentos sociais negros e demais pessoas sensibilizadas com as cenas do assassinato, se mobilizaram e organizaram atos em forma de protesto contra a morte de Beto.

Pode-se perceber a midiatização. Desde o dispositivo que foi utilizado para fazer a gravação, o vídeo publicado nas redes, a circulação do material que foi parar nos telejornais, a mobilização dos atores sociais a partir do vídeo e demais zonas de indeterminação que foram acionadas e que transformaram o desfecho deste caso. É importante ressaltar também a relevância do tensionamento dos atores sociais às instituições envolvidas para dar o desfecho do caso e demais reverberações.

2) Seu Jorge

Em outubro de 2022, o cantor Seu Jorge se apresentava em um show privado no Clube Grêmio Náutico União, em Porto Alegre, onde sofreu ataques racistas por parte da plateia. Utilizou-se algumas justificativas que foram gatilhos para o início das ofensas racistas, que a investigação estava apontando, como: um gesto político a favor de um dos candidatos à presidência da república (ter feito o L, de Lula), ter dado espaço a um jovem negro participar do show e Seu Jorge teria feito um discurso sobre maioria penal ou quando teria declamado uma música dos Racionais MC's.

Na verdade, nossa hipótese é que nenhum dos pontos levantados como gatilho são os verdadeiros gatilhos para as ofensas. O que é o gatilho é a cor do cantor, que é negro, e a lógica da branquitude que permeia as experiências mentais de boa parte do público que estava presente no local. Ou seja, quando o artista deixou de estar no espaço delimitado pela branquitude, não atendendo mais às expectativas deste local idealizado para pessoas negras, a branquitude age de forma virulenta, expondo seu incômodo com negros que não aceitam tal enquadramento. Afinal, ao não concordarem com a posição de Seu Jorge, seja lá qual dos atos feitos pelo artista, citados anteriormente teria sido o estopim dos xingamentos, o que o público decide ataca-lo fortemente a partir da sua cor.

Figura 10 - Episódio de racismo com Seu Jorge



Fonte: Reprodução/Youtube.

O acontecimento entrou nos fluxos de circulação após o artista gravar um vídeo-manifesto e publicá-lo em seu canal no YouTube, onde relatou a violência sofrida no show. A partir disso, trechos do vídeo passaram a circular nas redes sócio-digitais e nos telejornais, onde atores sociais passaram a se pronunciar nas redes, com as mais diversas posições, que variaram entre defesa do artista e minimização da situação. A cada atualização do acontecimento, como depoimento de pessoas presentes no clube no momento das ofensas, como o do Presidente do Grêmio Náutico União, que afirmou não ter presenciado as ofensas, apesar de vídeos que provam os termos racistas proferidos da plateia.

A midiatização se presentifica na postura que o artista toma, onde ele não aguarda o movimento das mídias tradicionais hegemônicas, que iriam atrás do seu depoimento e construíram a narrativa em uma reportagem que levaria os fatos para o grande público. Seu Jorge produziu um vídeo de 9:08 minutos com um texto feito diretamente para os gaúchos, com símbolos do Rio Grande do Sul, em que declara seu respeito pelo estado e reforça os fatos acontecidos no show.

3) Éverton Guandeli

Em fevereiro de 2024, Éverton Guandeli, um motoboy negro, sofreu uma tentativa de esfaqueamento por parte de um homem branco, que o agrediu com um canivete. O fato aconteceu em espaço público, à luz do dia, em um bairro da cidade de Porto Alegre. No capítulo sobre as lógicas da branquitude desta dissertação utilizamos como ilustração uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), com policiais militares da Região Metropolitana de Porto Alegre, que responderam um questionário apontando as principais características que eles entendem que sujeitos podem ter a ponto de gerar abordagem. As quatro primeiras características que mais se repetiram nas respostas foram ser negro, ter tatuagem, ser jovem e ser homem, nesta ordem, respectivamente.

Feita essa recapitulação, o acontecimento envolvendo Éverton Guandeli chocou duplamente pela violência que este teve que passar. Mesmo sendo vítima, quem saiu preso no porta-malas da viatura policial, foi Éverton. Ficou evidente a diferença de tratamento feita pelos policiais militares que atenderam a ocorrência entre os dois homens envolvidos no caso. Na imagem abaixo é possível verificar Éverton sendo algemado por reagir de forma indignada a violência sofrida, enquanto Sérgio Camargo Kupstaitis, o homem branco agressor, sem qualquer tipo de abordagem virulenta.

Figura 11 - A vítima Éverton Guandeli e o agressor Sérgio Kupstaitis



Fonte: G1/RS.

Assim como no caso Beto, assassinado no supermercado Carrefour, os dispositivos que gravaram as cenas de violência são fundamentais para o início dos fluxos de circulação, bem como as ações de levar as imagens para as redes sócio-digitais, onde ganharam novas proporções em respostas indeterminadas. A partir das imagens circulando nos espaços digitais e chegando aos telejornais, os coletivos institucionalizados, como movimentos sociais negros, e aqueles apenas sensíveis à questão, se mobilizaram e organizaram um ato em defesa do motoboy que foi detido pela polícia, mesmo sendo a vítima em questão. A midiatização se explicita quando os atores sociais passam a agenciar os fluxos, sendo eles centrais para a explosão dos casos em amplo espaço público de discussão e tensionamento.

A atorização social utiliza de estratégias digitais de resistência para pôr em circulação valores sociais a partir de práticas midiaticamente articuladas para pôr em jogo disputas de sentidos, antes agenciadas pelos meios (Rosa, 2024).

É possível evidenciar, de acordo com Rosa (2024, p. 19):

(...) a midiatização como um processo de longo tempo, marcado não somente pelos aparatos tecnológicos, mas pelos dispositivos interacionais que potencializa, desloca a produção de sentidos da centralidade das mídias para os atores sociais. Estes em organização coletiva apropriam-se dos meios e de suas lógicas, subvertendo suas regras e seus usos. Para isso negociam com as políticas de produção, aderem aos formatos, mas o fazem para agenciar outros valores. Entram aí as negociações inerentes aos movimentos tentativos e experimentais da sociedade, que assume uma postura de fazer mídia. (ROSA, 2024, p. 19)

Nesse sentido, classificamos o processo de midiatização como um conglomerado de lógicas, de processos e de práticas que, juntos, formam o fenômeno observado, onde entre eles está também a lógica da mídia estabelecida (Hjarvard, 2014). Nesse sentido, compreendemos que a midiatização é um “processo não linear” (Verón, 2014), onde as lógicas de produção e de reconhecimento se colocam em um lugar de afetação pela zona que está entre os dois pólos de emissão e recepção. Essa zona de contato passa a ter uma nova perspectiva a partir do aprofundamento do processo de midiatização na sociedade. A circulação midiática passa a ser um dos pontos centrais e característicos da midiatização, portanto, esse conceito é fundamental para o embasamento deste trabalho e será melhor aprofundado neste texto.

A midiatização estimula e joga luz na elaboração dos processos midiáticos por atores sociais, que descentralizam o poder de mediação dos meios midiáticos e

passam a construir novos fluxos não ordenados. Os papéis se misturam, conforme tentamos demonstrar até o momento. A tecnologia e o ambiente online privilegiaram ainda mais esse movimento de reposicionamento dos campos sociais.

3.3 CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS: ZONA DE DISPUTAS DE VALORES SOCIAIS

O conceito de circulação se tornou central para compreender os efeitos da mediação em nossa sociedade, tomando outras perspectivas a partir do aprofundamento tecnológico e da transformação da cultura e dos sujeitos. A circulação midiática se torna um território emaranhado de produção de sentido, desconstruindo a compreensão da ideia do fluxo de emissão de mensagem, que considerava relevante apenas os polos emissor e receptor, tendo a circulação apenas como uma “zona de passagem” (Fausto Neto, 2013). Esse outro cenário passou a ser construído, a partir do final do século XX, onde as pesquisas se voltaram para o desafio de estudar as gramáticas de produção e de recepção, a partir do território da circulação (Fausto Neto, 2013).

A questão da indeterminação de sentidos na circulação se agrava ainda mais se analisada a partir dos algoritmos e das plataformas digitais; e entender a produção de sentidos a partir disso se complexifica. A comunicação como espaço da circulação de sentidos no sistema do capitalismo tem como valor da linguagem as “narrativas que regulam e legitimam modos de ser e aparecer do capital” (Grohmann, 2019, p. 103).

Ou seja, o processo de produção de sentidos a partir das plataformas digitais, têm lógicas algorítmicas que reproduzem, criam e reforçam narrativas opressivas com o objetivo de manter a estrutura social como está: branquitude como estrutura, racismo como estruturante (Campos, 2022), sendo estas as fontes que alimentam o imaginário da forma social escravista descrita por Sodré (2018).

Apesar disso, existem atores sociais com papéis fundamentais nesse processo, lutando ativamente para combater práticas de opressão racial. Há algo que está sendo investigado no âmbito desta dissertação que busca demonstrar uma disputa e um tensionamento nesta geração de sentidos que tenham como fundo vieses discriminatórios. O que queremos dizer é que da mesma forma que há na sociedade vieses e práticas discriminatórias, existem também formas de resistência e combate às lógicas racistas. A constituição de circuitos afro-referenciados no ambiente online

é um elemento central para a evidenciar os vieses da tecnologia e os pôr em circulação. Além disso, a circulação é um processo que expõe brechas encontradas por atores sociais para denunciar essas práticas opressivas.

Os múltiplos sentidos produzidos na circulação estão ligados a “valor de troca, valor simbólico e não valores” (Rosa, 2019, p. 21), porém, “quem detém o poder de atribuir valor?”, questiona a autora (2019, p. 25). Para ela, pensar a circulação implica em atribuir relações de valores neste espaço indeterminado, acentuando ainda mais as defasagens. Essa produção de valores deixa de ser determinada pelos meios hegemônicos, tendo eles dividido essa condição de produtores com os atores sociais, que passam também a criar e por seus valores em jogo. Dessa forma, estes valores outros “começam a emergir e a confrontar aqueles produzidos pelas instâncias midiáticas tradicionais. Isto é, a circulação, potencializada pelo acesso aos dispositivos midiáticos, envolve relações de valor que são, segundo Rosa (2016a), hibridizadas” (Rosa, 2019, p. 24).

Além das práticas das instituições midiáticas, que passam por mutações a partir de tensionamento de valores que causam “defasagens de sentidos” (Rosa, 2019), mas muito impulsionadas por esse deslocamento de papéis e ascensão dos atores sociais aos meios, nos importa considerar os valores ligados a aspectos mobilizados por questões sociais, como o próprio racismo. A circulação traz à tona e põe em xeque valores e sentidos estabelecidos socialmente, mas que passam a ser quebrados com a digitalização, mas, sobretudo, com o processo de mediação.

Os valores atribuídos pelo Google, por exemplo, enquanto instituição midiática, ao o que é cabelo ruim ou feio, ou o que ele entende por mulher negra dando aula ou até mesmo como ele estabelece qual o estereótipo para o resultado da busca pelo termo funkeiro, passa a estar suscetível a fluxos de circulação que venham a denunciar, tensionar, resistir, mas também, concordar, minimizar e produzir sentidos que não sejam opostos ao estabelecido. O que estamos tentando dizer é que, a circulação é uma zona indeterminada. Os valores estabelecidos pelas instituições midiáticas são expostos e direcionados, de fácil identificação. Entretanto, atores sociais passam a deter o poder e “a ação de observar, de produzir, de subverter, de levar adiante, de excluir outras imagens, enfim, a própria ação de valorar, seja mantendo o sentido original de uma imagem ou transformando-o em outro” (Rosa, 2019, p. 26).

Os caminhos ficam abertos, na circulação, tendo os atores sociais a liberdade de expressarem seus valores e crenças, colocando-os em disputa e tensionamento. Os atores sociais passam a ter maior relevância nos processos, destituindo a mídia tradicional da sua hegemonia e centralidade. Contudo, os atores sociais também ficam suscetíveis a questionamentos sobre aquilo que eles mesmo emitem nesta zona de incertezas e indeterminações. Ou seja, essas novas configurações da vida social exigem mais de sujeitos no sentido de colocarem à prova e a terem que responder por aquilo que emitem e inserem nos fluxos da circulação midiática. Porém, são estas outras configurações que mudam as regras do jogo em inúmeros sentidos, principalmente quando falamos de valores sociais.

Os processos de produção e reconhecimento passam a estar diluídos e não mais concentrados em atores e instituições, com papéis específicos e delimitados. As lógicas de emissão e recepção podem se repetir ao longo do sistema de circulação de determinado fluxo de informação, justamente porque, conforme Rosa (2012, p. 2):

(...)uma vez que na circulação não há uma separação evidente entre produção e recepção, ao contrário, na esfera da midiatização estes papéis são constantemente alternados e a produção é compartilhada ou ocorre a partir de reinscrições. No entanto, cabe aqui ressaltar que há uma produção consumidora ao mesmo tempo em que um consumo produtivo (Rosa, 2012, p. 2).

Os atores sociais e as instituições são eixos interligados que se retroalimentam, ficando um dependente do outro para seguir nutrindo o processo de circularidade midiática (Rosa, 2013). Em um fluxo adiante, a produção consumidora e o consumo produtivo impõe novos cenários ao acontecimento inicial, fabricando novos desfechos e elaborações. Nunca se sabe quando o fluxo poderá estancar ou se de fato estancou. A circulação, a partir da internet, ganha esse potencial de reacender e pôr novamente em fluxo acontecimentos passados, produzindo novos tensionamentos, reabrindo questões e trazendo diferentes perspectivas. O imaginário neste caso aciona imagens e discursos já ocorridos, no sentido de criar relações com algo que está acontecendo na atualidade.

Nesse sentido, a linguagem, no processo de circulação, é um componente fundamental para o fluxo se estabelecer. Sobre isso, Fausto Neto (2013, p.43) afirma que há um deslocamento da linguagem e da circulação, onde estas recebem um novo status:

(...)um *status* de um 'protagonismo' mais complexo. Reconhece que a linguagem não é apenas um 'estoque de signos' a serviço de uma convenção estabelecida por um ator determinado, e que a circulação não se trata somente de uma plataforma na qual se faz transitar uma mensagem que sai da cabeça de uma pessoa e/ou de uma instituição para outra que a acolhe, sem problemas (Fausto, 2013 p. 43).

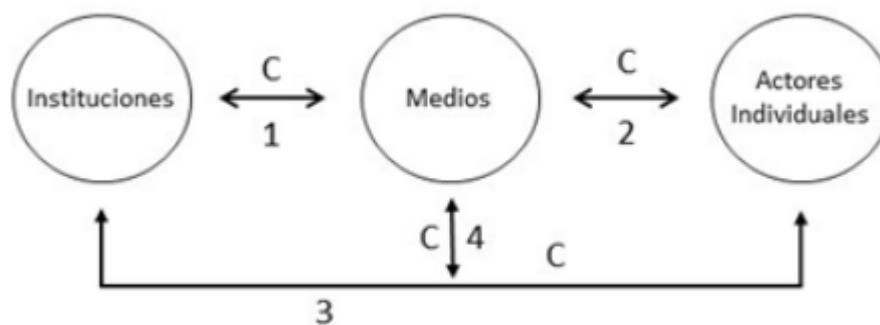
A linguagem atua a serviço de uma atividade mediadora (Fausto Neto, 2013). Os fluxos acionados na circulação não mais utilizam apenas de uma linguagem para produzir o discurso midiático, mas cada ator, seja indivíduo ou instituição, pode acionar diferentes linguagens para construção da sua narrativa e pôr o fluxo adiante. A linguagem depende também da plataforma em que está sendo veiculada, as diferentes possibilidades que cada uma delas oferece e a intenção do ator social ao utilizar o modelo de linguagem escolhido. Com a circulação midiática, a linguagem passa a ter um papel fundamental nos fluxos, pois onde há linguagem há produção de sentido. "Portanto, compreender a circulação é compreender como se dá o trabalho de construção do sentido e como o sentido se transforma ao longo do tempo" (Rosa, 2013, p. 6).

A inserção da técnica, quando analisada sob a perspectiva da produção, reforça a problemática de leitura da circulação apenas como uma zona de passagem. Na perspectiva da midiatização, a circulação produz descontinuidades, desajustes, defasagens, onde o processo de produção não seria apenas o início, disparando o *input* deste fluxo, mas também, a partir da recepção, se tornando o local de chegada. Afinal, são diversas as variáveis e estratégias disponíveis na circulação, onde os sentidos produzidos são muitos.

Dessa perspectiva, diferentemente das designações que anteriormente lhes foram apontadas, a circulação é concebida como uma região que trabalha segundo processos nos quais podem ser apresentadas marcas de sua atividade. Segundo acoplagens, põe em relação produção e recepção não como entidades abstratas, e sim como portadores de lógicas e gramáticas a partir das quais são enunciadas operações de produção de sentidos. (Fausto Neto, 2013, p. 47)

Uma das características da midiatização é a imprevisibilidade, "é o fato da sua dinâmica não contemplar processos lineares de causa e efeito, nas relações dos seus componentes" (Fausto Neto, 2018, p. 4). Essa ideia de fluxos não-lineares deságua no conceito de circulação, conforme o autor (2018), onde instituições, meios e atores, conforme esquema de Verón (1997), se afetariam demonstrando a complexidade desse sistema (Fausto Neto, 2018).

Figura 12 - Complexidade da midiatização



Fonte: Fausto Neto, 2018

A figura acima demonstra a complexidade da midiatização em processo na sociedade, em que há uma afetação mútua entre os três setores, com diferentes estratégias, que podem divergir ou convergir, mas levando em conta as estratégias dos outros dois (Verón, 1998 *apud* Fausto Neto, 2018). Esse fenômeno de atravessamento dos campos sociais estabelecidos, que é a midiatização, se coloca como processo interacional de referência (Braga, 2006).

Nesse sentido, os outros processos não deixariam de existir a partir da compreensão da midiatização como processo interacional de referência, mas se submeteriam às definições dessas lógicas centrais.

De acordo com Braga (2006, p. 11):

Um processo interacional 'de referência', em um determinado âmbito, 'dá o tom' aos processos subsumidos - que funcionam ou passam a funcionar segundo suas lógicas. Assim, dentro da lógica da midiatização, os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem mais se ajustam (Braga, 2006, p.11).

As discontinuidades do processo que é não-linear produzem desajustes na relação entre produtor e receptor de mensagens (Fausto Neto, 2018), justamente porque a circulação não se coloca mais apenas como uma zona de passagem, sendo ela um espaço de produção e oferta de sentidos, proporcionando uma outra dinâmica ao fluxo informacional.

A circulação de sentidos em uma ambiência mediatizada transforma práticas sociais, reafirmando a ideia de que "o processo comunicacional é, por natureza, relacional - e não apenas, transmissional" (Fausto Neto, 2018, p. 10). A circulação

midiática é o local onde a discursividade social se concentra, não seguindo necessariamente lógicas e estratégias dos polos de emissão e de recepção. Nesse sentido, a circulação emerge entre esses dois polos sendo compreendida “como uma dimensão articuladora das relações entre produção e recepção” (Fausto Neto, 2018, p. 13). Essa dinâmica relacional entre as lógicas de produção e de reconhecimento está marcada pelo desajuste. Entretanto, “tais instabilidades que marcariam o processo comunicacional não causaria a ruptura na atividade interacional entre estes polos, uma vez que a produção de sentido estaria implicada na realidade estrutural de uma dinâmica entre eles” (Fausto Neto, 2018, p. 14).

Na era dos algoritmos entendemos que a oferta está vinculada diretamente ao consumo dos usuários. É um fluxo que se retroalimenta, a partir dos rastros deixados por esses usuários ao longo dos usos e apropriações que fazem das plataformas digitais. “Em que medida as informações capturadas junto aos receptores podem indicar pistas sobre as modalidades através das quais eles transformariam as ofertas, nelas introduzindo postulados e lógicas de sua própria realidade?”, questiona Fausto Neto (2018, p. 15). Na medida em que as ofertas passam a direcionar os usos e as práticas dos usuários, no sentido de sugerir, por exemplo, conteúdos a partir do mapeamento e leitura do perfil dos usuários. Ou quando os algoritmos do Instagram e TikTok, por exemplo, definem quais publicações chegam e quais não chegam ao usuário. Ou até mesmo quando o Google define como resultado de uma busca o que é cabelo ruim e cabelo feio.

A circulação, nesse sentido, passa a ter uma outra perspectiva indo além da ideia de que seria um conceito ligado às defasagens. Ela pode ser inscrita na “instância de articulação entre ofertadores e usuários de discursos, a partir das noções de espaço (distância) – temporalidades” (Fausto Neto, 2018, p. 15). A circulação seria esse intervalo onde ofertadores e usuários se relacionam a partir de lógicas complexas, gerando múltiplos sentidos.

Nessa emergência digital, onde atores sociais ganham espaço e transformam as lógicas inscritas nos processos midiáticos, os algoritmos digitais são fundamentais, em nossa ótica, para esta constituição. São eles que passam a agenciar os meios online, bem como novas tecnologias que estão modificando a sociedade como um todo. Por isso, compreendemos que o algoritmo se tornou elemento importante para o processo de midiatização e passou a oferecer suas lógicas como fator importante para o avançar epistemológico deste conceito.

Além disso, a própria mídiatização é capaz de manusear o tempo e o espaço, acionando novos fluxos midiáticos e trazendo para o centro as práticas, os valores e os discursos dos atores sociais, que também se colocam como produtores nessa ambiência. Considerando isso, entre outros aspectos, abordamos na sequência uma argumentação que consideramos central para esta pesquisa, do que entendemos como algoritmos e suas lógicas.

4. VERIFICANDO STATUS: ALGORITMOS DIGITAIS EM UM CONTEXTO MEDIATIZADO

Os algoritmos digitais são elementos centrais no processo de mediação presente na sociedade, principalmente quando falamos de aparatos tecnológicos. As redes sócios-digitais, objeto intrínseco a essa revolução interacional onde atores individuais passam a disputar a produção de sentidos com os meios tradicionais, são dispositivos que tem seu agenciamento feito por lógicas algorítmicas, por exemplo. Porém, são inúmeros os sistemas ligados a web que dependem deste meio para operar. Os algoritmos digitais estão no cerne das mais diversas operações. O algoritmo é um objeto invisível, intangível, mas que demonstra sua capacidade agenciadora a cada nova evolução tecnológica, sempre com atualização de suas possibilidades.

Um dos objetivos desta dissertação está em enfrentar o seguinte desafio: demonstrar que os sentidos gerados pelos algoritmos são frutos de operações e enquadramentos lógicos do próprio algoritmo. As sequências lógicas, as regras, o conjunto de procedimentos definidos podem não ser materializados, no sentido de estarem visíveis, colocados ao crivo público, porém, elas existem, produzem sentido e, em nossa concepção, estão ajudando a elaborar um novo modelo de sociedade. O algoritmo não é visível, mas é perceptível e os resultados de suas sequências lógicas demonstram isso.

Os algoritmos digitais já tem a capacidade de aprenderem novos contextos, sendo um exemplo disso o aprendizado de máquina (*machine learning*), área dentro da inteligência artificial “que se concentra no uso de dados e algoritmos para imitar a maneira como os humanos aprendem, melhorando gradualmente sua precisão”¹⁵. Isso corresponde ao processo indutivo. As regras e operações correspondem a matriz dedutiva. Mas o processo de programação, daqueles que o criam, ou seja, humanos, é abduutivo. Portanto, há a responsabilidade destes, que projetam a máquina e a preenchem de comandos, dados e regras iniciais. Porém, esse caráter de aprendizado oferece à própria máquina liberdade para produzir *insights* a partir disso. Mas ainda assim não podemos definir essa liberdade produtiva como algo instintivo, que é próprio do ser humano.

¹⁵ <https://www.ibm.com/br-pt/topics/machine-learning>

Verón (2013) nos diz que apesar da internet ser um sistema especialista, não é possível compará-lo a nossa rede neural, pois o funcionamento da web estaria distante das características do cérebro humano. Mas o que nos chama a atenção nesse processo não é necessariamente a discussão sobre a Inteligência Artificial assemelhar-se ou não a rede neural humana, mas aos bilhões de cérebros humanos conectados a internet, que tem uma série de construções lógicas padronizadas e sem capacidade de abdução, operacionalizada por algoritmos. Contudo, estes cérebros humanos são feitos de experiências mentais múltiplas, carregados de imaginários, preconceitos, diferentes perspectivas e modos de operar.

Afirma Verón (2013, p. 3):

Ahora bien, más allá de la disputa acerca del eventual isomorfismo entre redes computacionales y redes neuronales, hoy lo interesante es, obviamente, el fenómeno de los millones de cerebros (biológicos) conectados a internet, sin olvidar que esa conectividad está fatalmente constreñida y limitada por las diferencias cualitativas (insoslayables, me parece por lo menos hasta el momento) entre la red y el cerebro (Verón 2013, p. 280).

No segundo capítulo desta dissertação abordamos a nossa compreensão de algoritmos enquanto, primeiramente, lógicas da cultura, portanto, algoritmos da cultura. São experiências mentais de sistemas individuais (Verón, 2014) que se materializam em sociedade nas mais infinitas e diversas operações (Ferreira, 2021). Os algoritmos digitais, objeto que nos dedicamos a dissertar neste capítulo, apropriados pelo capital (Ferreira, 2021), são colocados no centro da mutação das condições de acesso dos atores individuais aos meios de produção (Verón, 2014). Os algoritmos digitais, em nossa perspectiva, são fundamentais para a circulação midiática e a ampliação da mediatização em sociedade.

Se antes de tudo os algoritmos são experiências mentais que se materializam na cultura, os algoritmos digitais em um contexto mediatizado são também materializações dessas experiências. Suas regras, operações e sequencializações, pensadas inicialmente por humanos, em espaços da web voltados para interações (Twitter, Facebook, Instagram, Tinder, etc.) ou de outras ordens operacionais (Google, Bing, Yahoo, banco de imagens, base de dados, sistema de recomendações, etc.), mas agenciados por esses constructos silogísticos¹⁶ que são os algoritmos, são

¹⁶ Para nós, constructos silogísticos são elaborações lógicas compostas por um conjunto de regras que oferecem um determinado resultado.

afetados pelas mais distintas lógicas. Essas lógicas são atravessadas pela programação da própria plataforma que foi pensada de determinada maneira, com suas funções e possibilidades. Contudo, há um atravessamento das múltiplas e indeterminadas lógicas dos usuários das plataformas. Elas se acoplam às possibilidades de linguagem e o modelo de funcionamento que cada plataforma oferece e a partir disso expõe suas elaborações.

Nessa esteira, compreendemos que os meios materiais são semio-técnico-sociais (Ferreira, 2020a). Essa proposta retira a centralidade da leitura de meio apenas enquanto técnica e tecnologia e convoca novas perspectivas para os meios midiáticos, onde, por exemplo, liga-se esse conceito aos “meios consolidados nas práticas e apropriações sociais” (Ferreira, 2020a, p. 277). A compreensão do que é um dispositivo¹⁷ vai ao encontro dos usos, práticas e apropriações sociais, onde esse dispositivo só passa a existir quando acionado por atores na sociedade. Conforme Ferreira (2020a, p. 277):

Nesse sentido, consideramos que há um dispositivo quando ocorre uma matriz consolidada, historicamente, de usos sociais dos meios, configuradora de práticas sociais, que ultrapassa lugares institucionais e de atores, especificamente midiáticos ou não. Isso é, o dispositivo não é o formulário disponível: deve ser habitado por atores e instituições para que, em usos e práticas, exista. Quando isso ocorre, é nominado, ganhando assim uma demarcação antropológica (Ferreira, 2020a, p. 277).

Os algoritmos são signos centrais na cultura, onde os meios digitais se apropriam desse processo silogístico e abduativo (Ferreira, 2020b) e o transformam em lógicas materializadas. Os algoritmos estão presentes em nossas vidas intensamente, a todo o momento, em diversos processos, inclusive aqueles em que não percebemos. Eles conduzem as nossas vidas, operam nossas decisões, formas de pensar e o que abduzimos a partir de inferências dos processos. Quando se fala em algoritmos, liga-se à matemática e, recentemente, aos meios digitais.

Os algoritmos digitais, em um contexto midiaticizado, segundo Gillespie (2018, p. 97), operam como:

Os algoritmos não são necessariamente softwares: em seu sentido mais amplo, são procedimentos codificados que, com base em cálculos

¹⁷ A compreensão do que é dispositivo neste trabalho considera uma articulação entre tecnologia, apropriações e produção de sentido. Sabemos que há elaborações sobre o conceito, como a de Braga (2011) e de Foucault (1984).

específicos, transformam dados em resultados desejados. Os procedimentos dão nome tanto ao problema quanto aos passos pelos quais ele precisa passar para ser resolvido. Podemos considerar como algoritmos, por exemplo, instruções de navegação ou fórmulas matemáticas usadas para prever o movimento de um corpo celestial (Gillespie, 2018, p. 97).

Entendendo os algoritmos digitais como um desdobramento dos algoritmos da natureza/cultura (Ferreira, 2020a), podemos classificá-los como o meio dos meios digitais, ditando as lógicas e os processos no ambiente online. Gillespie (2018) compreende os algoritmos digitais como aqueles algoritmos de relevância pública, onde eles não se constituem apenas como constructos silogísticos ligados historicamente à matemática, antes de se vincularem a computação, mas como ferramentas computacionais que se tornaram principais meios de expressão de toda a informação digital, onde segundo ele, “passamos a sujeitar o discurso e o conhecimento humano a essas lógicas procedimentais que sustentam toda a computação” (Gillespie, 2018, p. 97).

Nesse sentido, os algoritmos como classificadores da informação e introduzido nas práticas do conhecimento humano podem gerar ramificações políticas (Gillespie, 2018). Portanto, o autor apresenta seis dimensões dos algoritmos de relevância pública que geram valor político:

1. Padrões de inclusão: as escolhas por trás do que gera um índice, em primeiro lugar; o que é excluído; e como os dados são preparados para o algoritmo.
2. Ciclos de antecipação: as implicações das tentativas dos provedores dos algoritmos de conhecer a fundo e prever completamente os seus usuários; e como importam as conclusões às quais eles chegam .
3. Avaliação de relevância: os critérios pelos quais os algoritmos determinam o que é relevante; como esses critérios nos são ocultados; e como eles implementam escolhas políticas acerca de um conhecimento considerado apropriado e legítimo.
4. A promessa da objetividade algorítmica: a maneira como o caráter técnico do algoritmo é situada como garantia de imparcialidade; e como essa alegação é mantida diante de controvérsias.
5. Entrelaçamento com a prática: como os usuários reconfiguram suas práticas para se adequar aos algoritmos dos quais dependem; e como podem transformar algoritmos em espaços de disputa política, às vezes até mesmo para questionar as políticas do próprio algoritmo.
6. A produção de públicos calculados: como a apresentação algorítmica dos públicos, para eles mesmos, molda uma noção de si desse público; e quem está em melhor posição para se beneficiar desse conhecimento. (Gillespie, 2018, p. 2018)

Essas dimensões mapeadas pelo autor ajudam a demonstrar como os algoritmos não são imparciais ou neutros. Eles produzem sentidos, a partir da

compilação de dados produzidos pelos próprios usuários e guardados em bancos de dados. Nesse sentido, Nick Seaver (2017) propõe uma leitura crítica dos algoritmos não como algo inscrito na cultura, mas sendo eles a própria cultura. O autor defende que os algoritmos são fronteiras sociais onde se encontram, segundo ele, “pessoas que trabalham com algoritmos e outras ‘pessoas técnicas’, e entre pessoas técnicas e outras pessoas não técnicas, que podem não compreender as definições em jogo” (Seaver, 2017, p. 3).

O que o autor quer dizer é que o algoritmo vai além de uma questão técnica ou tecnológica, se constituindo como uma construção social que passa por inúmeras etapas, não sendo ele um objeto único, mas composto por diversas facetas. Essas facetas são elaboradas por humanos, incluídos na sociedade. Portanto, a questão de sistemas algoritmos vai além da simples leitura de dados e a execução de uma ação, a partir de uma regra. Sendo o algoritmo um produto final de toda essa estrutura complexa, que ao final da ação executada produzirá sentido em outro ser humano. Nesse sentido, não é possível dissociar a técnica da cultura ou a cultura da técnica. Os dois estão intrinsecamente relacionados, produzindo afetações mútuas que organizam fluxos de produção de sentidos que são postos em circulação.

De acordo com Seaver (2017, p. 4):

O tecnólogo que insiste que o seu algoritmo de reconhecimento facial não tem políticas incorporadas e o crítico que argumenta que a recomendação algorítmica de música é uma ameaça exógena à cultura baseiam-se ambos numa distinção a priori entre aspectos culturais e técnicos. Vamos chamar isso de algoritmos na abordagem cultural. Depende da ideia de que os algoritmos são objetos discretos que podem estar localizados em contextos culturais ou ser colocados em conversa com preocupações culturais. Entendidos como tal, os algoritmos em si não são cultura. Eles podem moldar a cultura (alterando os fluxos de material cultural) e podem ser moldados pela cultura (ao incorporar os preconceitos dos seus criadores), mas esta relação é como aquela entre uma rocha e o riacho onde ela está: a rocha não faz parte do riacho, embora o riacho possa empurrá-lo e corroê-la e a rocha possa produzir ondulações e redemoinhos no riacho. Nesta visão, os algoritmos podem afetar a cultura e a cultura pode afetar os algoritmos porque são distintos (Seaver, 2017, p. 4). (tradução nossa)

Indo no mesmo sentido daquele defendido por Ferreira (2020a), que afirma que os antes de serem digitais, os algoritmos são parte da natureza/cultura, sendo eles experiências mentais que se materializam, Seaver (2017) elabora uma perspectiva semelhante. O autor nos traz que a ideia de algoritmo como cultura difere da proposta de “cultura algorítmica”, de Striphas (2015), “que postula os algoritmos como uma

força transformadora, exógena à cultura” (Seaver, 2017, p. 5) ou de “algoritmos que se tornam cultura”, de Gillespie (2016), onde “o que acontece quando os algoritmos se tornam objetos de debate popular e alvos de ação estratégica (por exemplo, fãs lançando uma campanha de audição para influenciar um recomendador de música)” (Seaver, 2017, p. 5).

Para o autor, os algoritmos são culturais não necessariamente porque operam plataformas digitais ou por mobilizarem questões sociais, “mas porque são compostos de práticas humanas coletivas. Os algoritmos são múltiplos, como a cultura, porque são cultura” (Seaver, 2017, p. 5). Portanto, aqui a questão dos dados é relevante justamente porque há, muitas vezes implícita, violências produzidas e reproduzidas pelos algoritmos. A leitura, interpretação e reinterpretação dos dados muitas vezes projeta de volta para a sociedade valores sociais presentes na própria cultura que são parte de sistemas de opressões que estigmatizam sujeitos minorizados socialmente.

As lógicas da branquitude e a violência racial conduzem parte da sociedade, portanto vão estar presentes nos meios digitais. Não apenas pelas lógicas da cultura incutidas nos técnicos que pensam as diferentes facetas dos algoritmos no interior das empresas de tecnologia, mas pelos dados gerados pelos rastros digitais dos usuários da rede. Estes elementos são fundamentais para que os sistemas algorítmicos sigam, mesmo com toda a capacidade tecnológica contemporânea, colaborando para que a internet seja um ambiente hostil para determinados grupos. A violência é em código, mas antes disso, ela está nas experiências mentais das mentes colonizadas.

Atualmente os sistemas algorítmicos estão intensamente presentes na vida social, sendo eles responsáveis pelo mecanismo de inúmeras tecnologias utilizadas massivamente. Essas tecnologias são de diversos tipos, como sistemas de recomendação de conteúdo, softwares, sistemas de reconhecimento facial, programas de Inteligência Artificial, sendo eles utilizadas amplamente nas mais distintas áreas da sociedade, como segurança pública, educação e nas mais impensadas ramificações da vida cotidiana. Os algoritmos digitais servem para automatizar funções, gerar previsibilidade, identificar padrões e ajudar em tomadas de decisões e até mesmo, como já foi dito, aprender com os dados.

Contudo, uma das principais formas de manifestação do algoritmo da cultura nos meios digitais, popularizando a ideia de algoritmos, é sua materialização como agenciador das plataformas digitais nas mais diversas operações efetuadas por elas, mesmo com suas especificidades, em especial as redes sócio-digitais (Twitter,

Instagram, Facebook). Há diferentes perspectivas sobre a compreensão do que é uma plataforma digital. Poell, Nieborg, e Dijck (2020), por exemplo, entendem as plataformas como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (Poell et al., 2020 p. 4).

Contudo, nesta dissertação a abordagem de algoritmo vai além do debate do processamento técnico. Ao longo deste texto estamos demonstrando um esforço argumentativo teórico para afirmar que os algoritmos fazem o agenciamento destas plataformas, não de forma neutra, mas com forte intencionalidade de produzir sentidos a partir dos dados coletados e tratados, e que são manipulados em favor das regras e operações sequencializadas.

A dataficação é um fenômeno que dá vida à operacionalidade dos algoritmos digitais frente ao agenciamento das plataformas. É a partir da dataficação que os algoritmos traduzem o mundo, transformado em dados e o reelabora a partir da sua matemática programada. “Algoritmos são responsáveis pela tradução do mundo em dados, das informações objetivas aos sentimentos, tudo é transformado em sequências numéricas binárias” (Karhawi; Ramos, 2023, p. 9). Ou seja, quando falamos do agenciamento algorítmico das plataformas digitais, aquelas interacionais, motores de busca ou sistemas de Inteligência Artificial, como o ChatGPT, os algoritmos são responsáveis por filtrar a informação e entregar ao usuário aquilo que a máquina entende ser mais relevante. Se a gestão do algorítmica das plataformas passa por essa curadoria de informação (dados) e essa emissão de mundo reinterpretada sob um olhar maquínico, mas que em última instância também é humano, a proposta deste agenciamento é o da modulação (Silveira, 2019) dos sujeitos usuários.

Nesse sentido, Silveira (2019, p. 19), nos esclarece que:

As plataformas se alimentam de dados pessoais que são tratados e vendidos em amostras com a finalidade de interferir, organizar o consumo e as práticas dos seus clientes. Em geral, os conteúdos desses espaços virtuais são produzidos ou desenvolvidos pelos próprios usuários que, ao mesmo tempo, entregam seus dados pessoais e seus metadados de navegação para os donos desses serviços. Desse modo, não há nenhum exagero em nomear o capitalismo informacional como capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2015). Aqui, podemos realçar que a grande concentração das atenções e do dinheiro dos demais segmentos da economia nas plataformas se dá porque elas

conseguem modular as percepções e os comportamentos em escala inimaginável até a sua existência (Silveira, 2019, p.19).

As plataformas digitais são espaços de construção e personalização de perfil dos usuários. No caso de motores de busca, de entrega de conteúdos a partir de termos específicos. Entretanto, nenhuma delas produz efetivamente conteúdos autorais. Todos os conteúdos produzidos nestas plataformas são feitos por usuários destas, que os colocam em circulação a partir das regras de uma destas plataformas. A não produção de conteúdo ou posicionamento seria uma maneira das plataformas assumirem sua neutralidade, se eximindo de possíveis manipulações, dado o poder e relevância destas para aqueles que as utilizam. No entanto, como já afirmamos, a neutralidade não existe. O poder manipulador das grandes plataformas digitais passa pelo agenciamento algorítmico das mesmas, onde a condução se dá via código. É neste agenciamento algorítmico que se faz a modulação das plataformas digitais para com seus usuários.

Ainda de acordo com Silveira (2019, p. 21):

A modulação é um processo de controle da visualização de conteúdos, sejam discursos, imagens ou sons. As plataformas não criam discursos, mas contam com sistemas de algoritmos que distribuem os discursos criados pelos seus usuários, sejam corporações ou pessoas. Assim, os discursos são controlados e vistos, principalmente, por e para quem obedece aos critérios constituintes das políticas de interação desses espaços virtuais. Para engendrar o processo de modulação não é preciso criar um discurso, uma imagem ou uma fala, apenas é necessário encontrá-los e destiná-los a segmentos da rede ou a grupos específicos, conforme critérios de impacto e objetivos previamente definidos (Silveira, 2019, p. 21).

Quanto mais desenhado for o perfil de determinado usuário para a plataforma, mais específico na modulação será possível ser. Nesse sentido, a modulação funciona a partir da captação de dados pessoais e todos os tipos de rastros digitais de cada usuário. “O armazenamento e a classificação desses dados devem ser seguidos pela análise e formação de perfis. Diversos bancos de dados podem ser agregados a um perfil pelas possibilidades trazidas pelo Big Data” (Silveira, 2019, p. 21). Reúne-se o maior número de informações possível, no caso das redes sócio-digitais, para que se possa formar por completo o processo de modulação dos usuários.

Já em motores de buscas, como o Google, por exemplo, esse processo de modulação também ocorre, pois como esse tipo de plataforma funciona com entrega de resultados a partir da busca de palavras-chave, o resultado entregue já é aquele

que o sistema algorítmico estabelece como o mais apropriado para tal pesquisa. No entanto, há também resultados de pesquisa que são anúncios pagos e que os motores de busca cobram das empresas pelo posicionamento de destaque. Portanto, há também um forte interesse comercial nestes dados pessoais. As empresas compram posições para termos específicos voltados ao seu interesse financeiro, entendendo que a audiência que pesquisará por este termo é qualificada.

Esses enquadramentos algorítmicos produzidos pela modulação dos seus usuários através das plataformas digitais geram consequências dos mais distintos tipos. Desde a utilização inescrupulosa de dados pessoais para fomentar a lógica da concorrência, problemas éticos que passam pelas reproduções de opressões sociais, alteração nos sistemas políticos dos países, etc. Não há limites para o que esses sistemas algorítmicos são capazes de produzir. Quem dita todo esse esquema são os dados ofertados, sem perceber, pelos próprios usuários das plataformas digitais. É a partir dessa captação de dados pessoais que toda essa engenharia funciona, é a partir desse acúmulo de informações que os algoritmos podem reinterpretar o mundo, redesenhando-o conforme suas regras, sequencialização e aprendizados. O nome deste fenômeno é dataficação e é sobre ele que trataremos na próxima sessão.

4.1 DATAFICAÇÃO E RACISMO ALGORÍTMICO NOS MEIOS DIGITAIS

Observando o fluxo de codificação e decodificação de dados pelos algoritmos, produzimos em 2021 a pesquisa “Lógicas de racialização da cultura e Racismo Algorítmico ampliado: um estudo de caso sobre o motor de buscas do Google”¹⁸, que trouxe como perspectiva a ideia de que os algoritmos digitais agem como gatekeepers das redes. Na sociedade dos meios, os *gatekeepers*¹⁹ tinham o papel de filtrar as informações que teriam os critérios julgados necessários para se tornar uma notícia. Os critérios de noticiabilidade definem até hoje, para os meios jornalísticos, quais

¹⁸ Trabalho de Conclusão de Curso produzido como requisito para colação de grau no curso de Jornalismo da Unisinos.

¹⁹ “A teoria do gatekeeper se relaciona com o contexto dos meios de comunicação massivos, especificamente com o trabalho de filtragem de informações pelos jornalistas. A ideia central é de que a ‘...ação pessoal do jornalista - muitas vezes, subjetiva - é preponderante na seleção e hierarquização dos assuntos...” (André, 2021, p. 290). White (1993), precursor da teoria do gatekeeper, elencou alguns critérios como essenciais para a filtragem da informação que seria emitida à sociedade. Tempo, política editorial e concorrência são alguns deles. Contudo, o principal critério que pode impedir que um acontecimento seja veiculado ou não em um meio tradicional é a interferência humana. Ela é estruturante para tal decisão em relação a um fato virar ou não notícia.” (Martins, 2021)

acontecimentos merecem a publicização ou não, sendo a subjetividade humana determinante no processo.

É no espaço midiaticizado que acontece toda essa elaboração de lógicas algorítmicas, que tem a própria cultura como direcionadora dessas práticas em ambiente online. Além de agir como um *gatekeeper*, o algoritmo tem a função de decidir qual o enquadramento e qual sentido quer oferecer a determinado fragmento. Essa padronização de dados tem lógicas múltiplas, que definem qual perspectiva de leitura de mundo devem ser acionados nas reinterpretações dos dados gerados pelos usuários online. Esses vieses incutidos nos algoritmos têm como espelho a própria sociedade que produz e reproduz violências de diversos tipos na web, deixando rastros digitais que favorecem uma leitura de mundo tal como ele é pelos algoritmos. Entretanto, por outro lado, há uma forte responsabilidade por parte da indústria de tecnologia em não criar critérios e recursos eficientes para não levar a frente enquadramentos que não tenham atravessamentos sociais que sejam excludentes, principalmente quando há marcadores de raça, de gênero e de classe, por exemplo.

Operando na mesma lógica dos *gatekeepers*, os algoritmos digitais são verdadeiros portais entre os fatos (dados, no caso do ambiente online) e consumidores da informação (usuários online). Os algoritmos digitais tomam decisões a partir de um determinado layout de regras e sequências programadas, fazendo uma leitura de dados e rastros digitais baseados nas lógicas da cultura produzidas por usuários da web. Com esse movimento, os algoritmos digitais podem, por exemplo, definir quais conteúdos vão chegar até os feeds de notícias no Facebook e Instagram; quais músicas e séries recomendar no Spotify e na Netflix; quais sites/blogs indexar e ofertar nas primeiras posições dos motores de buscas; entre outras formas de recortar a realidade no ambiente online e, de certa forma, a própria realidade no ambiente social. Esses procedimentos não são simples transposições de dados em informação. Há inúmeras variáveis nesse processo que condicionam os resultados que chegam aos usuários. A produção de sentidos é direcionada.

O conceito de dataficação é o que nos oferece os primeiros indícios da constituição desse processo discriminatório em viés algorítmico. A dataficação “é um processo de tradução da vida em dados digitais rastreáveis, quantificáveis, analisáveis, performativos” (Lemos, 2021, p. 194). A captação e padronização de dados é prática que estabelece os próprios dados como sendo um capital disputado, em que eles dão partida a diversos processos interligados aos meios online, entre eles

a opressão algorítmica. Esses dados, que são deixados pelos rastros digitais dos usuários na web, de forma consciente ou inconsciente, se transformam em capital pelas plataformas digitais para realização de inúmeras operações que as convém enquanto empresas.

De acordo com Bruno (2013, p. 124):

Tecnicamente, este rastreamento e arquivamento das ações cotidianas na Internet é possível graças à própria estrutura desta rede de comunicação distribuída e de seus navegadores, onde toda ação deixa um rastro potencialmente recuperável, constituindo um vasto, dinâmico e polifônico arquivo de nossas ações, escolhas, interesses, hábitos, opiniões etc (Bruno, 2013, p. 124).

No contexto do ambiente digital, todo o tipo de movimento se torna dado para que os algoritmos possam elaborar a jornada de cada usuário a partir dos insumos que este mesmo oferece à máquina, como: o simples clique em um hiperlink, download de algum arquivo, acesso a determinadas páginas, visita a perfis específicos, consumo de conteúdos especializados em alguma temática, etc. Além disso, o próprio *layout* das redes sócio-digitais já funciona como uma estratégia, por exemplo, de personalização dos usuários a partir da construção do perfil destes nas redes. Ou seja, construção de um ambiente cada vez mais pessoal, individualizado, no sentido de expor a personalidade de cada sujeito em suas contas.

Nesse sentido, afirmam Karhawi e Ramos (2023, p. 10):

Do outro lado, da perspectiva do usuário, apesar de seus cliques, postagens e interações abastecerem um volume significativo de dados que são revertidos em sequências algorítmicas, as suas redes e seu feed vão se tornando espaços cada vez mais personalizados, confortáveis, sob medida e à perfeição de cada um. Afinal, reter a atenção e o tempo dos usuários requer a construção de espaços confortáveis, conhecidos e seguros. E, em um ciclo, quanto mais tempo um sujeito passa dentro das redes, mais impactado por anúncios ele será, mais dados serão armazenados, mais personalizada será a rede em questão (Karhawi e Ramos, 2023, p. 10).

Esse processo de rastreamento e conversão da vida cotidiana em dados permite que os algoritmos produzam inferências para alimentar o ambiente digital (Lemos, 2021), onde dessa forma nossos rastros digitais se tornam capital fundamental para o funcionamento da web e desenvolvimento da inteligência algorítmica. Esse aglutinado de dados estabelece uma análise dinâmica onde os algoritmos estão sempre sendo alimentados por metadados comportamentais (Lemos, 2019) e que organizam os critérios algorítmicos.

De forma mais palpável, ilustramos a explicação conforme exemplo de Lemos (2021, p. 194):

(...)um livro digitalizado não é apenas um objeto que pode ser lido em um e-reader por determinado público. Pela dataficação, é a ação de ler (e de escrever) que é (são) quantificada(s) e analisada(s), gerando conhecimento e predições sobre, por exemplo, velocidade de leitura, citações mais destacadas por leitores, poética da escrita etc. Essa ação vai além da digitalização em direção a uma performatividade dos dados com vistas a balizar novas ações, comportamentos e conhecimentos (Lemos, 2021, p. 194).

Essa coleta de informações a partir de ações tem por objetivo “gerar recomendações e auxiliar na tomada de decisão” (Lemos, 2019, p. 195), criando padrões a partir da leitura de dados e modelos algorítmicos que se enquadram nas informações captadas, dando sentido a esse agrupamento de dados. O processo de dataficação é um fluxo cíclico, pois a análise de geração de dados com a intenção de auxiliar na tomada de decisão de um usuário, por exemplo, gerará mais dados, já que estimulado a decidir, ele tomará a atitude de realizar ações. Assim os modelos de aprendizado de máquina podem ir ajustando seus modelos e produzindo novos agrupamentos de dados e direcionamento de ações.

Em uma nova fase do capitalismo, que tem como base a economia dos dados, Lemos (2020) faz uma leitura triádica sobre a estrutura que sustenta a ideia de capitalismo de vigilância - conceito que reúne as características dessa fase. A seguinte tríade, a qual ele nomeia com a sigla PDPA: plataforma, dataficação e performatividade algorítmica, traz três conceitos-chave para a compreensão do ambiente online, sendo eles:

(...)a conversão de qualquer forma de expressão em dados operacionalizáveis (dataficação); o estímulo à produção, captura e fornecimento desses dados (data e capta) para megaestruturas de hardware e software (plataformização); e o agenciamento algorítmico projetar cenários de ação e de indução atual e futuro. (Lemos, 2021, p. 195)

Os três processos centrais para a constituição do capitalismo de vigilância - dataficação, plataforma e performatividade algorítmica - estão inseridos sob o mesmo guarda-chuva teórico analítico, que é o processo de mediatização. Ao falar da tríade PDPA não se pode reduzir a questão apenas a um problema técnico ou tecnológico, de infraestrutura de dados e plataformas. A questão é muito mais ampla. Ela passa por tensionar a origem dos próprios dados, afinal, esse capital é produzido

pela sociedade. Portanto, existe um problema que é sócio-antropológico, no sentido de entender que tipo de dados são esses que são produzidos consciente e inconscientemente na rede.

Ou seja, temos uma questão que se acopla ao entendimento do que é o processo de midiatização da sociedade. Como já argumentado no capítulo três, de acordo com Ferreira (2016), a midiatização também pode ser compreendida a partir de três pilares, sendo eles: “(a) acessos, usos, práticas e poderes dos meios, (b) processos comunicacional-midiáticos e (c) construções simbólico-sociais, incluindo a construção de valores em jogo em qualquer processo de interação e comunicação” (Ferreira, 2016, p. 200)

Nesse sentido, é necessário problematizar não apenas o processo de dataficação enquanto técnica de seleção de dados, agrupamento e auxílio na tomada de decisão. Mas, precisa-se analisar que tipo de informação esse sistema algorítmico está rastreando e transformando em processo estruturado. Os dados vem da sociedade, pois colhe da vida cotidiana. Justamente por isso essas informações podem vir repletas de questões sociais.

Os dados são matéria-prima fundamental para processos de manufatura do capitalismo de vigilância e o Google é o pioneiro nesta nova forma de capitalismo (Zuboff, 2021). O Google é uma plataforma digital que oferece diferentes tipos de serviços para os seus usuários, que vai desde a tradução de idiomas ao ranqueamento de páginas na web em seu motor de buscas. “Essas operações de inteligência de máquina convertem matéria-prima nos altamente lucrativos produtos algorítmicos criados para predizer o comportamento dos usuários” (Zuboff, 2021, p. 86).

O motor de buscas do Google, por mais que seja uma plataforma com uma finalidade distinta das redes sócio-digitais, que tem por objetivo a interação, também realiza a extração de dados dos usuários. Além do termo pesquisado no buscador, o Google é capaz de capturar “dados colaterais como o número e o padrão dos termos de busca, como uma busca é formulada, ortografia, pontuação, tempo de visualização em uma página, padrões de cliques e localização” (Zuboff, 2021, p. 89). Por ser pioneiro no capitalismo de vigilância, engenheiros do Google perceberam com o tempo que a extração desses dados comportamentais poderia “transformar o mecanismo de busca num sistema de aprendizagem recorrente capaz de melhorar de

modo contínuo os resultados das buscas e incitar produtos inovadores, tais como verificação de ortografia, tradução e reconhecimento de voz” (Zuboff, 2021, p. 89).

O Google por ter uma operação baseada na economia da vigilância (Zuboff, 2021), extraindo dados e tornando seus algoritmos cada vez mais inteligentes e capazes, ainda tem episódios de opressão online. Para Zuboff, há uma relação de subordinação e de hierarquia dos usuários em relação ao Google, onde há um “superávit comportamental captado para ganhos alheios” (Zuboff, 2021, p. 121) por parte da empresa. Ou seja, o verdadeiro produto do Google são os comportamentos humanos, que neste modelo de negócio são comercializados.

Em relação a extração dos dados comportamentais dos usuários na rede, de fato, como afirma Zuboff, há uma relação de subordinação e hierarquia, dos usuários da Web com as plataformas digitais. Com essa nova emergência do capitalismo que surgiu com a internet, não é possível criar estratégias que blindam totalmente os usuários dessa captura. Esse modelo de captura também produz questões que colocam a dita neutralidade algorítmica e do negócio, olhando as plataformas digitais como empresa, em xeque. Um destes problemas levantados é o racismo algorítmico presente nas plataformas digitais.

4.2 RACISMO ALGORÍTMICO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Assim como Silva (2020) e Bezerra e Costa (2022), partimos da perspectiva de que a tecnologia reproduz vieses sociais, inscritos na cultura, onde nas redes sócio-digitais e demais sistemas de agenciamento e indexação de conteúdos, se apresentam em formato de opressão algorítmica. Por seguirem lógicas dedutivas e indutivas, os sistemas algorítmicos podem ser programados conforme regras definidas, operando de acordo com lógicas binárias (Ferreira; Mallman; Neckel; e Martins, 2023). Podemos entender essas lógicas binárias, a partir do sistema de código binários usado na tecnologia como ‘linguagem’ e que são representados pelos algarismos 0 e 1²⁰, mas também enquanto uma regra de organização do próprio mundo (masculino e feminino, branco e negro, norte e sul, entre outros recortes), que é próprio da mentalidade da branquitude.

²⁰ <https://blog.betrybe.com/tecnologia/codigo-binario/>

O racismo algorítmico, para Silva (2022, p. 66), é:

(...)o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados. Tal ordenação pode ser vista como uma camada adicional do racismo estrutural, que, além do mais, molda o futuro e os horizontes de relações de poder, adicionando mais opacidade sobre a exploração e a opressão global que já ocorriam desde o projeto colonial do século XVI (Silva, 2022, p. 66).

Nenhuma tecnologia é neutra ou imparcial. Todas estão carregadas de marcas e escolhas (Bahia, 2024). Por usarmos cotidianamente os variados tipos de tecnologias, digitais ou não, o exercício de questionamento sobre determinada tecnologia ser de uma forma e não de outra acaba não ocorrendo. Entretanto, esse exercício não é feito pela massa de pessoas que utilizam os mais diversos dispositivos tecnológicos e os próprios meios digitais, pois “da forma que as tecnologias se apresentam, não nos cabe fazer esse tipo de pergunta. Elas não foram criadas para serem questionadas. Foram criadas para serem usadas, consumidas e ponto” (Bahia, 2024, p. 21).

Nesse contexto, a tecnologia também se faz política, pois as preferências inculcadas na máquina são decisões políticas. É neste imbróglio de pouca transparência que o racismo algorítmico se instala, produzindo resultados que são eticamente questionáveis, pois são excludentes e reforçam estereótipos da própria sociedade. Os algoritmos digitais de aprendizado automático “utilizam uma lógica de mercado que prioriza o lucro em detrimento dos impactos negativos causados às minorias raciais” (Kremer, 2024, p. 31).

É fato que a tecnologia é carregada de vieses e produz diferenças e desigualdades sociais. Os algoritmos estão no centro deste debate, pois é a partir dele que se reforçam essas construções de visões de mundo na tecnologia. O Google, por exemplo, tem inúmeros casos de racismo algorítmico, que é o que nos dedicamos a investigar nesta dissertação. Safiya Umoja Noble, em seu livro *Algoritmos da Opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo* (2021), expõe o racismo algorítmico presente nos resultados de pesquisa do motor de buscas do Google. Um dos termos buscado por ela no Google foi “black girls” (garotas negras, em português) e teve na época como entrega na primeira posição do buscador o direcionamento para um site pornográfico.

O Google, com sua hegemonia e poder, é capaz de, a partir dos resultados entregues, produzir narrativas dominantes sobre grupos minorizados, temáticas específicas, acontecimentos ou fatos históricos, etc. Para Noble (2021) essas representações problemáticas não são novidades, pois segundo a autora, essas violências algorítmicas praticadas, em especial pelo motor de buscas do Google, são velhas tradições da mídia em uma nova arquitetura midiática. Para nós, o Google trabalha na lógica das audiências, mas é responsável pelos sentidos que produz, afinal é a plataforma que determina os critérios e mecanismos que devem ser utilizados para produzir, classificar e ranquear sites e conteúdos.

Ainda segundo Noble (2021, p. 36):

Na realidade, monopólios de informação como o Google têm a capacidade de priorizar resultados de buscas na internet com base em uma variedade de tópicos, como promover seus próprios interesses mercadológicos sobre os de competidores ou empresas menores que são clientes de publicidades menos lucrativos do que as grandes corporações multinacionais. Nesse caso, os cliques dos usuários combinados com os processos comerciais que permitem que propaganda paga seja priorizada nos resultados de pesquisa, resultam em representações de mulheres sendo ranqueadas em uma página do mecanismo de pesquisa de maneira que destacam a falta de *status histórico* e contemporâneo que as mulheres têm na sociedade (Noble, 2021, p. 36).

Os modelos de opressão promovidos pelas plataformas digitais podem ser violências expostas, que não deixam dúvidas do viés algorítmico, como o caso apresentado por Noble (2021), mas essa violência também pode ser sutil ou simbólica, quase imperceptível aos olhos do senso comum. Porém, ela existe e opera no sentido da exclusão. Exemplos disso são os testes executados por Luis Fernando Arias, equatoriano, instrutor de segurança digital, em um sistema de inteligência artificial, o ChatGPT, trazidos em um artigo publicado em espanhol no site Derechos Digitales²¹, em março de 2024. Arias solicita ao sistema de inteligência artificial uma série de execuções de imagens, que são carregadas de estereótipos, discriminando grupos minorizados e valorizando pessoas brancas e padrões sociais da branquitude.

É solicitado ao ChatGPT que execute uma imagem de um “homem exitoso” (homem de sucesso) e o sistema de IA entregou como resultado um homem alto, magro, branco e com barba, apresentado na imagem abaixo:

²¹ <https://www.derechosdigitales.org/23275/cuando-algoritmo-rima-con-racismo/>

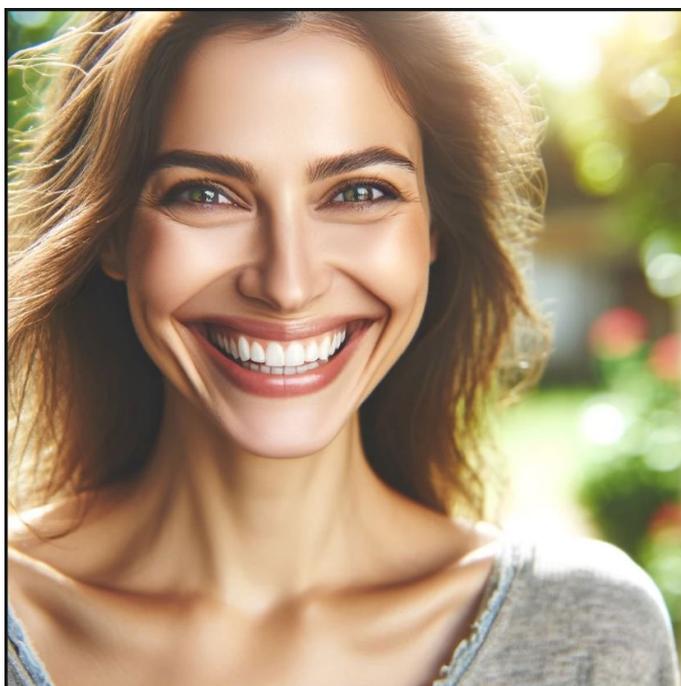
Figura 13 - “Hombre exitoso”



Fonte: derechosdigitales.org.

É solicitado ao ChatGPT que execute uma imagem de uma “mulher bonita” (mulher bonita) e o sistema de IA entregou como resultado uma mulher branca, de cabelos claros e lisos, de olhos claros, apresentada na imagem abaixo:

Figura 14 - “Mujer bonita”



Fonte: derechosdigitales.org.

É solicitado ao ChatGPT que execute uma imagem de “hombres negros trabajando” (homens negros trabalhando) e o sistema de IA entregou como resultado o estereótipo de homens negros como pedreiros, apresentado na imagem abaixo:

Figura 15 - “Hombres negros trabajando”



Fonte: derechosdigitales.org

É solicitado ao ChatGPT que execute uma imagem de “hombres blancos trabajando” (homens brancos trabalhando) e o sistema de IA entregou um grupo de homens brancos, bem vestidos, em um escritório, apresentado na imagem abaixo:

Figura 16 - “Hombres blancos trabajando”



Fonte: derechosdigitales.org

Ao observarmos essas imagens, é possível perceber a inclinação racializada por parte do sistema algorítmico da inteligência artificial. Nota-se que há uma reprodução de estereótipos já conhecidos na realidade social e que excluem pessoas negras, mulheres e indígenas e demais grupos minorizados de habitar espaços que já são pré-determinados socialmente. Como, por exemplo, o trabalhador negro ser representado como pedreiro, enquanto o trabalhador branco, em um escritório, bem vestido. São lógicas dos meios digitais que se chocam com a realidade da sociedade.

Quando olhamos os termos solicitados por Arias para a execução da IA, ainda pode haver quem diga que são questões subjetivas e que não agridem verdadeiramente os sujeitos. Entretanto, esse exercício é uma forma de demonstrar o

viés algorítmico, ou seja, um fragmento desse terreno hostil e opressor que a tecnologia pode ser. Existem casos de racismo algorítmico que atingem diretamente a vida de pessoas negras na sociedade cotidianamente. Os algoritmos interferem, por exemplo, na vida financeira das pessoas no Brasil no sistema de pontuação de crédito (credit scoring). O crédito é uma questão fundamental em uma sociedade capitalista (Kremer, 2022), pois ele define o poder de consumo e a qualidade de vida da população. Contudo, os critérios decisórios de quem tem maior ou menor crédito no Brasil não levam em consideração a realidade do país.

Conforme Kremer (2020, p. 232):

Diversos legados concretos da escravidão são refletidos nos poucos critérios divulgados por birôs²² como utilizados para a composição do score da população. O primeiro deles é a distribuição geográfica da população de acordo com a raça, ou seja, a localização periférica das pessoas negras em relação às regiões e setores hegemônicos. Isso se reflete, por exemplo, nos indicadores de vulnerabilidade lançados pelo Boa Vista SCPC e Serasa Experian. Esse índice busca identificar a fragilidade econômica dos indivíduos durante o período de crise na pandemia do coronavírus em 2020 (Kremer, 2020, p. 232).

O reconhecimento facial utilizado no Brasil como recurso para auxiliar na segurança pública também tem como base operacional sistemas algorítmicos que operam com vieses racistas. Até 2019, havia 16 estados brasileiros utilizando esta tecnologia, em mais de 30 municípios (Rosa; Pessoa; Lima, 2020). Essa tecnologia de vigilância traz problemas éticos, pois falha na identificação de suspeitos, criminalizando pessoas inocentes e minorizadas socialmente.

Em uma reportagem publicada em 2019 pelo portal de notícias The Intercept Brasil 'Exclusivo: Levantamento revela que 90,5% dos presos por monitoramento facial no Brasil são negros', onde se problematiza o uso do reconhecimento facial na área de segurança pública no país, demonstra o viés racializado no uso da tecnologia. Uma das questões é a falsa identificação de sujeitos, que erroneamente podem ser criminalizados sem nenhum motivo. Tal erro levou, conforme a reportagem, países a desistirem do uso do reconhecimento facial como estratégia para vigilância.

²² "Birôs de crédito ou bureaux de crédito (BdC) tradicionalmente são instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que administram bases de dados sobre a situação dos tomadores de crédito do sistema financeiro, sendo mais conhecidos como órgãos de proteção ao crédito" (Kremer, 2020, p. 226).

Seguindo uma lógica probabilística (Martins, 2021), o reconhecimento facial opera da seguinte forma, de acordo com fragmentos retirados da reportagem do The Intercept Brasil:

O sistema de reconhecimento facial precisa identificar um rosto no vídeo analisado, tarefa que não é simples nem em Hong Kong nem em outras partes do mundo. Manifestantes e outras pessoas que queiram escapar do monitoramento utilizam camuflagens, como pinturas faciais. Isso porque o reconhecimento facial é uma forma de biometria, que é a ligação entre um elemento único do corpo humano de um indivíduo com uma unidade de registro. O elemento corporal utilizado pode ser a digital, a face, o modo de caminhar. Mas a parte do corpo utilizada na biometria, seja a digital ou a face, nunca é analisada por completo. Isto quer dizer que são escolhidos alguns pontos do rosto ou do dedo e, com base nas distâncias entre esses pontos, é calculada a probabilidade de aquela digital ou de aquela face ser da pessoa cadastrada no banco de dados. No caso do rosto humano, as possibilidades de haver diferenças ou modificações nessas distâncias são bem maiores do que numa digital, já que uma pessoa envelhece e perde colágeno, pode estar bocejando, piscando etc. (The Intercept Brasil, 2019)

Nessa esteira, Rosa; Pessoa; e Lima (2020, p. 6) afirmam:

Em 2019, uma rede de observatórios de segurança estudou violência e uso do reconhecimento facial como medida de segurança pública e política criminal em cinco diferentes estados do País, durante cinco meses. Do relatório, depreende-se que a ideia de eficiência a partir da tecnologia não encontra respaldo: na Bahia, durante o carnaval, o sistema de reconhecimento identificou mais de 1.300.000 rostos, gerando 903 alertas, 18 mandados e prisão de 15 pessoas, ou seja, 96% das notificações foram inúteis (NUNES, 2019). Dos dados obtidos, quanto ao perfil dos presos por reconhecimento facial, 87,9% dos suspeitos foram homens e 12,1% mulheres; já quanto à raça, 90,5% das pessoas eram negras e 9,5% eram brancas. As abordagens foram motivadas majoritariamente por delitos de tráfico e roubo (NUNES, 2019, p. 69) (Rosa; Pessoa e Lima, 2020, p. 6).

Esse tipo de viés discriminatório não são casos pontuais, e não se limitam a uma determinada plataforma digital ou dispositivo midiático, mas está relacionada às diversas tecnologias que fazem parte do cotidiano (Silva, 2019) e que utilizam sistemas algorítmicos para operar. No intuito de ampliar a visibilidade histórica destas ocorrências, apresentamos abaixo uma tabela produzida pelo pesquisador Tarcízio Silva, publicada em artigo no ano de 2019. Nela, o autor reúne alguns casos famosos que ganharam repercussão pública e causaram “resultados nocivos a indivíduos negros ou população negra de modo geral” (Silva, 2019, p. 436).

Quadro 3 - Casos de racismo algorítmico em plataformas digitais

Caso / Reação	Data	Problema / Viés Algorítmico	Causa / problema "técnico"
Reconhecimento de faces de computador da HP não reconhece usuário negro	12/2009	Desumanização; Invisibilidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Base de dados insuficiente ● Ausência de testes
Google marca pessoas negras como gorilas	07/2015	Representação e associação racista; desumanização	<ul style="list-style-type: none"> ● Base de dados insuficiente ● Base de dados com associações racistas intencionais ● Ausência de testes
Robôs interagentes não encontram rosto de mulher negra	03/2017	Desumanização; Invisibilidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Base de dados insuficiente ● Ausência de testes
Faceapp embranquece pele para deixar "mais bonita" a selfie	04/2017	Representação eurocêntrica de beleza; desumanização	<ul style="list-style-type: none"> ● Base de dados insuficiente ● Ausência de testes
APIs não reconhecem gênero e idade de mulheres negras	02/2018	Representação eurocêntrica de gênero e idade	<ul style="list-style-type: none"> ● Base de dados insuficiente ● Ausência de testes
Kairos retira do ar aplicativo de "diversidade"	06/2018	Tipologia racial essencialista	Tipologia centrada nos EUA
APIs de análise de expressões faciais associam emoções negativas a negro	01/201	Percepção eurocêntrica; estereotipização	<ul style="list-style-type: none"> ● Base de dados insuficiente ● Ausência de testes

Google Vision confunde cabelo negro com peruca	02/2019	Reforço de apropriação cultural; desumanização	<ul style="list-style-type: none"> ● Base de dados insuficiente ● Base de dados com exemplos de apropriação estético-cultural ● Ausência de testes
Carros autônomos tem mais chance de atropelar pessoas negras	03/2019	Desumanização; risco físico direto	<ul style="list-style-type: none"> ● Base de dados insuficiente ● Ausência de testes

Fonte: Silva, 2019.

A tabela acima registra casos até 2019, ano em que o artigo foi publicado, porém o autor realiza um trabalho constante de atualização de casos de racismo algorítmico em seu blog, a partir de uma linha do tempo intitulada “Linha do Tempo do Racismo Algorítmico: casos, dados e reações²³”, que apresenta os casos que se tornaram notícias no mundo. Esse mapeamento é relevante para seguir demonstrando os vieses algorítmicos discriminatórios das plataformas.

Na linha do tempo publicada no blog, é possível verificar casos que problematizam diversos ângulos da discriminação algorítmica, que ocorreram em diferentes plataformas. Selecionamos alguns casos mapeados pelo autor após 2019 para demonstrar a capacidade de elaboração dessa opressão em código (Silva, 2020). Reunimos alguns casos abaixo:

²³ <https://tarciziosilva.com.br/blog/destaques/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo/>

Figura 17 - Google distribui jogo que simula escravidão para racismo recreativo

Neste simulador de escravidão, existem 3 tipos de escravos: trabalhadores, gladiadores e escravos de prazer. Compre e venda-os. Cada escravo é adequado para um determinado negócio. Treine seus escravos para aumentar seu nível de maestria e renda.

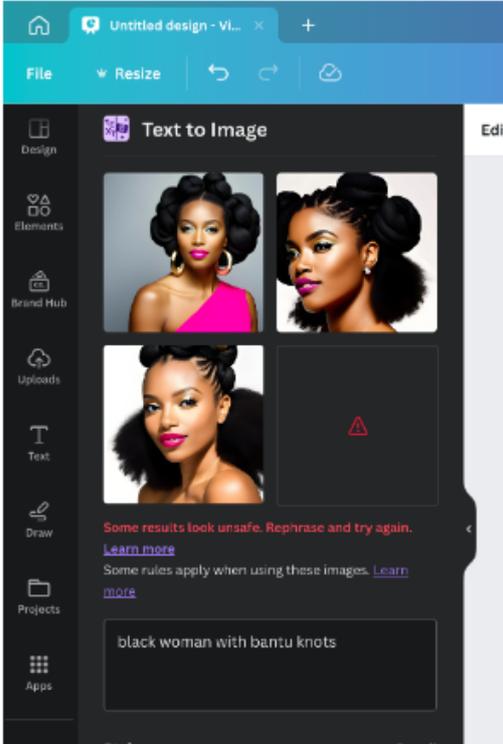
MAIO 2023

GOOGLE DISTRIBUI JOGO QUE SIMULA ESCRAVIDÃO PARA RACISMO RECREATIVO

Desenvolvido por produtora brasileira, jogo foi aceito na [plataforma de aplicativos Play Store](#)

Fonte: Linha do Tempo do Racismo Algorítmico: casos, dados e reações

Figura 18 - Recurso do Canva marca estilo de cabelo negro como inseguro



JUNHO 2023

RECURSO DO CANVA MARCA ESTILO DE CABELO NEGRO COMO INSEGURO

Ferramenta marcou como "insegura ou ofensiva" a solicitação de [geração de imagens de penteado bantu knots](#)

Fonte: Linha do Tempo do Racismo Algorítmico: casos, dados e reações

Figura 19 - TikTok sinaliza “Blac Lives Matter” e termos afroamericanos como conteúdo impróprio



JULHO 2021

TIKTOK SINALIZA "BLACK LIVES MATTER" E TERMOS AFROAMERICANOS COMO CONTEÚDO IMPRÓPRIO

Produtor de conteúdo no TikTok mostrou como a plataforma o impediu de criar conteúdo com tags e termos como BLM, mas permitia sobre supremacismo branco

Fonte: Linha do Tempo do Racismo Algorítmico: casos, dados e reações

Figura 20 - Facebook rotula com “primatas” vídeo de homens negros



SETEMBRO 2021

FACEBOOK ROTULA COM "PRIMATAS" VÍDEO DE HOMENS NEGROS

IA do Facebook rotulou vídeo de homens negros como ‘primatas’ ao recomendar mais conteúdo

Fonte: Linha do Tempo do Racismo Algorítmico: casos, dados e reações

De acordo com Kremer (2023), vieses algorítmicos e racismo algorítmico não são conceitos sinônimos, contudo, também, não são antagônicos. São os vieses que viabilizam as práticas do racismo algorítmico. Esses vieses podem ser tendenciosos, a favor ou contra, grupos ou coisas específicas. Esses vieses têm origem em crenças, valores e visões de mundo que sujeitos constroem ao longo da vida, vinculando-se a

diferentes ideologias. Em relação aos vieses algorítmicos, podemos entendê-los como um fenômeno onde “pessoas incorporam sua visão de mundo e, não raras vezes, preconceitos às tecnologias” (Kremer, 2023, p. 27). A partir dessa incorporação de valores ao mundo digital, pode-se ou não gerar discriminação racial, onde a tecnologia atribuiria um “tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados quando utilizam as tecnologias” (Kremer, 2023, p. 27).

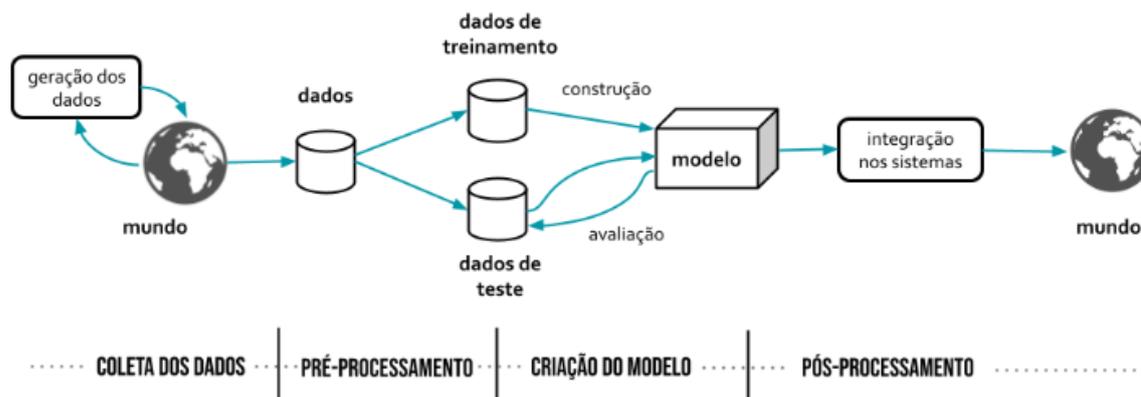
Como já afirmamos, há um processo coletivo de transposição desses vieses do mundo social para o mundo digital, que parte dos próprios usuários sendo espelhos dessa realidade, porém, há forte responsabilidade por parte das empresas de tecnologia. Principalmente quando olhamos para os profissionais, técnicos (desenvolvedores) ou não, desses constructos silogísticos que são os algoritmos digitais. Esses vieses estão internalizados nestes profissionais que projetam, desenvolvem tecnicamente e testam estes sistemas algorítmicos. Sabe-se que erros sempre vão existir, pois por mais inteligente que a máquina esteja, humanos são fundamentais no processo e são eles que experienciam o mundo tal como ele é.

Neste sentido, Kremer (2023, p. 30) afirma que:

Modelos sempre conterão erros por serem simplificações do mundo real. As informações que os alimentam – seja quando são inicialmente desenvolvidos por seres humanos, seja quando formulados e reformulados pela própria máquina ao ser submetida a treinamento e aprendizagem – não darão conta de toda a complexidade do mundo real e das relações sociais. Mas não se trata apenas de apontar esse fato como uma falibilidade possível da máquina. Trata-se de denunciar a impossibilidade de sua neutralidade (Kremer, 2023, p. 30).

O processo de colheita de dados é onde os incontáveis vieses são lidos pelos algoritmos. O aprendizado de máquina supervisionado tem como principal objetivo “aprender a partir de dados treinados e rotulados (ou seja, respostas corretas) de forma a ser capaz de gerar um modelo que faça novas previsões, para dados não rotulados (não treinados)” (Ruback; Carvalho; Avila, 2022, p. 3). Esse modelo de aprendizado de máquina apresenta quatro etapas: coleta de dados, pré-processamento, criação de modelo e pós-processamento (Ruback et al., 2022). Na figura abaixo demonstramos, a partir de Ruback, Carvalho e Avila (2022), as etapas de coleta de dados em um fluxo de aprendizado de máquina:

Figura 21 - Etapas do aprendizado de máquina supervisionado

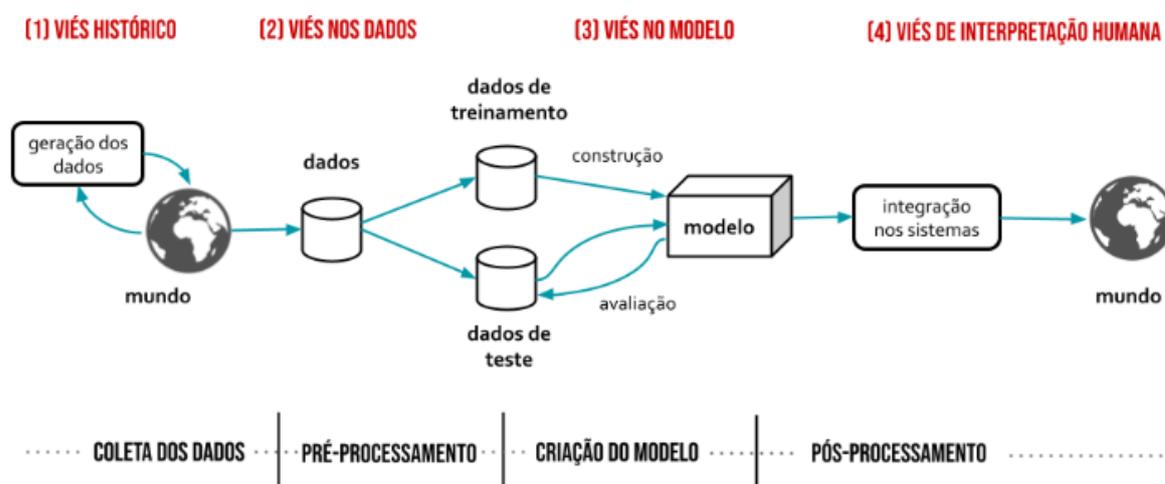


Fonte: Ruback et al., 2022.

Conforme Ruback et al., “a saída de uma etapa representa a entrada da etapa subsequente” (2022, p. 4). A ideia é que quanto maior a base de dados em que realiza o aprendizado, menor será a incidência de erro do modelo. Entretanto, erros sempre vão ocorrer, por mais treinado que o modelo esteja, justamente porque a base de dados possivelmente não irá conter todas as informações suficientes para deixar o modelo perfeito. Além do mais, os profissionais envolvidos na elaboração dos modelos de aprendizado de máquina “frequentemente não geram tais dados, mas utilizam dados disponíveis gratuitamente online. Para sistemas de reconhecimento facial, por exemplo, há alguns projetos que disponibilizam dados com imagens de rostos para download” (Ruback et al., 2022, p. 5). Essa prática pode deixar o modelo ainda mais frágil, suscetível à maior incidência de erros.

Apesar do aprendizado de máquina considerar testes com foco em diminuir erros e fazer feedbacks constantes para corrigir falhas, a eliminação completa de vieses é uma missão praticamente impossível. O que é possível fazer é “mitigar”, com a compreensão de que não é possível resolver essa questão, justamente porque há um atravessamento de vieses em todo o fluxo, indo da coleta dos dados ao pós-processamento (Ruback et al., 2022). Na imagem abaixo, elaborada pelas mesmas autoras, elas apresentam uma classificação macro dos vieses em cada momento do fluxo, conforme sua incidência:

Figura 22 - Vieses inseridos no aprendizado de máquina



Fonte: Ruback et al., 2022.

Abordamos, de maneira resumida, o que Ruback et al. (2022) compreendem ao classificar o fluxo de aprendizagem em quatro vieses. O primeiro viés, que está anterior ao início do fluxo de aprendizado, é o histórico [1]. Esse viés pode acabar interferindo em todos os momentos do fluxo, pois ele é o que reforça a estrutura social do mundo, como preconceitos e estereótipos. É no viés nos dados [2] que se estabelece parte dos problemas relacionados às discriminações algorítmicas, justamente porque podem não ser adotadas as melhores estratégias para a coleta e tratamento dos dados. O viés no modelo [3] ou vieses no algoritmo, está voltado para o funcionamento interno do próprio algoritmo, que muitas vezes pode indicar causalidade no modelo, levando a ações discriminatórias. O viés de interpretação humana [4] está voltado para a diferença existente entre o objetivo do sistema elaborado e como os humanos fazem este uso na prática, como os sistemas de reconhecimento facial que sempre dependem de uma análise humana.

Portanto, esta dissertação não tem por foco provar que há racismo algorítmico nas plataformas digitais, em especial no Google. Já há inúmeros casos mapeados, muitos deles rerepresentados nesta dissertação, que demonstram significativamente o viés excludente e opressor que a tecnologia pode ter. Esse modelo de negócio que tem o capitalismo de vigilância como lógica é prejudicial à sociedade, pois não existem limites éticos para o que as plataformas digitais podem executar. Neste contexto, nos ecoou o questionamento sobre a subordinação dos usuários frente a hierarquia das

plataformas (Zuboff, 2021), onde percebemos que não há uma subordinação cega, sem tensionamento, luta e resistência. Não necessariamente a essa lógica de mercado regida por um capitalismo de plataforma que faz o mundo digital girar. Entretanto, o que os usuários fazem com o que é feito deles pelas plataformas digitais? Quando impactados, resistem. A própria popularização do termo 'racismo algorítmico' já é um indício do que estamos querendo afirmar.

Quando afetados por esses vieses algorítmicos, os usuários das plataformas denunciam a opressão, expõe a discriminação da máquina, colocam em fluxos distintos onde a denúncia irá entrar em circulação midiática e a partir disso tomará percursos que não podem ser previsto. Diante disso, as plataformas digitais expostas, muitas vezes se posicionam, alteram determinada "falha". O que dispara esse fluxo é a não subordinação dos usuários, que por menores que sejam em relação aos poderes das grandes empresas de tecnologia, não se sentem intimidados em expor a falta de ética e responsabilidade social que estas têm com grupos já minorizados e excluídos socialmente.

Para fortalecer nossa perspectiva trazemos casos midiáticos que podem auxiliar empiricamente no entendimento do que estamos dizendo teoricamente. Na sequência nos propomos a fazer uma imersão em casos postos em investigação por essa dissertação. Além disso, propomos uma análise metodológica embasada pela circulação, que pode oferecer aos estudos de midiatização, também ao próprio campo da comunicação, uma estratégia para a análise de ambientes digitais dependentes dos agenciamentos algorítmicos, mas que não oferecem propriamente espaços interacionais. É o exemplo de motores de buscas, como o Google, mas que também pode servir para banco de imagens e demais plataformas que atuem nesse sentido.

5. ATUALIZANDO ESCOLHAS: PERCURSO METODOLÓGICO

As operações metodológicas na pesquisa em midiatização têm suas complexidades, principalmente quando relacionadas ao desafio de analisar a circulação discursiva. “O quê e como observar determinados fenômenos se revelou um embate constante nos estudos referentes à midiatização, exigindo dos pesquisadores uma elaboração criativa, eficiente e adequada ao propósito da investigação” (Weschenfelder, 2020, p. 2). Essa complexidade se amplia quando se trata de analisar algoritmos e motores de buscas, como o Google.

A midiatização é um processo que está em constante alastramento social, pois conforme a sociedade e os meios se aperfeiçoam, ela ganha diferentes dimensões, produzindo novos fenômenos midiáticos. Esses fenômenos geram outras perspectivas, que motivam impactos diversos na compreensão do próprio conceito. A circulação é uma estratégia natural dos atores, instituições e indivíduos, em um ambiente midiatizado. Nesse sentido, este ambiente tem a circulação como uma zona de contato, onde os atores sociais criam recursos para espalhar sentidos, formando um ciclo indeterminado e impossível de ser previsto, pois a produção de sentidos ocorre de forma não linear e é incontrolável.

Por muitos anos os algoritmos foram objetos de estudos apenas das ciências exatas, analisando-os como elementos essenciais para a computação, por exemplo. Com a emergência das redes sócio-digitais, bem como a evolução do funcionamento destas, os algoritmos, além de se tornarem populares ao senso comum, passam a produzir questões que tocam o campo da comunicação. Entretanto, os algoritmos são objetos de difícil apreensão, justamente pelo seu caráter fechado e de pouca transparência. Apesar disso, o campo da comunicação vem desenvolvendo metodologias para enfrentá-lo e produzir leituras mais assertivas sobre os fenômenos observados na cultura.

Nesse sentido, entendemos que o objeto em investigação demanda suas especificidades e são elas que vão auxiliar a constituir o caso de pesquisa, bem como mover inferências sobre o tema em análise. As descobertas em torno dos empíricos e também das reflexões teóricas são fundamentais para a construção da pesquisa. A análise metodológica da presente pesquisa será elaborada no contexto de um estudo de caso midiatizado (Weschenfelder, 2020), utilizando pesquisa bibliográfica e referenciada no método abdução (Ferreira, 2012). A partir disso, separamos o

percurso metodológico em dois momentos, sendo o primeiro voltado para a observação das lógicas algorítmicas do motor de buscas do Google e o segundo observando os movimentos da circulação midiática empreendida por atores sociais nas redes sócio-digitais.

5.1 ESTUDO DE CASO MIDIATIZADO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Os casos de referência em investigação que tem o racismo algorítmico no motor de buscas do Google como inferência central, nos colocam um desafio, já que se referem a uma realidade a partir da constituição desta ambiência midiaticizada. O desafio parte das complexidades das articulações entre produtores de conteúdo do Google, a própria plataforma, sujeitos em rede e o campo jornalístico. Esses atores sociais envolvidos desde a produção até a recepção, constroem vínculos, estratégias e discursos sobre os casos em análise.

Na sociedade considerada dos meios, uma das suas características era o poder de mediação concentrado nos meios midiáticos. Estes, eram considerados detentores da informação, portanto, concentravam-se no polo de produção. Os sujeitos, encontravam-se no polo de recepção. Entretanto, em uma sociedade midiaticizada este fluxo se complexifica, colocando atores sociais individuais e instituições midiáticas pertencentes de um mesmo polo.

Com este cenário posto, exige-se, portanto, que se busque entender como a circulação se torna fundamental no caso em estudo, observando as formas de contatos, as interações e as operações de produção de sentidos (Weschenfelder, 2019) postas em jogo e que transformam os polos de produção e recepção. Para isso, entendemos que o estudo de caso midiaticizado é a estratégia metodológica que pode nos auxiliar a compreender os fenômenos observados. “Além disso, trabalhar com materiais procedentes de complexos circuitos, sobretudo aqueles que são extraídos do ambiente digital, suscita a tomada de ações prognósticas” (Weschenfelder, 2020, p. 2; Ferreira, 2013).

De acordo com Weschenfelder (2019, p. 5), sobre o caso midiaticizado:

(...)entendemos que para desenvolver um estudo de caso, que esteja inserido nessa nova organização socio-comunicacional, é necessário voltar o olhar para a totalidade do fenômeno, buscando compreendê-lo através de atividades interacionais, além do foco nas plataformas midiáticas, bem como dos meios. Diante disso, se estabelece o que chamamos de “caso

mediatizado”, o qual exige operações específicas e relativas as suas características, pois sua organização parte de uma dinâmica interacional ainda mais complexificada do que aquela do “caso midiático”. Isto ocorre porque na conjuntura da mediatização todos os envolvidos são colocados em evidência – meios, instituições, atores individuais e coletivos (Verón, 1997).(Weschenfelder, 2019, p. 5)

O estudo de caso mediatizado oferece singularidades de uma sociedade que tem a mediatização como um processo interacional de referência (Braga, 2006), onde se destacam “as dinâmicas engendradas pela digitalização dos meios; surgimento de redes sociais digitais; atravessamento de campos sociais e instituições variadas; atores sociais em produção e recepção (Weschenfelder, 2020, p.5). Portanto, a constituição de circuitos e de fluxos também são características do estudo de caso mediatizado.

Além disso, os complexos fluxos interacionais são próprios da mediatização, onde todos os atores sociais podem produzir sentidos e serem considerados nestes processos instalados na circulação discursiva. Entretanto, ainda conforme Weschenfelder, os movimentos presentes em um estudo de caso mediatizado contempla “as idas e vindas de discursos que transitam entre os meios digitais (internet) e meios considerados tradicionais (televisão, rádio, jornal impresso)” (2020, p. 6). Esses movimentos se retroalimentam, fortalecendo os circuitos constituídos e os fluxos empreendidos pelos atores, levando a frente as ações e as estratégias elaboradas a partir das zonas de contato.

Conforme Weschenfelder (2019, p. 84):

Casos mediatizados emergem de fluxos interacionais – através de atividades tecno-discursivas – que reelaboram estatutos, sobretudo a partir de incursões dos atores (como coletivos, amadores, etc.), nos processos midiáticos entre diferentes campos sociais, traçando novos contatos e processos produtivos que se organizam na ambiência da mediatização (Weschenfelder, 2019, p. 84).

Nesse sentido, o papel dos atores sociais individuais na coparticipação de produção de sentidos reforça as características da mediatização. A organização dos sujeitos em rede pondo em circulação outros discursos, que não apenas os das instituições midiáticas, reforça a característica central da mediatização de reelaborar as práticas desenvolvidas pela sociedade dos meios. Essas novas condições de produção de sentido tensionam sistemas midiáticos, pois os atores sociais individuais,

muitas vezes em formato de coletivos²⁴ são capazes de pautar o campo jornalístico ou pressionar instituições midiáticas para que revejam posicionamentos e sentidos produzidos.

A seguir trataremos a descrição em duas partes dos movimentos metodológicos que desenvolvemos muito a partir do que o próprio objeto nos reivindicava. Para isso os nomeamos como primeiro e segundo estágio do percurso metodológico, muito no sentido de que o segundo movimento se dá em função do desdobramento inferencial e metodológico do primeiro.

5.2 PRIMEIRO ESTÁGIO DO PERCURSO METODOLÓGICO

Quando analisamos as lógicas algorítmicas em motores de busca, como o Google, que funcionam como uma biblioteca que entrega informações produzidas por terceiros, a complexidade da análise se intensifica. Essa dificuldade se dá pois o Google não oferece critérios objetivos sobre as decisões do seu algoritmo, causando dúvida sobre as razões pelas quais tais resultados estão ranqueando a frente de outros; o Google atualiza seu algoritmo periodicamente, alterando seus resultados e priorizando diferentes resultados para o mesmo termo de busca; não há controle por parte da plataforma sobre os conteúdos produzidos pelos sites e blogs que ranqueiam na plataforma; o motor de buscas do Google não é uma plataforma interacional em que usuários podem interagir uns com os outros diretamente, como as redes sócio-digitais.

Essas características são algumas das que dificultam uma análise metodológica do algoritmo do Google. Encontrar caminhos para o avançar de pesquisas que seguem essa proposta é um desafio. Ao iniciar a pesquisa, como exercícios de observação do empírico, nos propomos a buscar entender o algoritmo do Google enquanto técnica. Nosso objetivo naquele momento era compreender as razões pelas quais determinadas entregas de resultado ocorriam, os motivos das entregas racializadas permanecerem sendo entregues e como este mecanismo robusto e complexo funcionava como um todo. Uma tarefa difícil, quase impossível, produzindo uma análise de fora da corporação e sem maiores esclarecimentos públicos.

²⁴ O termo coletivo é acionado aqui no mesmo sentido já abordado no capítulo passado neste mesmo texto.

Foram inúmeras tentativas de encontrar padrões de busca e resultados para justificar o fenômeno em análise. Entretanto, não era possível chegar em alguma conclusão mais concreta sobre os movimentos algorítmicos do motor de buscas do Google. Sabe-se que há inúmeros critérios descritos pelo Google como importantes para que produtores de conteúdo em SEO possam estar aptos para disputarem as primeiras posições da SERP. Contudo, não há garantia alguma de que se o site ou blog “X” seguir à risca tais critérios estará ocupando em um determinado tempo a primeira posição no Google como resultado para um termo de pesquisa “Y”. Aparentemente, não há uma fórmula exata que produtores de conteúdo podem seguir para que possam estar nas melhores posições de ranqueamento. Essas indicações de boas práticas são caminhos que podem levar até o objetivo de melhor ranqueamento, contudo, não oferece a certeza, até porque é uma corrida de quem se posiciona melhor.

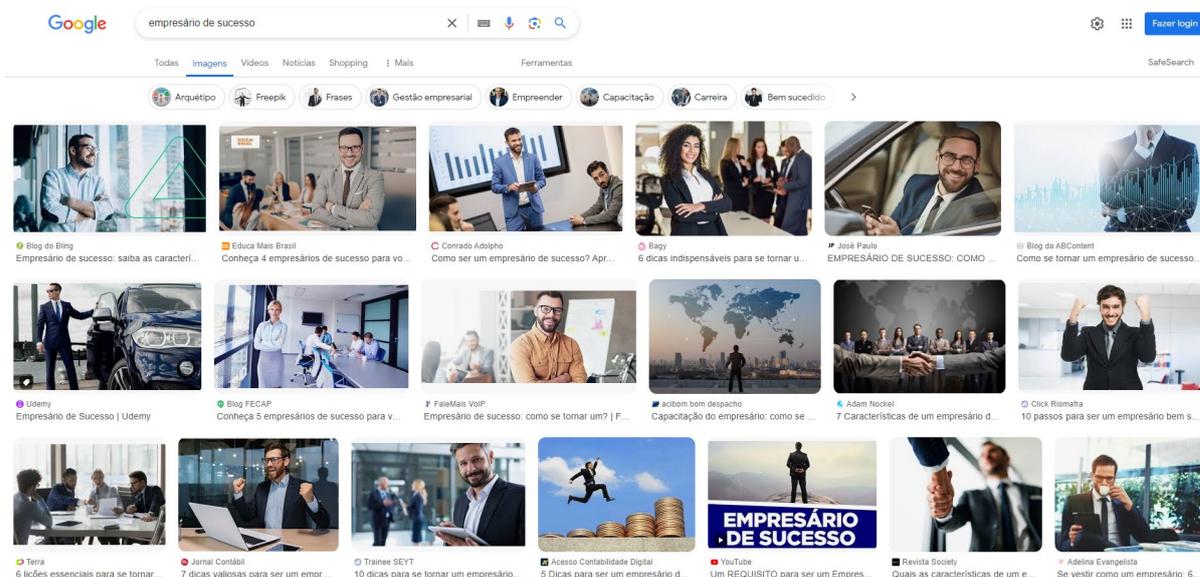
Os sites e blogs que produzem conteúdo e que são otimizados para os milhões de termos buscados pelos usuários estão competindo entre si pelas melhores posições na primeira página do Google, o que ao final de tudo, tem por objetivo conquistar os cliques da audiência daquela palavra-chave buscada. Essa disputa pode ter diferentes fins, como comercial, de aumento de tráfego na página, de fortalecimento do nome da marca ou da empresa, disseminação de informação etc. É importante reafirmar que estamos tratando da busca orgânica do Google, onde os produtores de conteúdo ranqueados nessas posições não pagam por estarem ali, diferentemente dos sites e blogs que recebem a classificação de anúncio e normalmente ocupam o topo da SERP.

No intuito de desbravar os padrões estabelecidos nas lógicas algorítmicas, para palavras-chave buscadas por usuários que oferecessem resultados racializados, realizamos um movimento metodológico utilizado por Martins (2021). Esse movimento consiste em selecionar termos já racializados no imaginário social dos sujeitos, buscando-os no Google e entendendo que tipo de resultados a plataforma oferece. Nosso objetivo ao realizar este movimento era o de visualizar o racismo algorítmico da plataforma, com foco em analisar possíveis padrões nos modelos de entrega das respostas oferecidas.

Aqui é importante reforçar que as buscas foram realizadas em janela anônima do navegador no sentido de diminuir qualquer interferência de informação do pesquisador no exercício metodológico. Além disso, em nossa percepção, os

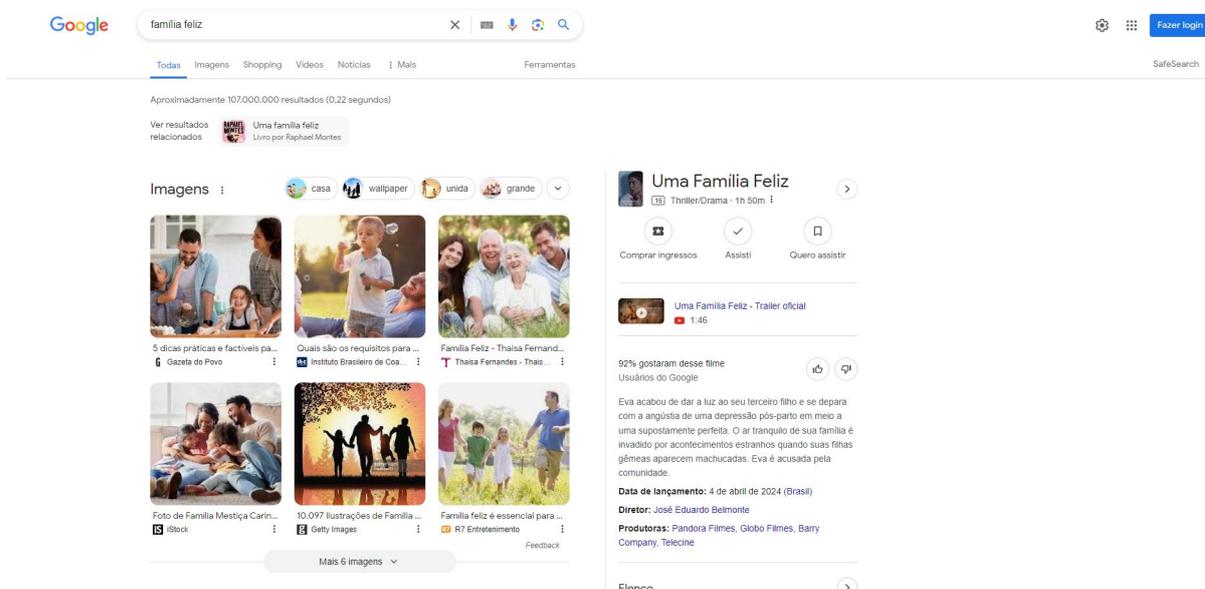
resultados expõem lógicas da cultura constituídas pela branquitude, que são racializadas, mas, também, racistas. Os termos selecionados constam na tabela abaixo:

Figura 23 - “Empresário de sucesso”



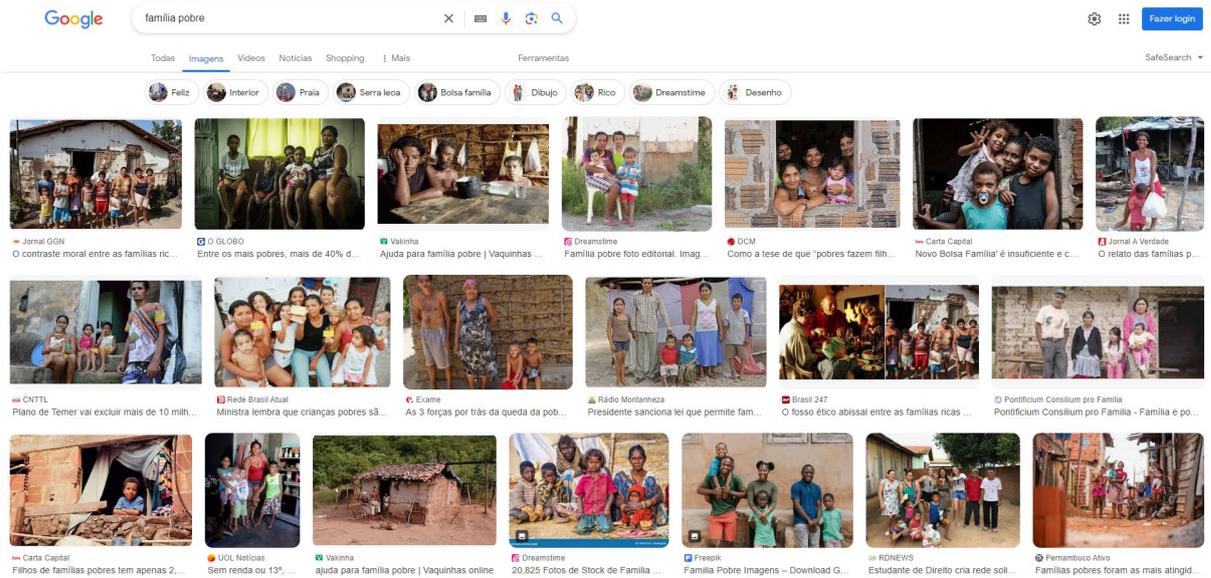
Fonte: Google/2024.

Figura 24 - “Família feliz”



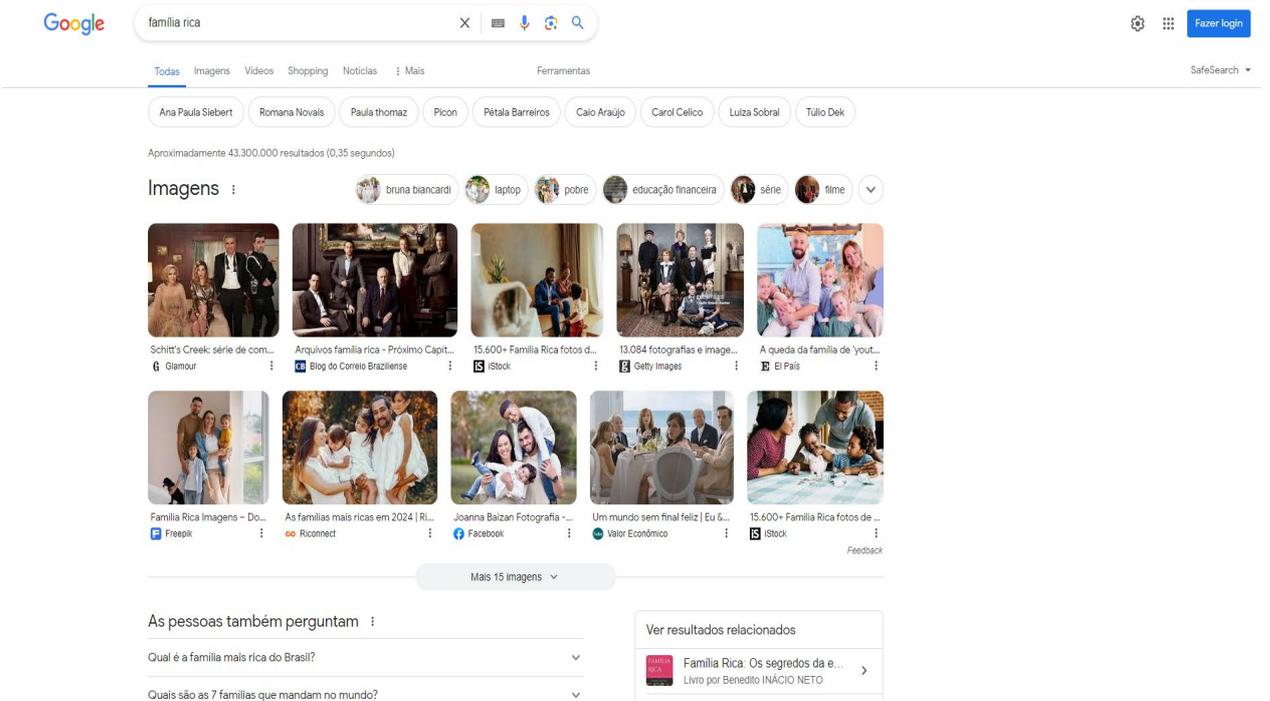
Fonte: Google/2024.

Figura 25 - “Família pobre”



Fonte: Google/2024

Figura 26 - “Família rica”



Fonte: Google/2024.

Figura 27 - “Cabelos lindos”

Google Fazer login

Todas Imagens Vídeos Shopping Notícias Mais Ferramentas SafeSearch

Masculino Feminino Cacheados Frases Liso Penteados de Pintados Curtos Loiros

Aproximadamente 6.730.000 resultados (0,24 segundos)

Imagens : coloridos lisos grande curto cacheados longo ondulados

Cabelos lindos: cabeleireiros expl... NSC Total
 310 melhor ideia de ... Pinterest
 Cabelos Longos - L... Facebook
 Como Ter Cabelos L... Tudo com Moda
 Cabelos Lindos e Saudá... Facebook
 Como ter e cuidar de ... Pantene

5: Cabelos Lindos e Saudáveis Todos os ... NUSPACE
 5 Dicas para cabelos mais bonito... Clínica Weiss
 333.836 fotos de stock e ban... Getty Images
 Cabelos lindos e saudáv... Dra. Fernanda Pop...
 100 melhor ideia de ... Pinterest

Mais 22 imagens

As pessoas também perguntam :

Qual tipo de cabelo é mais atraente?
 O que fazer para ter um cabelo lindo?

Fonte: Google/2024.

Figura 28 - “Fotos de cabelos bonitos feminino”

Google Fazer login

Todas Imagens Shopping Vídeos Notícias Mais Ferramentas SafeSearch

Aproximadamente 3.000.000 resultados (0,26 segundos)

Imagens : longo curto liso grande colorido loiro pintado infantil

100 melhor ideia de ... Pinterest
 Cabelo Feminino Im... Freepik
 Desvendando Segre... Pinterest
 328.430 fotos de stock e ba... Getty Images
 50 Cortes de Cabelo F... Makeup
 Seis dicas para ter um cabel... Pival Pink

Página 11| Fotos Mu... Freepik
 Corte de cabelo femi... Alina Andrade |
 Os 10 melhores cortes f... Blog Riachuelo
 Dicas para deixar os c... Cursos CPT
 76 Cabelos Repicad... Saão Virtual
 Fotos de Cabelos lindos, Image... Depositphotos

Mais 22 imagens

As pessoas também perguntam :

Qual é o tipo de cabelo que está na moda?
 Qual corte de cabelo estão em alta?
 Qual é o melhor corte de cabelo para quem tem o rosto redondo?

Fonte: Google/2024

As imagens anteriores demonstram a racialização dos resultados dos termos pesquisados. Importante ressaltar que nenhuma das palavras-chave buscadas tem algum tom racial. Contudo, o Google oferece como resultado a racialização. A plataforma organiza e entrega imagens e conteúdos produzidos por terceiros, com páginas otimizadas para o termo buscado. Entretanto, não se pode eximir a responsabilidade algorítmica do motor de buscas em produzir sentidos a partir da entrega do resultado.

As imagens expõem, além das lógicas da cultura que tem a branquitude como regra por parte daqueles que produzem conteúdo, as próprias lógicas de racialização do Google no agenciamento algorítmico que não busca alterar o resultado no intuito de torná-lo mais diverso. Afinal, as palavras-chave que utilizamos são termos amplos, que podem contemplar diferentes tipos de pessoas, não somente aquelas que fazem parte de um padrão estabelecido de beleza.

Com a observação desses resultados, entendemos que há viés racial nas entregas de conteúdo por parte do algoritmo do Google. Entretanto, compreendemos que o conceito de midiaticização engloba, além dos processos comunicacional-midiáticos, as construções simbólico-sociais e os usos, práticas e apropriações dos sujeitos nos meios (Ferreira, 2016). Considerando isso, se faz importante analisar as construções simbólico-sociais que se constituíram a partir destas entregas racializadas.

Ou seja, como os sujeitos em rede, ao se depararem com tais resultados agiram diante do viés racial da plataforma? Como o Google não é uma plataforma interacional, portanto seus usuários não podem realizar comentários, *posts* ou produzir algum tipo de reivindicação explícita diretamente na própria plataforma, nos intrigava saber se havia discussões sobre o viés racial do motor de buscas em outros espaços. No final, queríamos compreender se o fenômeno observado impactava socialmente os sujeitos em rede conscientes racialmente. Nesse sentido, partimos para o segundo momento do percurso metodológico de investigação, que descreveremos no item abaixo.

5.3 SEGUNDO ESTÁGIO DO PERCURSO METODOLÓGICO

O primeiro estágio do percurso metodológico desta dissertação foi necessário para identificar os movimentos de racialização presentes no motor de buscas do

Google. Contudo, foi necessário, nesse sentido, avançar para aprofundarmos a nossa análise no contexto de uma pesquisa em midiatização. Conforme a proposta da metodologia de estudo de caso midiatizado (Weschenfelder, 2019), precisamos olhar o objeto como um todo, porém, é preciso realizar movimentos articulados para aprofundar em nossos observáveis e compreender ao máximo o fenômeno em estudo.

Para isso, nos dedicamos a investigar a existência de fragmentos discursivos postos em circulação por atores sociais nas redes sócio-digitais a partir do contato com os resultados racializados das buscas realizadas no Google. Para que uma busca racializada ganhe debate público é necessário que ela produza esse sentido em usuários que recebam tal resultado a partir de suas buscas, onde este seja surpreendido pelo racismo algorítmico a ponto de levar a denúncia do resultado da busca para outros espaços midiáticos, onde assim a circulação possa constituir circuitos múltiplos.

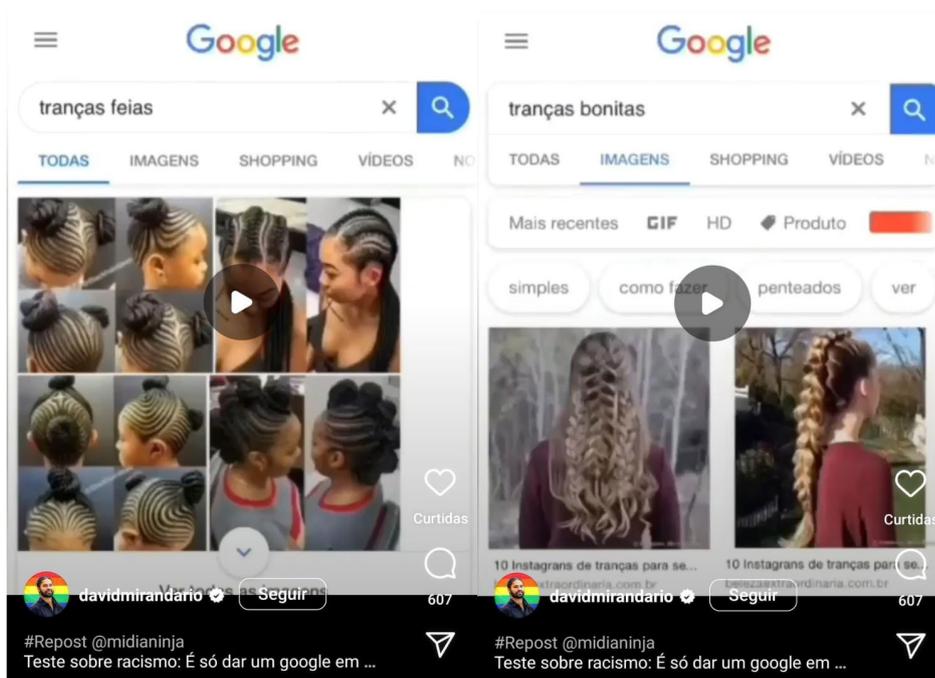
Nesse sentido, investigamos os possíveis rastros de circulação em redes sócio-digitais, como TikTok, Instagram, Facebook e Twitter. Essa busca foi feita a partir de palavras-chave que resumiam o caso em análise. Não nos limitamos a buscar circuitos instalados em apenas uma ou outra plataforma, justamente porque a intenção não é estudar as possibilidades e os acionamentos que determinada rede sócio-digital tem, e nem analisar, prioritariamente, os recursos distintos que tais plataformas oferecem como estímulo aos usos, as práticas e as apropriações que atores sociais fazem com elas no âmbito da circulação. Entretanto, a intenção é de constituir possíveis circuitos e compreender como se dá o fluxo da circulação intermediária, onde atores sociais realizam um movimento ascendente do Google para as demais plataformas digitais.

Ao utilizar os termos racismo, algoritmo e Google, identificamos uma vasta discussão sobre racismo algorítmico nestas plataformas. São páginas que discutem letramento racial, influenciadores, sujeitos em redes comuns publicando tensionamentos sobre o racismo algorítmico no Google, mas também em demais plataformas. Além disso, é possível entrar em contato com diferentes casos de racismo algorítmico agenciado pelas lógicas algorítmicas do Google em diferentes temporalidades.

É o exemplo dos casos em investigação desta dissertação, que serão apresentados no próximo capítulo. Mas, também, de outros casos, como o do termo de pesquisa "tranças feias" versus "tranças bonitas", que em 2019 provocou a constituição de circuitos que colocaram em circulação os sentidos gerados pela

plataforma. Na imagem abaixo é possível verificar comentários em um post publicado pela conta do MídiaNinja, no Instagram, que foi repostado na conta do deputado federal David Miranda. A publicação é um vídeo de gravação da tela do celular onde é simulada a busca da palavra-chave “tranças feias” e, na sequência, o termo “tranças bonitas”. Em relação a “tranças feias”, o Google entrega como resultados imagens de mulheres negras usando tranças nos cabelos. Já, quando buscado o termo “tranças bonitas”, aparecem imagens de mulheres brancas utilizando o mesmo penteado no cabelo.

Figura 29 - Tranças feias *versus* Tranças bonitas



Fonte: David Miranda/Instagram.

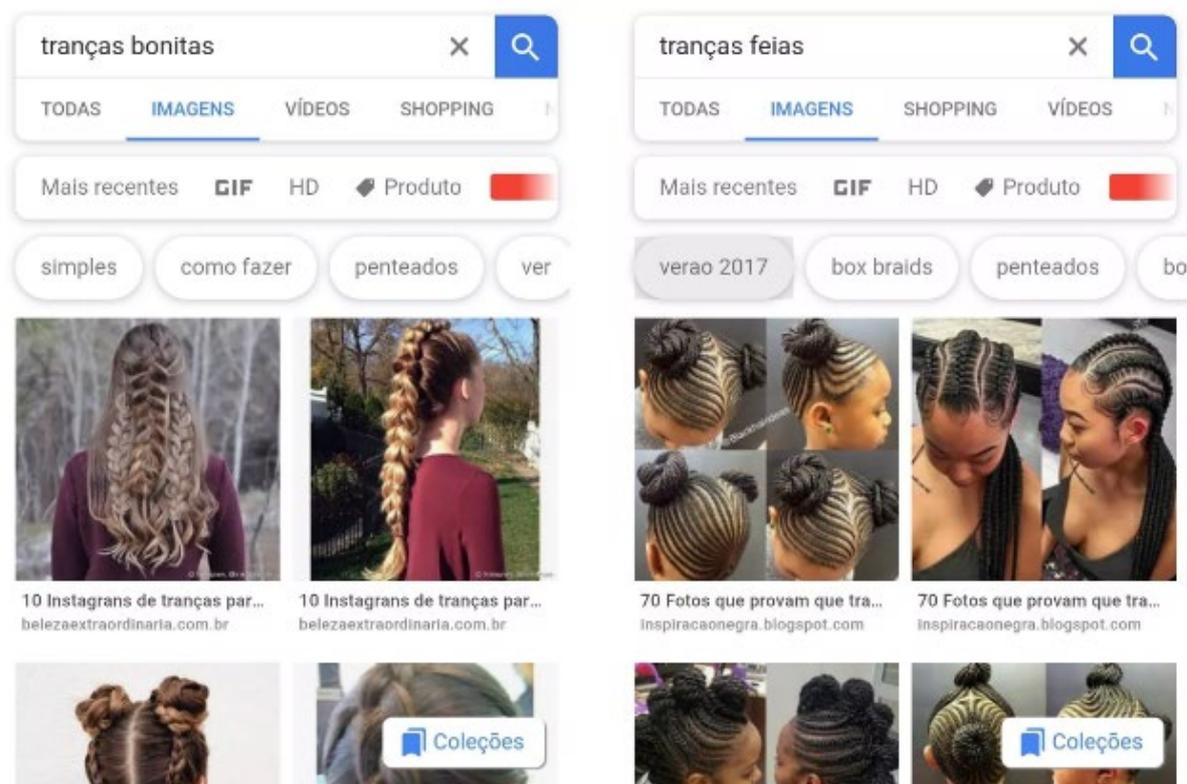
O respectivo post teve ao todo 607 comentários dos mais variados tipos, onde os usuários demonstraram surpresa, descontentamento, revolta, entretanto, há também comentários justificando ou minimizando o fato. Esse caso também ganhou repercussão no campo jornalístico, com matérias publicadas sobre a questão em jornais da mídia tradicional hegemônica, como O Globo²⁵.

²⁵<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/pesquisa-trancas-bonitas-e-trancas-feias-no-google-um-caso-de-racismo-algoritmico.html>

Figura 30 - Matéria do O Globo sobre o caso tranças feias e tranças bonitas

Pesquise 'tranças bonitas' e 'tranças feias' no Google: um caso de racismo algorítmico

Por Tiago Rogero • 02/07/2019 • 06:00



As pesquisas no Google por tranças 'bonitas' e 'feias' | Reprodução

Fonte: Jornal O Globo

Questionado pelo jornal, o Google se pronunciou sobre o caso a partir de uma nota que foi publicada na matéria e reproduzimos abaixo:

"Construir uma experiência de busca é um desafio complexo, dinâmico e em constante evolução. Como nossos sistemas encontram e organizam informações disponíveis na web, eventualmente, a busca pode espelhar estereótipos existentes na internet e no mundo real em função da maneira como alguns autores criam e rotulam seu conteúdo. Entendemos que pessoas de todas as raças, gêneros e grupos podem ser afetadas por essas representações. Compartilhamos essa preocupação e continuaremos trabalhando para melhorar os resultados de busca de imagens para todos nossos usuários."

Utilizamos o caso acima para ilustrar os movimentos metodológicos compreendidos nesta dissertação para o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, além

do estudo de caso midiaticizado e da pesquisa bibliográfica, fizemos tentativas de entrevistas com atores sociais envolvidos em um dos casos de referência que apresentaremos na sequência. Contudo, não foi possível obter esse dado, pois uma das possíveis entrevistadas não respondeu e a outra entrevistada optou por não falar e relembrar o caso. Na sessão de análise abordaremos a resposta recebida via e-mail.

Com esses dois percursos metodológicos desenhados, entendemos que havia movimentos realizados que proporcionaram a produção de inferências sobre a temática desenvolvida neste trabalho. Em resumo, o nosso percurso se desenhou da seguinte forma: identificação de termos do senso comum que pudessem estar ligados ao imaginário racista; testes de pesquisa no Google com os termos presentes no imaginário social racista; análise e busca de padrão algorítmico para entrega dos resultados racializados pela plataforma; busca de termos racismo, algoritmo e Google em diferentes redes sócio-digitais, como Facebook, Instagram e TikTok; análise de publicações e comentários; verificação dos discursos jornalísticos sobre a questão. Nesse sentido, os casos de referência a seguir seguem estes procedimentos descritos anteriormente para serem constituídos.

Os episódios levantados para a constituição do caso de pesquisa foram definidos a partir de dois movimentos metodológicos:

- a) mapeamento de palavras-chave que entendemos como racializadas a partir de lógicas da cultura;
- b) caso que ganhou maior repercussão nas discussões no espaço público.

É importante ressaltar que a coleta dos materiais foi realizada no período entre os anos de 2020 e 2023, registrando estes movimentos. Contudo, os resultados podem ter sido alterados pela dinâmica das redes. No capítulo a seguir demonstraremos com maior evidência os movimentos realizados com os casos em observação, bem como uma análise transversal a partir das evidências coletadas dos episódios que formam a constituição do caso.

6. EXPERIENCIANDO: DOS OBSERVÁVEIS À ANÁLISE TRANSVERSAL

Neste capítulo nos dedicamos a apresentar os casos em investigação, no sentido de demonstrar os esforços de relacionar teoria e os acionamentos empíricos. Além disso, apresentaremos a análise transversal entre os dois casos, que é desenvolvida a partir da concatenação dos movimentos de pesquisa que geraram descobertas semelhantes entre os observáveis.

Como já afirmado anteriormente, no capítulo metodológico, produzir pesquisa buscando compreender os efeitos dos algoritmos nos processos comunicacionais se torna um desafio para quem se propõe a realizar esse movimento. O algoritmo ainda é um enigma que está sendo explorado pelo campo da comunicação, que busca fazer entradas epistemológicas e metodológicas para explicá-lo. Nesse sentido, o caso de pesquisa proposto se debruça sobre dois episódios que ganharam maior notoriedade no debate público sobre o racismo presente no motor de buscas do Google.

Em vista disso, retomamos aqui o problema de pesquisa que guia nossa investigação: de que forma a produção de sentidos gerados pelas lógicas algorítmicas do motor de buscas do Google, a partir da entrega de resultados de pesquisa racializados e postos em circulação midiática, acionam circuitos afro-referenciados, inscritos em diferentes plataformas digitais, e meios jornalísticos? Como os circuitos afro-referenciados e os meios jornalísticos tensionam o Google para a alteração destes resultados?

Na sequência, os casos abaixo nos ajudam a ampliar os horizontes e a encontrar caminhos possíveis para resolver o questionamento acima, que é fruto também de observações preliminares. Com o desenrolar da investigação, ampliação do arcabouço teórico e os movimentos metodológicos, foi possível enfrentar o problema proposto. Os casos que apresentaremos em seguida partem da pesquisa de palavras-chave que entendemos como racializadas na cultura e que fazem o imaginário social, além disso, são casos que de alguma maneira circularam com maior intensidade com tensionamentos públicos com maior relevância.

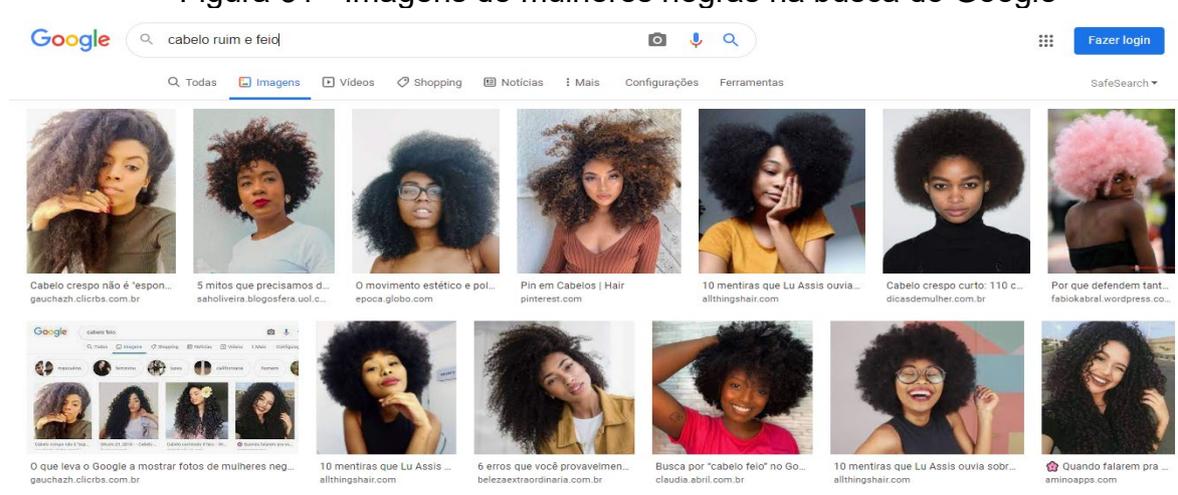
6.1 CASO 1: “CABELO RUIM E FEIO”

A descoberta deste caso veio a partir do termo de busca “cabelo ruim e feio”. Entendemos que este termo é utilizado na cultura como algo pejorativo às pessoas

negras, como forma de distinguir o cabelo afro, daquele que é visto como o padrão normativo. Estereotipar o cabelo afro, depreciando-o é uma das formas de discriminação racial existentes, deixando explícito que o socialmente aceitável são os cabelos que tem os traços da branquitude como referência. São inúmeros os acontecimentos de violência ligados aos corpos negros que derrubam a estima dos sujeitos afro e os excluem sistematicamente da sociedade. É possível observar esse acontecimento em outros casos, comuns ao cotidiano social, como: *Menina é pisoteada e xingada de 'macaca' e 'cabelo de bombril' por alunos em escola municipal, diz mãe*²⁶ e o *Estudante negra é proibida de entrar na escola por não ter cabelo liso*²⁷.

O termo *cabelo ruim e feio*, que surgiu como uma inferência a partir dos movimentos da própria cultura, descritos acima, nos apresentou o presente caso ao realizarmos a pesquisa no Google. A plataforma, ao indexar imagens de mulheres negras como resultado dessa pesquisa, demonstrou sua racialização. Entretanto, as imagens indexadas e que apareciam como resposta para a busca foram inseridas em portais de notícias e de diferentes sites de conteúdo ilustrando matérias que tratavam da temática da estética afro e do cabelo crespo, no sentido da conscientização e de reafirmação do black como uma forma de expressão, aceitação e reconhecimento de uma cultura. Na imagem abaixo é possível identificar as imagens filiadas ao termo de busca:

Figura 31 - Imagens de mulheres negras na busca do Google



Fonte: Google, 2021.

²⁶ <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2024/03/21/menina-e-pisoteada-e-xingada-de-macaca-e-cabelo-de-bombril-por-alunos-em-escola-municipal-diz-mae.ghtml>

²⁷ <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2022/04/4998823-estudante-negra-e-proibida-de-entrar-na-escola-por-nao-ter-cabelo-liso.html>

Fizemos uma busca por páginas indicadas como repositório de origem de sete imagens da figura anterior, a partir da URL que consta abaixo de cada uma das fotos. As escolhas foram feitas sem um critério definido. Encontramos as seguintes discussões, apresentadas aqui com o título de cada um dos conteúdos:

- *cabelo crespo não é "esponja": três mulheres negras explicam por que o termo é pejorativo;*²⁸
- *5 mitos que precisamos derrubar sobre o cabelo crespo;*²⁹
- *o movimento estético e político dos cabelos crespos e cacheados;*³⁰
- *era tudo mentira: 10 coisas que Lu Assis ouvia sobre seu cabelo crespo na infância;*³¹
- *cabelo crespo curto: confira cortes incríveis e saiba como cuidar dos fios*³²
- *por que defendem tanto o "direito" de falar mal dos cabelos crespos e cacheados?;*³³
- *o que leva o Google a mostrar fotos de mulheres negras para a busca de "cabelo feio."*³⁴

As imagens constituem a abordagem denunciativa, didática e educativa presente nos conteúdos dos sites onde foram publicadas. Estas imagens de mulheres negras estão ajudando a denunciar e questionar justamente movimentos como o que o Google está promovendo, de discriminação e reprodução de um imaginário racista presente nas lógicas da cultura.

Esse movimento presente na plataforma provocou uma série de questionamentos que entraram em circulação em outros ambientes, a partir dos sentidos gerados. Nossa investigação partiu para diferentes plataformas digitais, como o TikTok, Facebook e Twitter. O objetivo era compreender primeiramente se os

²⁸ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2020/06/cabelo-crespo-nao-e-esponja-tres-mulheres-negras-explicam-por-que-o-termo-e-pejorativo-ckbmn0ru7000i01626h3i7ufh.html>

²⁹ <https://saholiveira.blogosfera.uol.com.br/2020/03/07/5-mitos-sobre-o-cabelo-crespo/?cmpid=copiaecola>

³⁰ <https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2018/04/o-movimento-estetico-e-politico-dos-cabelos-crespos-e-cacheados.html>

³¹ <https://www.allthingshair.com/pt-br/penteados-cortes/cabelos-crespos/lu-assis-cabelo-crespo-infantil/>

³² <https://www.dicasdemulher.com.br/cabelo-crespo-curto/>

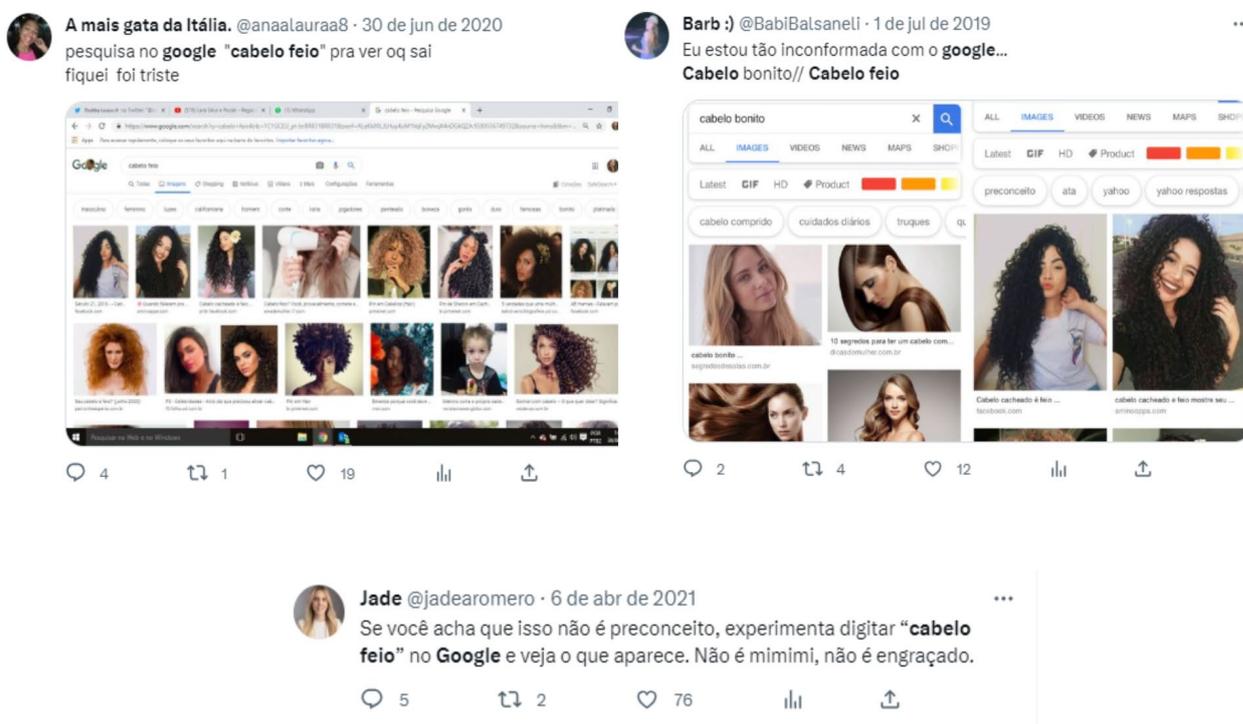
³³ <https://fabiokabral.wordpress.com/2015/02/06/por-que-defendem-tanto-o-direito-de-falar-mal-dos-cabelos-crespos-e-cacheados/>

³⁴ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2020/07/o-que-leva-o-google-a-mostrar-fotos-de-mulheres-negras-para-a-busca-de-cabelo-feio-ckcq9jbm002k013q2f9hw2xa.html#:~:text=Ao%20digitar%20as%20palavras%20%22mulher,quando%20pesquisavam%20por%20essas%20palavras.>

sentidos gerados pelo caso haviam sido postos em circulação, depois, existindo esse movimento, como os circuitos acionados pelo tensionamento dos sentidos construíram discursos sobre a questão.

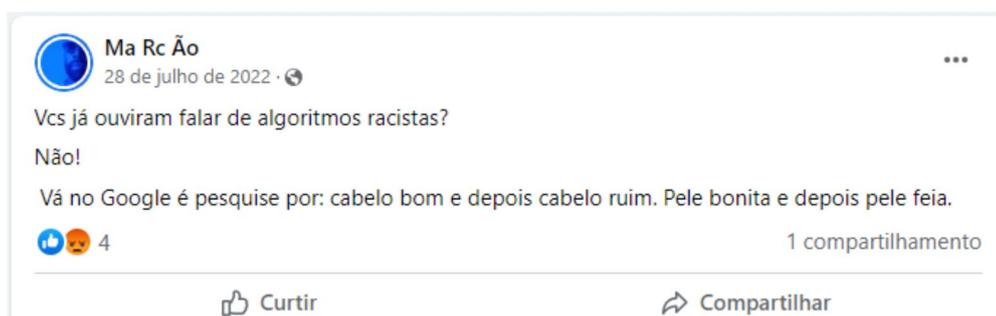
A investigação encontrou rastros de circulação presentes em diversas plataformas utilizando os seguintes termos para filtro: “*cabelo ruim*” e “*Google*”. Nas imagens abaixo podemos identificar um movimento denunciativo, onde os usuários ao ficarem sabendo do resultado racializado na busca do Google realizam a pesquisa para comprovar a veracidade da informação. Ao identificarem o resultado, estes mesmos usuários sugerem em suas publicações que outros usuários façam o mesmo movimento para que também comprovem o recebimento do conteúdo.

Figura 32 - Comentários de atores sociais no Twitter (Caso 1)



Fonte: Twitter.

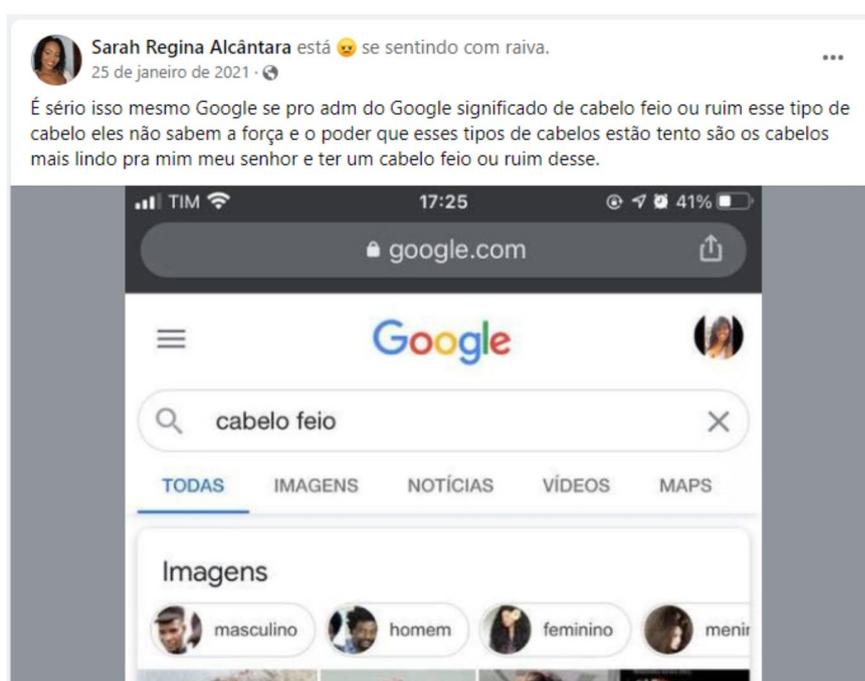
Figura 33 - Comentário de ator social no Facebook (caso 1)



Fonte: Facebook.

Além desse discurso denunciativo, é possível identificar *posts* de cobrança ao Google pela vinculação das imagens de mulheres negras ao resultado de pesquisa para o termo “cabelo ruim”. Essas cobranças tensionam o entendimento do que o Google compreende enquanto “cabelo ruim” e o motivo pelo qual a plataforma tem esse conteúdo como resultado para a referida busca. Além disso, as mulheres negras - colocadas aqui como atores sociais, nesse sentido - reafirmam sua estética negra, a partir de seus cabelos afro.

Figura 34 - Comentário de ator social no Facebook (caso 1)



Fonte: Facebook.

As imagens ligadas ao termo racializado pelo Google são de mulheres negras reais, sendo que elas podem ter sido afetadas pelas lógicas da plataforma de inúmeras maneiras. A nossa investigação sobre a circulação deste caso chegou a Sah Oliveira, uma influencer digital que trabalha nas redes temáticas voltadas à estética, moda e beleza para mulheres negras. Ela tem sua foto exposta como um dos resultados entregues pelo Google para o termo “cabelo ruim”. Sua imagem está vinculada ao conteúdo do seu próprio blog, no site da UOL, que tem como título “*5 mitos que precisamos derrubar sobre o cabelo crespo*”. A imagem inserida no corpo da página em seu blog, está entre as imagens consideradas pelo Google resposta de resultado para o termo de busca é a que está abaixo:

Figura 35 - Influenciadora Digital Sah Oliveira



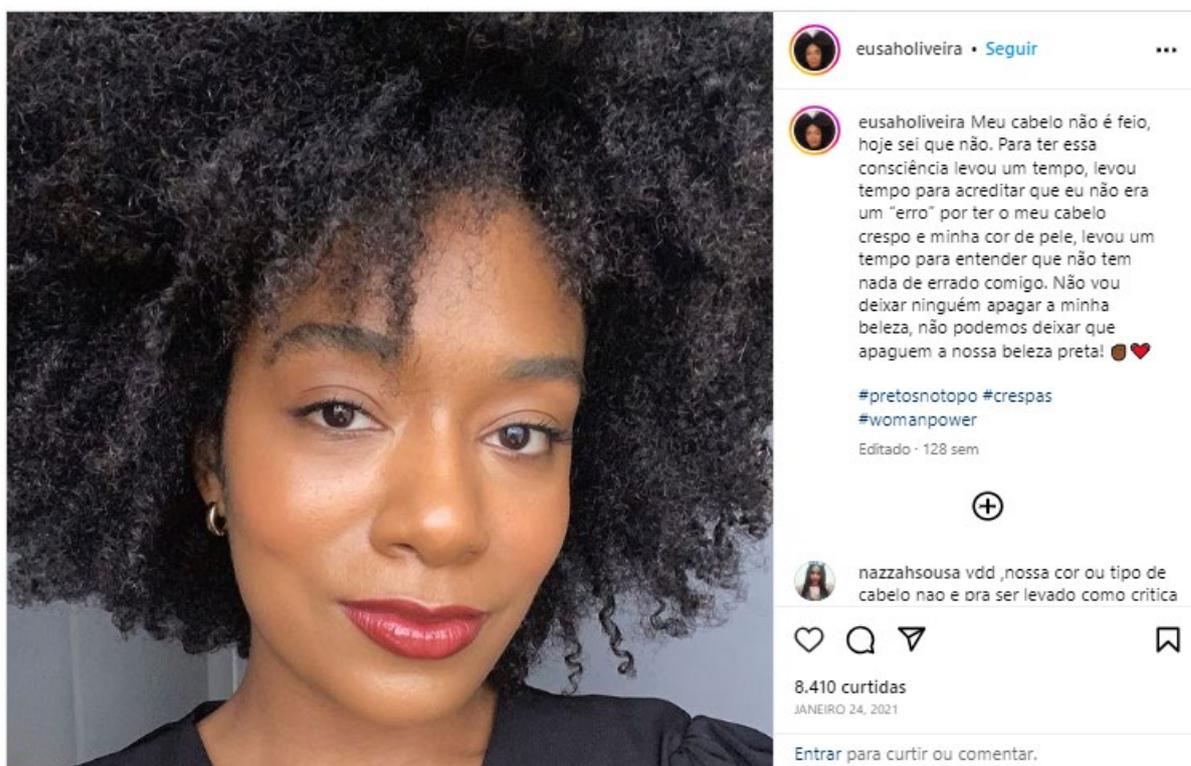
Fonte: imagem retirada do site do UOL.

A influencer digital, ao ficar sabendo que sua imagem estava inserida em um resultado para o termo de busca, publicou um vídeo em sua conta no TikTok fazendo cobranças à plataforma. Transcrevemos o áudio deste vídeo, feito por Sah Oliveira, no ano de 2020, abaixo:

“Bom, hoje é domingo, um dia em que eu geralmente tiro para ficar tranquila, mas hoje infelizmente não tô conseguindo. Não tô conseguindo, porque ao perceber que quando alguém pesquisa pelo nome cabelo feio aparece a minha foto. Meu direct está cheio de prints de pessoas falando: ‘Sah, olha só isso!’. E aí, Google, como que faz? Eu não acredito que eu tô tendo que vir aqui falar isso nos tempos que nós temos vivido. Não acredito, sério. Exijo uma resposta, Google.”

A influencer digital tem um trabalho constante em suas redes sócio-digitais de fortalecimento da autoestima de mulheres negras a partir da estética e autocuidado, promovendo conteúdos de moda e beleza para pessoas negras. Só em sua conta no Instagram, por exemplo, a influencer já conta com mais de 338 mil seguidores. Além disso, a influencer defende o cabelo crespo como forma de reconhecimento e fortalecimento da identidade, conforme post abaixo retirado do Instagram da Sah Oliveira:

Figura 36 - Post no Instagram da influenciadora digital Sah Oliveira



Fonte: Instagram/@eusaholiveira.

A influencer digital e comunicadora antirracista, Luana Daltro, também tem sua imagem como resultado para a busca de “cabelo ruim” e “cabelo feio”. A foto foi

utilizada na reportagem “Cabelo crespo não é ‘esponja’: três mulheres negras explicam por que o termo é pejorativo”, do site de notícias GaúchaZH, no Caderno Donna. A reportagem aborda um conteúdo que combate o racismo e põe em discussão o caso da marca Bombril, que nomeou um item de seu portfólio (a esponja de aço), com o nome de “Krespinha”. Luana foi convidada, junto de outras mulheres negras, a compor a reportagem enviando a foto e um relato pessoal sobre o que já ouviu sobre seu cabelo. A influencer enviou a seguinte imagem e relato:

Figura 37 - Fragmento de reportagem da GZH com Lu Daltro

"É triste ver que o teu cabelo é atribuído como 'ruim' e considerado feio"



"Hoje tenho orgulho do volume do meu cabelo e, acima de tudo, sou feliz assim!"

Luana Daltro / Arquivo pessoal

"O cabelo crespo é um dos principais alvos de racismo que uma pessoa negra enfrenta na sociedade. Começa na infância, tanto nos ambientes familiares, quanto no escolar. Na minha infância, eu sempre quis ter um cabelo cacheado: aquele efeito do fio molinha mesmo, que era visto como o padrão aceitável de beleza. Mas o meu cabelo era volumoso, não tinha este aspecto. Passei a fazer relaxamento desde os setes anos, buscando diminuir a quantidade de cabelo, e permanente afro, para deixar o efeito do cacho perfeito. Eu conseguia alcançá-lo quando molhado, mas ao secar, nunca ficava como era vendido nos produtos, além de voltar a ficar volumoso. Lembro que as tranças sempre foram um mecanismo para deixá-los mais 'arrumados' e não cair na ditadura da

chapinha.

Fonte: GaúchaZH.

A imagem de Luana Daltro, publicada na reportagem, foi constar no resultado do Google para os termos em questão. Há algo de perverso neste movimento, pois

no relato acima a influencer descreve sua relação e seu processo ao longo da vida com o cabelo crespo. Ignorada, sofreu mais uma violência por parte da plataforma justamente sobre o tema em que estava colaborando com seu relato pessoal. A partir disso, Luana publicou em seu perfil no Instagram o seguinte texto:

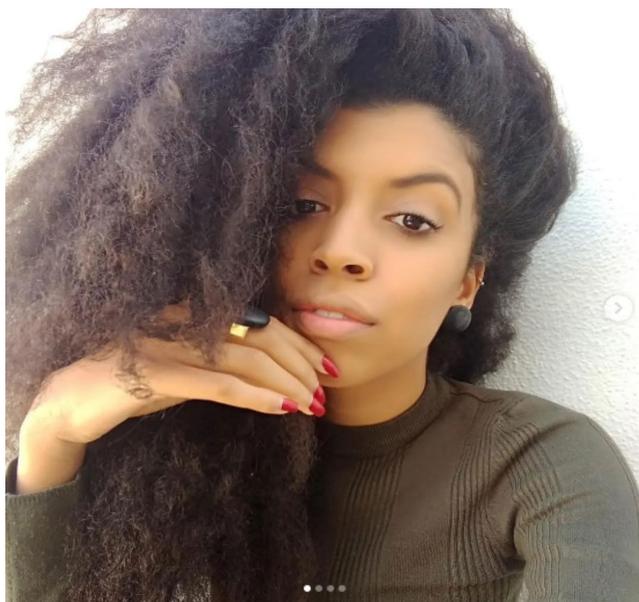
Figura 38 - Post no Instagram da influenciadora digital Lu Daltro



Fonte: Instagram/@ludaltro_

No perfil da influencer digital foi possível encontrar outro *post* em que fazia um novo relato sobre o processo de ter sua foto entre um dos resultados para a busca dos termos racializados pelo Google. No texto, Luana afirma ter tentado tirar a foto da plataforma e que ficou chateada com o caso. A influencer utiliza seu Instagram como um espaço de letramento racial para pessoas negras. Sua conta já tem mais de sete mil seguidores e tem conteúdos com foco na conscientização sobre a temática racial.

Figura 39 - Relato de Lu Daltro no Instagram



ludaltro_ Eu amo essa foto 🍷 e eu amo meu cabelo, e o que ela representa: liberdade. Quando eu dei a entrevista pra Revista Donna para falar sobre o caso da Krespinha, da marca Bombril, eu escolhi essa foto intencionalmente porque esse cabelo não é o padrão, não é o aceito e condicionado comi bonito, mesmo entre o cabelo crespo, que nos pregam o padrão do Cacho perfeito.

Eu demorei muito tempo para chegar até esse ato de amor, e mais ainda para gostar do meu cabelo sem textura, livre, leve e solto sem química. Isso tudo pra dizer que tá tudo bem, obrigada por cada mensagem e força que vocês estão me dando.

A minha foto, que aparece na revista TPM e no perfil da jornalista do O Globo, aconteceu no ano passado, na época, eu fiquei bem chateada, tentei retirar a foto do Google, a própria jornalista da Revista Donna, que fez a reportagem se ofereceu para retirar, mas a questão vai além disso, a forma como a construção do algoritmo e associações carregadas nele, o tema é mais complexo que isso.

Fato é que eu espero muito que situações assim sejam debatidas, que as empresas de tecnologia possam estar dispostas a mudar, o caminho é longo.

Seguimos 🍷
#cabelocrespo #algoritmoracista #mulheresnegras #antirracismo

Fonte: Instagram/@ludaltro._

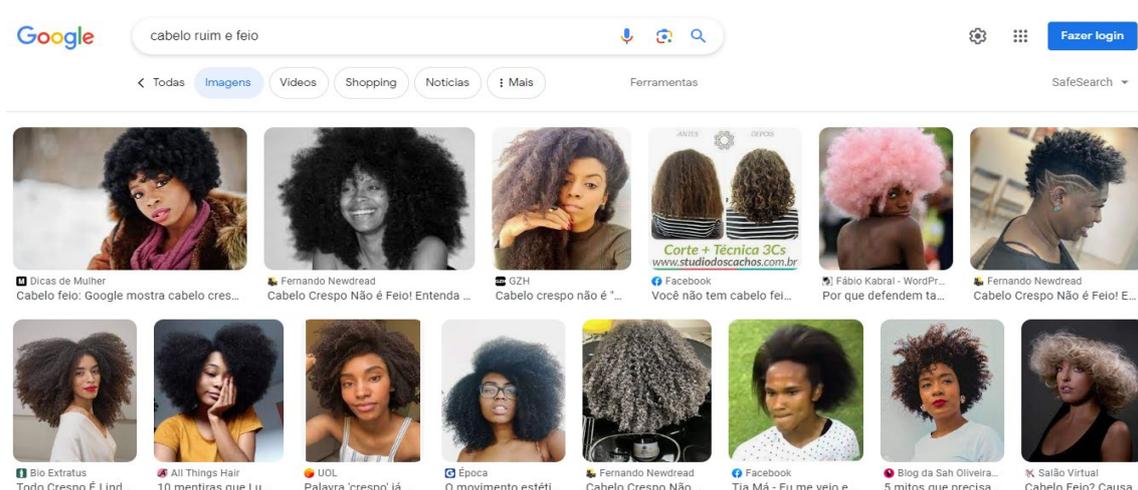
O tensionamento feito por atores sociais em redes sócio-digitais, bem como a participação de sujeitos, como Sah Oliveira, envolvida diretamente na constituição do caso ocasionou na mobilização dos circuitos jornalísticos que passaram a produzir reportagens sobre o caso, mas também a produzir reportagens colocando em discussão o conceito de racismo algorítmico. Um exemplo da constituição desse circuito jornalístico são as matérias “Busca por ‘cabelo feio’ no Google expõe mulheres cacheadas e crespas³⁵”, da Revista Claudia, e “O que leva o Google a mostrar fotos de mulheres negras para a busca de ‘cabelo feio’³⁶”, do portal GaúchaZH.

A figura 39 faz parte do acervo de prints do pesquisador e foram feitas ao longo de 2021. Como exercício, realizamos a busca do termo “*cabelo ruim e feio*” novamente e o Google ainda apresenta imagens de mulheres negras, muitas sendo as mesmas de 2021. Porém, já há um caráter auto-denunciativo, onde expõe como primeiros resultados conteúdos que denunciam o resultado entregue pela plataforma em 2021, por exemplo.

³⁵ <https://claudia.abril.com.br/noticias/cabelo-crespo-cacheado-google-resultados>

³⁶ A matéria foi retirada do ar.

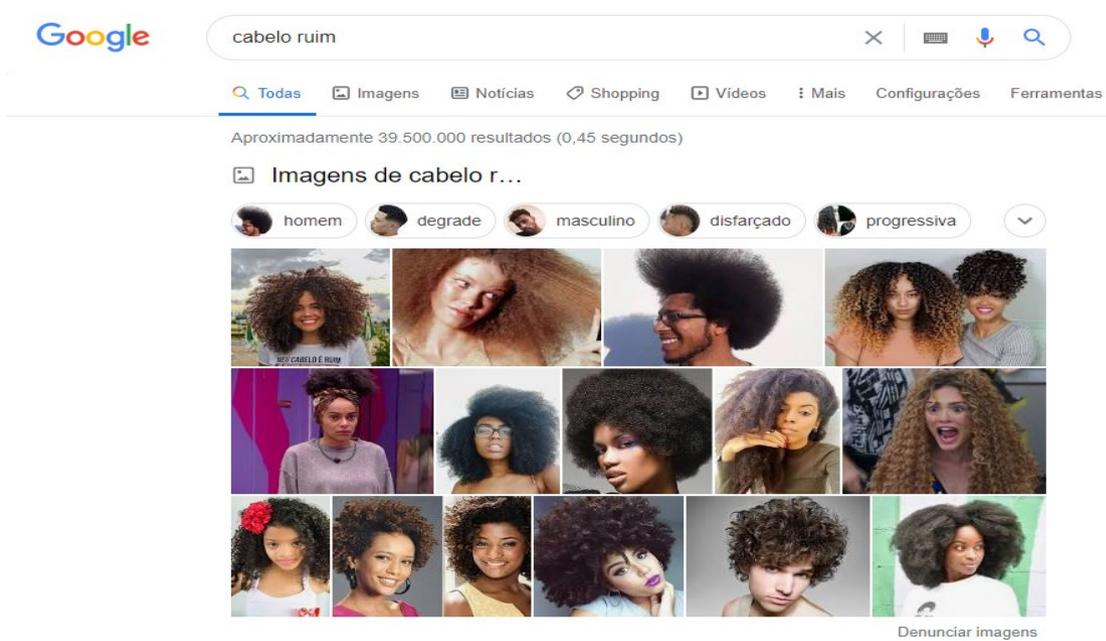
Figura 40 - Busca do Google para “cabelo ruim e feio” em 2023



Fonte: Google, 2023.

Em 2021 registramos também a página principal de resultados do Google para o termo “*cabelo ruim*”, que trazia como destaque, sem qualquer contextualização de referência de conteúdo, imagens de mulheres e homens negros que nos sugeriam que de fato o Google indicava com propriedade este resultado, induzindo usuários a reforçarem ou criarem este imaginário proposto pela plataforma. Ou seja, a lógica da cultura racista era exposta de forma livre, como é possível evidenciar abaixo:

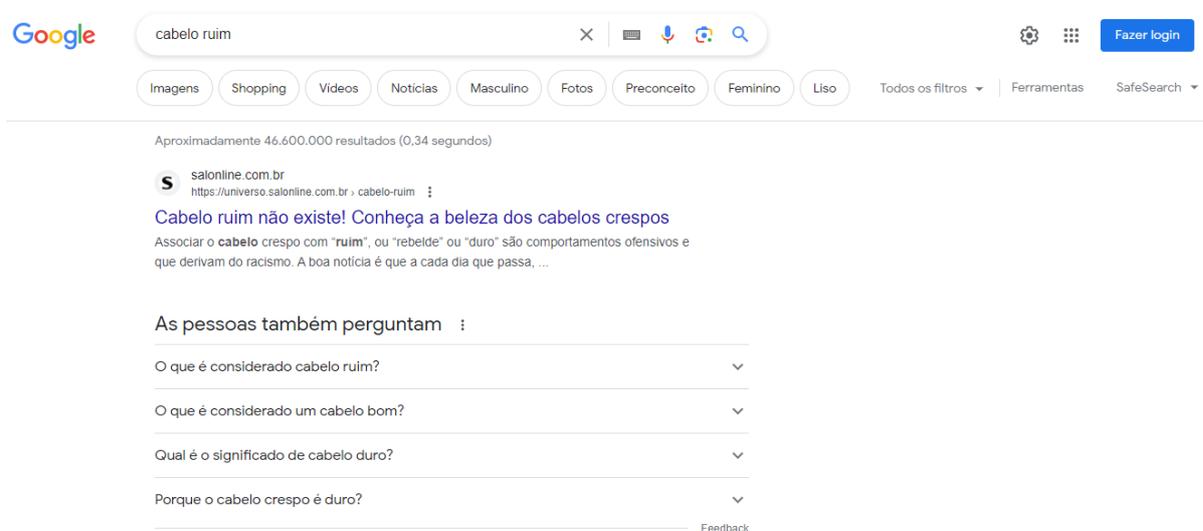
Figura 41 - Página principal de resultados do Google para a pesquisa “cabelo ruim”, em 2021



Fonte: Google, 2021.

Atualmente, quando buscamos novamente o termo, dois anos depois, há uma mudança por parte da plataforma. O link em primeira posição como resultado de pesquisa para a busca afirma o contrário do que a plataforma sugeria em 2021. O que pode demonstrar uma efetiva mudança pós tensionamento por parte dos circuitos afro-referenciados, conforme nossa investigação revelou anteriormente. Não há um documento online publicado pela plataforma afirmando que a mudança veio decorrente das denúncias e movimentos de resistência, mas o fato é que a alteração só aconteceu após as discussões postas em circulação por estes circuitos.

Figura 42 - Página principal de resultados do Google para a pesquisa “cabelo ruim”, em 2023



Fonte: Google, 2023.

Não temos como comprovar nossa inferência sobre a alteração do resultado de busca, justamente pelos critérios de manutenção e atualização do algoritmo do Google não serem públicos. Entretanto, percebe-se que houve uma alteração nas buscas de 2021 para 2023, considerando a violência racial presente na plataforma, que ganhou diferentes dimensões após entrar em circulação em diversos meios. Outro ponto que podemos observar é que a tecnologia de aprendizado de máquina, quando relacionado a vieses discriminatórios, raciais especificamente, não aperfeiçoa sua precisão automaticamente. Entendemos que após tensionamento da circulação e constituição de circuitos em rede e a ascensão do tema aos circuitos jornalísticos, a alteração foi forçada.

Como forma de ampliar o corpus da pesquisa e trazer novas inferências para a análise desta dissertação buscamos as influenciadoras digitais Sah Oliveira e Luana Daltro para uma entrevista sobre os episódios descritos acima neste capítulo. Infelizmente não foi possível entrevistá-las. Sah Oliveira não respondeu nosso contato e Lu Daltro enviou a seguinte resposta, negando o convite para a entrevista:

“Oie, William! Tudo bem e contigo?”

Primeiramente, fico feliz que tu estejas estudando esses casos dentro do viés da comunicação e espero que essas situações mudem em algum momento.

Esse caso aconteceu já faz alguns anos e na época, procurei falar muito sobre o assunto pra expor a situação e ter alguma mudança do lado do Google. Pra isso, acabei dando duas entrevistas - uma para Uol, inclusive tem até o vídeo e a outra pra GZH.

Vou te passar aqui os links:

UOL: <https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/como-os-algoritmos-espalham-racismo/#end-card>

GZH: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2020/07/o-que-leva-o-google-a-mostrar-fotos-de-mulheres-negras-para-a-busca-de-cabelo-feio-ckcq9jbmx002k013g2f9hw2xa.html>

Acho que com essas duas matérias, tu consegues ter subsídio para dissertação, mas neste momento, eu não gostaria de voltar a falar sobre o caso, pois é uma violência e reviver situações assim, acabam sendo meio traumáticas. Espero que tu compreendas, mas se precisar de outro auxílio, estou à disposição.

Obrigada e boa sorte”

A justificativa para a negativa da entrevista por parte da Luana Daltro já demonstra a afetação negativa que violências como estas produzem na vida das pessoas negras que por ela são atingidas. O racismo é uma prática que está a favor da manutenção do padrão da branquitude, excluindo tudo aquilo que não esteja adequado aos padrões aceitáveis de uma sociedade racista como a brasileira. Apesar de não ter oferecido a entrevista, a resposta enviada pela influencer já nos oferece

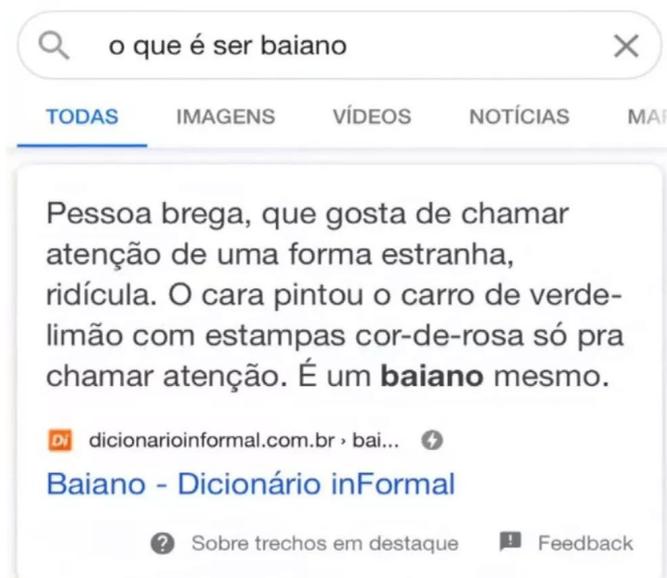
inferências muito ricas para entender que as plataformas digitais são capazes de produzir sentidos que exploram os mais variados sentimentos, quando casos como esse acontecem.

Além disso, Luana se colocou como um ator social capaz de mobilizar instituições midiáticas, inclusive tensionando o próprio Google. As duas influenciadoras ajudaram a agendar a temática na mídia, oferecendo insumos para a formação de circuitos que tiveram a função de propagar o acontecimento em fluxos adiante e indeterminados. O papel das influenciadoras Luana Daltro e Sah Oliveira, em nossa perspectiva, foi fundamental para a mudança do contexto das respostas vinculadas à busca da palavra-chave “cabelo ruim e feio” operacionalizadas pelo Google.

6.2 CASO 2: “O QUE É SER BAIANO?”

No sentido de seguir demonstrando o movimento de investigação proposto neste trabalho, bem como o processo de circulação constituído a partir dos atores sociais, trazemos o segundo caso para análise. Utilizando a palavra-chave “o que é ser baiano?”, percebemos que o Google indexou como destaque um resultado xenofóbico e racista para tal termo. O caso ganhou repercussão no início do ano de 2021, a partir da publicação desta definição discriminatória pelo site dicionário informal, que descrevia a ideia de baiano, conforme a figura abaixo:

Figura 43 - Definição de “baiano” em destaque no Google, em 2021 (caso 2)



Fonte: G1.

A ideia do que é ser baiano também está presente nas lógicas da cultura como algo estereotipado e pejorativo, ligando pessoas negras baianas a adjetivos que as depreciam. Essa violência constrói um imaginário social que produz narrativas como a noção de que baiano é preguiçoso, por exemplo. Esse modelo mental de pensamento discriminatório foi exposto pelo vereador da cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, Sandro Fantinel, em 2023. O político fez um discurso no plenário legislativo proferindo frases como: “não contratem mais aquela gente lá de cima” e “a única cultura que os baianos têm é viver na praia tocando tambor”. O discurso feito por Sandro Fantinel³⁷ fez referência a denúncia de mais de 200 pessoas serem resgatadas do trabalho análogo à escravidão em três grandes vinícolas da serra gaúcha, entre os resgatados, baianos e argentinos.

Em referência aos trabalhadores argentinos, Sandro Fantinel também defendeu somente a preferência pela contratação das pessoas de nacionalidade argentina. Segundo o vereador, os argentinos, em contraponto aos baianos, são “limpos, trabalhadores e corretos”. O exemplo trazido ilustra as lógicas racistas de parte da sociedade, que são refletidas também no motor de buscas do Google.

A definição do site dicionário informal para “baiano” recebeu a seção de destaque na SERP³⁸, com um trecho discriminatório e que estereotipa pessoas nascidas no estado da Bahia, que tem uma população majoritariamente negra, tendo sua capital, Salvador, como a cidade com mais negros fora do continente africano³⁹. O Google não é o produtor da informação, mas a plataforma é quem faz a mediação entre produtores e usuários, que realizam buscas a partir de um termo de pesquisa, que está vinculado a conteúdos de blogs e sites.

Os sentidos gerados por este resultado de busca foram postos em circulação em diferentes plataformas digitais e por diferentes atores sociais. Nota-se que há questionamentos sobre a definição do que é ser baiano pelo site dicionário informal, entretanto, há muitos apontamentos sobre o Google ter selecionado exatamente o trecho deste site para pôr em destaque. Há, pelo menos, duas problemáticas

³⁷<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/01/vereador-de-caxias-do-sul-que-fez-discurso-contrabaianos-e-expulso-de-partido.ghtml>

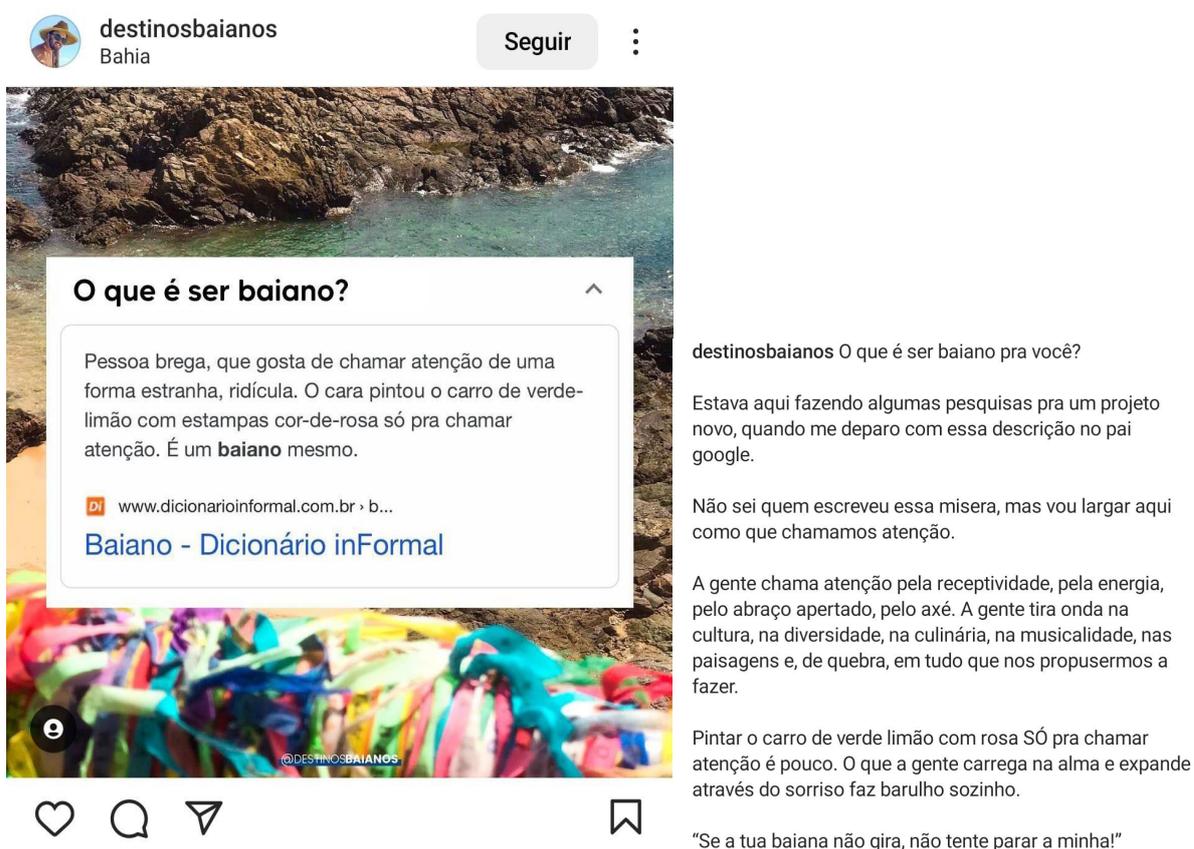
³⁸ Página de entrega de resultados do Google.

³⁹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/os-467-anos-de-salvador-cidade-mais-negra-fora-da-africa>

expostas: 1) conteúdo racista produzido e publicado pelo site; 2) o Google identificar o conteúdo discriminatório e destacá-lo como resultado de uma busca.

Para identificarmos os rastros da circulação, selecionamos duas palavras-chave para realizar o mapeamento do caso nas redes sócio-digitais, sendo elas, nesse episódio, *baiano* e *Google*. No Instagram foi possível encontrar, a partir desse movimento, publicações que realizavam a denúncia do resultado de busca apresentado pela plataforma, onde os perfis questionavam tal definição, muitos com indignação, demonstrando seu orgulho por ser baiano.

Figura 44 - Post de ator social no Instagram (caso 2)



Fonte: Instagram.

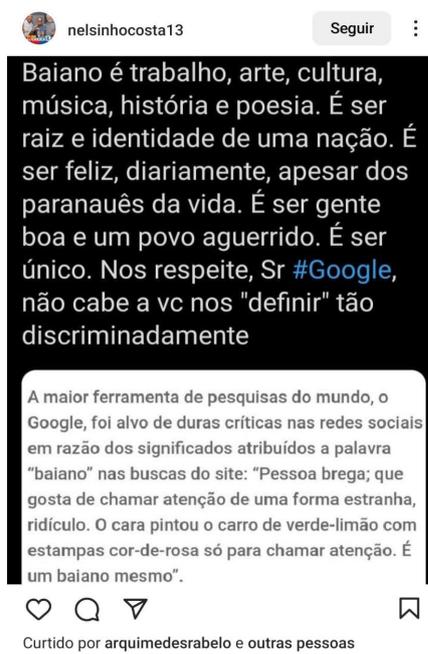
Figura 45 - Post de ator social no Instagram (caso 2)



Fonte: Instagram.

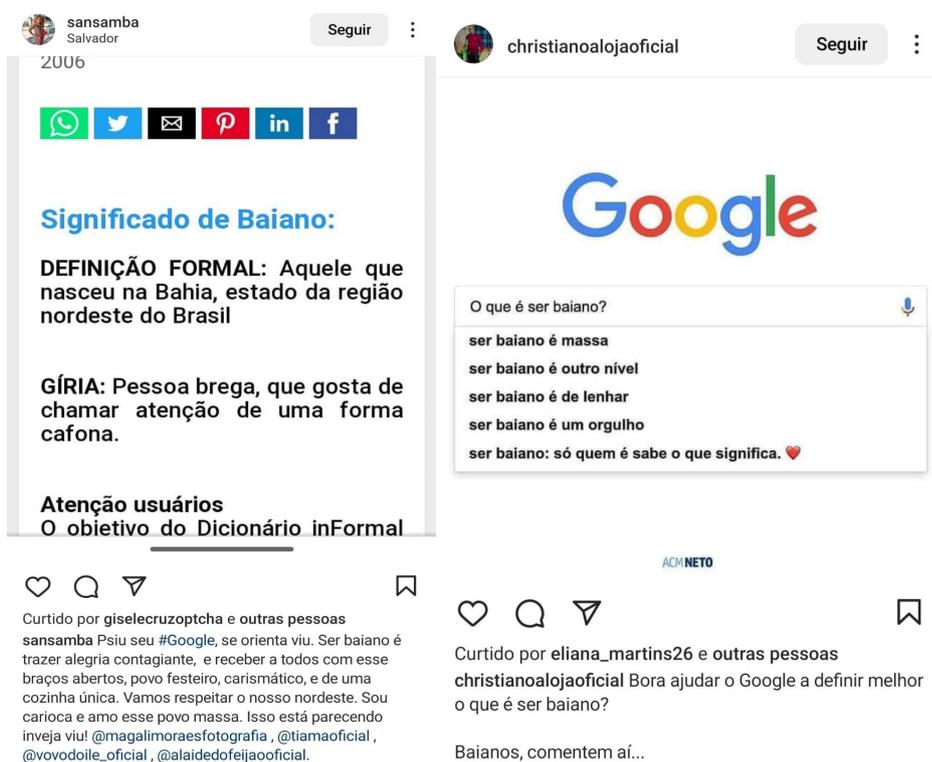
Além do movimento de denúncia, é possível identificar também que existem movimentos de resistência, no sentido combativo da palavra. Observa-se que há usuários que realizam publicações provocativas e convocando influenciadores digitais a se engajarem, denunciando e resistindo a definição discriminatória do site e a opressão algorítmica da plataforma. Nas imagens abaixo é possível identificar esses fragmentos:

Figura 46 - Post de ator social no Instagram (caso 2)



Fonte: Instagram.

Figura 47 - Post de ator social no Instagram (caso 2)



Fonte: Instagram.

Após esses movimentos que ascenderam das redes sócio-digitais, os meios jornalísticos também entraram nos circuitos e passaram a veicular reportagens sobre a discriminação algorítmica. Com isso, reportagens publicadas pressionaram a plataforma e o site dicionário informal, junto aos atores sociais, que já haviam denunciado o destaque para a definição de baiano e o resultado da busca. Contudo, com a participação dos meios jornalísticos a discussão toma forma oficializada, dando um caráter de institucionalização às denúncias e reconhecendo os movimentos de resistência constituídos nas redes.

Figura 48 - Reportagem do portal G1 sobre movimentos de resistência nas redes

Definição de baiano em site gera polêmica na internet e influencers rebatem: 'A gente chama atenção na pesquisa, literatura e cultura'

Conceito considerado xenofóbico do Dicionário inFormal foi alterado depois de polêmica na internet. Plataforma disse que conteúdo é gerado pelos usuários.

Fonte: G1.

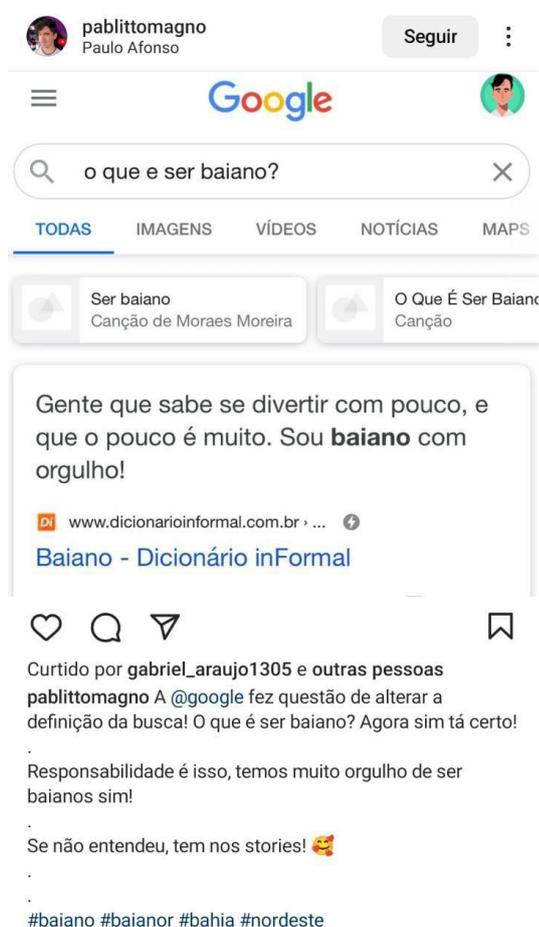
Figura 49 - Reportagens denunciando o caso

The image shows a Facebook post from 'Jornal Correio' dated January 25, 2021. The post features a screenshot of a Google search result for 'o que é ser baiano'. The search result shows a definition from 'Dicionário inFormal' that describes a 'baiano' as a 'brega' person who likes to draw attention with a 'ridiculous' car. Below the search result is a news article snippet titled 'Significado pejorativo do termo "baiano" no Google revolta população' from 'Redação NES' dated January 24, 2021. The article mentions that influencers have pronounced on the case. The Facebook post also shows engagement metrics: 996 reactions, 486 comments, and 107 shares.

Fonte: Facebook.

Com os movimentos anteriores de denúncia, resistência e institucionalização nos meios jornalísticos podemos inferir que a definição de baiano e a apresentação desta definição como destaque de resultado de pesquisa foram alterados a partir da constituição de circuitos que podemos chamar de afro-referenciados -ideia que discutiremos na próxima seção deste texto-, que colocaram em circulação os sentidos gerados e construíram o fluxo descrito. Esse tensionamento, somado à produção dos meios jornalísticos pode ter pressionado, tanto o Google, como o site que permitiu que se mantivesse em sua página uma descrição pejorativa. Após esse movimento de denúncia, a nova descrição do termo “*o que é ser baiano?*” passou a ser a seguinte:

Figura 50 - Ator social repercutindo mudança na definição do termo “baiano” em destaque no Google



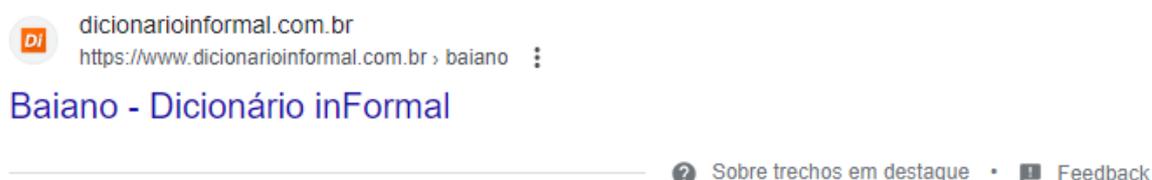
Fonte: Instagram

Aprender os movimentos produzidos em função das decisões algorítmicas é um desafio que está posto e precisamos enfrentar. Quando fazemos o exercício de

buscar a palavra-chave “o que é ser baiano” no Google, já não encontramos mais a descrição anterior, mas a que inserimos abaixo:

Figura 51 - Definição de “baiano” em destaque no Google, em 2023

Pessoa que nasceu no Estado da Bahia. Pessoa trabalhadora, digna, alegre, de caráter, que luta pelos seus ideais. Pessoa cheia de cultura, história, e muito samba no pé.



Fonte: Google, 2023.

Ao clicar no link para acessar a página do site *dicionário informal* em destaque no Google verificamos que o portal permite que os usuários enviem diferentes definições para o termo “*Baiano*” e os outros usuários podem votar na melhor descrição. A página oferece 10 descrições enviadas por diferentes autores, tendo a mais curtida 1840 votos apresentando o seguinte texto:

Figura 52 - Uma das definições do termo “baiano” mais votado no site dicionário informal

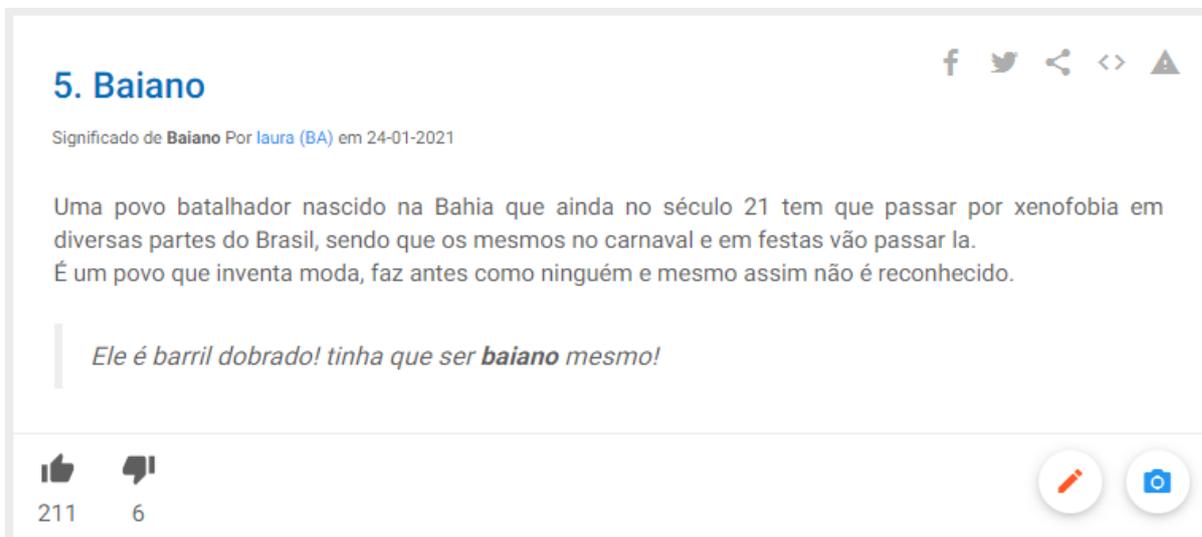


Fonte: site dicionário informal, 2023.

Além desta descrição, a quinta mais votada, com 211 votos, nos chama a atenção pela sua intenção de denúncia, mas também de resistência à discriminação

que baianos sofrem. Pela data do envio, nos sugere que o autor enviou tal descrição após a repercussão do caso investigado por nós. Exemplificamos a descrição na imagem abaixo:

Figura 53 - Definição do termo “baiano” em resistência a discriminação no site dicionário informal



Fonte: site dicionário informal, 2023.

Mesmo que o site permita que usuários enviem propostas de descrição para termos, não há como afirmar ao certo quais são os critérios de escolha do Google para, entre várias definições, escolher um dos trechos como destaque. A definição em destaque atualmente escolhida pela plataforma é a sexta mais votada pelos usuários. Podemos inferir que o motor de buscas do Google se apropria e desloca sentidos, não evidenciando quais são as suas lógicas.

Esse deslocamento de sentidos produzidos pela plataforma pode gerar fluxos como os descritos anteriormente, onde o usuário mesmo se interpondo, neste caso produzindo e votando, não tem a decisão respeitada pelo motor de buscas. O que nos sugere é que: a) o Google não é capaz de identificar esse movimento de votação na melhor descrição; b) o Google ignora a escolha dos usuários e define, a partir de seus critérios, a melhor descrição para o termo.

Os rastros da circulação até o momento não nos permitem dizer qual era a posição e o número de votos da descrição xenofóbica e racista, que gerou discussões e levou a descrição a ser alterada pelo site dicionário informal. Porém, podemos inferir que isso também não seria decisivo para o Google, assim como o faz atualmente.

Esse viés de escolha, no caso da descrição de destaque anterior, auxilia na reprodução de estereótipos culturais.

Esse processo já é midiaticizado desde o seu início, quando a descrição do termo *baiano* é proposta pelos usuários do site e não pelo próprio site. E o processo de circulação já apresenta fluxos múltiplos quando o Google define qual descrição dará destaque, pois se escolhe outra das opções publicadas na página, que não a mais votada ou a definição mais correta, a circulação poderia tomar outros caminhos ou até mesmo não evidenciar fluxos que emergem ao espaço público.

6.3 ANÁLISE TRANSVERSAL: DA CIRCULAÇÃO INTERMIDIÁTICA AOS CIRCUITOS AFRO-REFERENCIADOS

Os dois casos de pesquisa, acima apresentados, seguiram procedimentos metodológicos semelhantes, porém, não são os processos definidos por este pesquisador que estabeleceram, necessariamente, os resultados convergentes dos episódios investigados. Os algoritmos são os meios de outros meios, que produzem fenômenos midiáticos a partir do agenciamento algorítmico, que são ricos para as análises contemporâneas empreendidas no campo da comunicação. O sistema algorítmico do motor de buscas do Google é um exemplo disto.

Nesse sentido, os casos “Cabelo ruim e feio” e “O que é ser baiano?” só se tornaram relevantes, na ótica da midiaticização, quando ganharam o espaço público. Entendemos que o Google disponibiliza milhões de resultados de pesquisa e que não são de âmbito privado, estão disponíveis, basta pesquisá-los. É a situação dos termos que estamos analisando. Entretanto, não basta estarem públicos, eles precisam ganhar relevância no debate do espaço público, serem notados por atores sociais, saírem do anonimato da plataforma, produzirem sentido e mobilização. Enfim, os dois casos em investigação propostos nesta dissertação passaram por este mesmo processo, que compreendemos aqui como a circulação intermediática.

O campo observacional nos demonstra que há um movimento diferente, acionado muito pelo objetivo fim da própria plataforma em análise, que é o motor de buscas do Google. Diferentemente das redes sócio-digitais, o Google não é uma plataforma interacional, no sentido de proporcionar aos sujeitos a produção de perfilamento em sua conta, com produção de publicações autorais e instantâneas, comentários acerca das publicações de seguidores e compartilhamento de conteúdos

dentro da própria plataforma, como Facebook, Twitter e Instagram, por exemplo. Já acentuamos essas diferenças ao longo do trabalho.

Entretanto, para que houvesse esse deslocamento para o espaço público em plataformas interacionais, no sentido já explicado acima, era necessário primeiramente que houvesse um movimento de percepção e conscientização racial. Após atores sociais se sentirem impactados pela resposta vinculada ao termo pesquisado, era preciso que estes deslocassem o acontecimento para outros espaços de discussão já acionando não só a distribuição da informação, mas a própria circulação midiático-discursiva. É na circulação em fluxo que há a formação de circuitos afro-referenciados, que tensionam instituições a partir dos esforços de resistência diante do fato.

No diagrama abaixo é possível observar a centralidade dos sujeitos em rede para explosão de todo o fluxo. Tudo parte da conscientização racial, tanto dos produtores de conteúdo de sites e blogs que produziram textos e utilizaram imagens para a conscientização sobre a temática da estética negra, como a influenciadora Sah Oliveira. Mas, também, é o caso daqueles sujeitos que usaram o site Dicionário Informal para acrescentar novas descrições sobre o que é ser baiano, fazendo resistência à definição anteriormente escolhida. Ou, também, daqueles sujeitos em rede que usaram suas vozes nas redes sócio-digitais abrindo novos discursos e tensionamentos, como a Lu Daltro.

O papel de atores sociais individuais, aqueles que entendemos como sujeitos em rede, é fundamental para dar a entrada na circulação. Os demais acionamentos são consequência do bom combate empreendido por sujeitos, demonstrando a materialização da midiatização, que tira a centralidade e o poder discursivo dos meios midiáticos e os divide com os demais atores sociais.

Há níveis de circulação, que acontecem conforme lógicas intra ou intermediáticas (Rosa, 2016). Para a constituição dos fluxos apresentados nesta pesquisa, entendemos que a circulação intermediática se faz presente nos casos em investigação, sendo ela, conforme Rosa (2016, p. 65):

A circulação intermediática, mais facilmente visualizada na distribuição, é marcada pelos pluridispositivos, isto é, por uma interação que se dá entre vários dispositivos de diversas ordens, digitais ou não, de instituições midiáticas ou não. Há um circuito de inscrições de imagens, comentários, referências ao tema da imagem, enfim, que configuram um fluxo de trocas. Neste caso, a distribuição é importante para a análise da imagem, pois é

quando vemos uma fotografia ou um vídeo sendo reinscrito, replicado em dispositivos múltiplos, gerando novas afetações e valorizações em interação (Rosa, 2016, p. 65).

Elaboramos o desenho de funcionamento deste fluxo conforme observações a partir dos casos em investigação nesta dissertação. Na tentativa de expor com maior nitidez como ocorre a circulação intermediária é possível visualizar abaixo um fluxo que se inicia na produção de conteúdo e indexação pelo Google, até o deslocamento dos sentidos produzidos pelo Google em sujeitos em rede para diferentes redes sócio-digitais.

Figura 54 – Circulação intermediária no motor de buscas do GOOGLE



Fonte: autor, 2024.

Reforçamos que a circulação intermediária é um movimento que acontece entre dispositivos/plataformas. Contudo, a ideia dessa lógica de circulação não se resume apenas no ato de deslocar discursos gerados a partir da produção de sentidos para outro ambiente. Há todo um contexto e diversos passos anteriores para que exista esse movimento de deslocamento. Portanto, é um ecossistema que propicia as condições necessárias para que a circulação intermediária aconteça. Além da própria estrutura interacional das plataformas digitais, que oferecem diferentes recursos para a publicação dos discursos produzidos em rede.

O movimento de deslocamento que dá início a circulação intermediária, antes de tudo, só ocorre, pois o agenciamento algorítmico do Google opera a partir de uma perspectiva de leitura social organizada a partir de lógicas da cultura que tem a branquitude como regra universal. O aprofundamento da midiatização na sociedade propiciou a educação das relações étnico-raciais favorecendo, principalmente aos sujeitos negros, a compreensão de uma leitura de mundo que oferecesse insumos para uma percepção crítica da realidade. O letramento racial está sendo estratégia de alcance para a conscientização de negros e não-negros sobre a questão racial. Nesse sentido, as duas lógicas presentes na cultura tratadas nessa dissertação, as lógicas de racialização, oriundas da branquitude, e as lógicas de resistência afro, chocam-se. Os efeitos desse movimento são múltiplos, reverberando nas duas lógicas que se transformam e se acirram, renovando-se e ativando novas estratégias em um ambiente midiatizado.

Com a circulação intra e intermediária, há uma explosão de atores sociais expondo em suas táticas as duas lógicas em rede. São discursos, práticas e operações, como as do Google, que de forma consciente ou inconsciente, criam estratégias que materializam as experiências mentais elaboradas a partir das diferentes óticas de entendimento da sociedade.

6.3.1 A constituição de circuitos afro-referenciados como motor da resistência dos atores sociais

A configuração de circuitos (Braga, 2012) a partir dos fluxos em circulação intermediária, como afirmamos anteriormente, só acontece a partir da produção de sentidos do motor de buscas do Google em atores sociais individuais. Portanto, para que a circulação de valores ocorra há um outro movimento anterior, que é o da conscientização racial ou o da própria Negritude. É não só a percepção das lógicas da branquitude, mas a tomada de atitude frente às injustiças e violências raciais praticadas por sujeitos e plataformas nos meios digitais. Mas, também, uma consciência que extrapola os limites da rede, sendo sujeitos combativos contra o racismo na própria sociedade.

Quando essa tomada de ação acontece, entre muitas outras características, vinda de uma pessoa negra, de alguma maneira há nela a consciência do seu ser, de como se coloca no mundo e, sobretudo, como é lida por ele. “A raça e o racismo foram

erigidos pelos não-negros em uma metaconsciência totalizadora, definidora do humano em termos puramente tautológicos, maniqueístas e essencialistas, como fruto de uma metavisão hegemônica” (Moore, 2010, p. 9). Nesse sentido, a negritude se coloca como uma das formas históricas da condição humana (Césaire, 2010).

Nessa esteira, Césaire (2010, p. 108) afirma que:

A Negritude, ao meus olhos, não é uma filosofia.
A Negritude não é uma metafísica.
A negritude não é uma pretenciosa concepção do universo;
É uma maneira de viver a história dentro da história; a história de uma comunidade cuja experiência parece, em verdade, singular, com suas deportações de populações, seus deslocamentos de homens de um continente a outro, suas lembranças distantes, seus restos de culturas assassinadas (Césaire, 2010, p. 108).

A Negritude é o despertar para um inconsciente coletivo que carrega valores essenciais de uma cultura violentada. O negro que desperta para a sua Negritude entende, inicialmente, que o mundo onde habita é composto pela diferença. Compreender isso é o passo para a tomada de consciência (Césaire, 2010). A partir disso, quando o motor de buscas do Google produz sentidos, essa produção pode descontextualizar a ideia primária do conteúdo publicado. Com isso, os atores sociais individuais podem se sentir afetados, mobilizando-se contra esse deslocamento feito pela plataforma.

Nas coletas feitas por esse pesquisador, é inviável declarar qual a etnia dos sujeitos em rede que se inscreveram nos fluxos discursivos, se são pretos, pardos, indígenas ou brancos. Entretanto, sabe-se que aqueles que de alguma forma se mobilizaram, com discursos de resistência, denúncia ou perplexidade, sendo estes negros ou não-negros, é possível inferir que há indícios de que, pelo menos, exista fragmentos de uma memória coletiva que aciona a Negritude e/ou a consciência racial, no caso de não-negros. Para os negros, a Negritude é um ato de resistência, justamente porque ela não é apenas passiva. Segundo Césaire (2010, p. 109) “ela não é da ordem do esmorecimento e do sofrimento. Ela não é nem da ordem do patético nem do choramingo. A Negritude resulta de uma atitude proativa e combativa do espírito”.

E é nesse contexto que se dá a formação de circuitos afro-referenciados. Segundo Braga (2012), com a midiatização crescente na sociedade, a prática social fica impregnada de circuitos múltiplos, que são preenchidos por setores e processos

da própria sociedade. Esses circuitos diversos, contemporaneamente, atravessam lógicas e negociações dos campos sociais. O que marca fortemente como característica os circuitos são os processos midiáticos e interacionais midiáticos.

Ainda conforme Braga (2012, p. 44):

Esses circuitos contemporâneos envolvem momentos dialógicos, momentos “especializados”; momentos solitários – o mundo circula em nosso self – e momentos tecno-distanciados, difusos. Todos esses momentos se interferem – se apoiam às vezes, certamente se atrapalham. Uma percepção que ocorre, diante de tais processos, a exigir elaboração reflexiva, é que com frequência se caracterizam como “circuitos canhestros”, exatamente porque tentativos (Braga, 2012, p. 44).

Os campos sociais desenvolvem estratégias e táticas de articulação social, se apropriando das tecnologias disponíveis para alcançar seus objetivos (Braga, 2012). No caso dos circuitos afro-referenciados⁴⁰, a resistência. Esse objetivo coletivo, muitas vezes orgânico, no sentido de não ser institucionalizado ou organizado como movimento político, move individualidades a pensarem e agirem de uma mesma maneira em defesa de algo em comum. Esse algo comum, que é a luta contra o racismo, objeto desta dissertação, só ocorre quando o sujeito tem uma tomada de consciência para a questão. Consciente, inscreve-se no circuito que tem suas referências de articulação, estratégias e táticas vinculadas as lutas organizadas historicamente pelo movimento negro brasileiro.

O que estamos buscando afirmar é que a organização política dos movimentos negros, fruto da Negritude, tem resultados sólidos, tanto quantitativamente, quanto qualitativamente. A mobilização individual na rede, mas que somada torna-se coletiva, em torno da questão racial é um resultado objetivo, porém, intangível e imensurável desta organização política da luta por direitos para a população negra no Brasil. Esse produto intangível, que é a mobilização a partir da indignação individual, tem referências afro. Referências essas que tem como base o despertar de dignidade, a

⁴⁰ O conceito de circuitos afro-referenciados, proposto pelo Dr. Ângelo Neckel, em tese apresentada em abril de 2024, com o título de “CRONOTOPOS MUDIATIZADOS NAS LUTAS ANTIRRACISTAS: O ESPAÇO-TEMPO COMPLEXO NOS ACIONAMENTOS E DISPUTAS NARRATIVAS EM TORNO DO 'SER NEGRO'”, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, vem sendo elaborado ao longo dos anos também em discussões conjuntas entre os pesquisadores Dr. Jairo Ferreira e William Martins, mestrando. O conceito proposto por Neckel (2024) e por nós, nesta pesquisa, tem percursos distintos, muito acionados pelos objetos em investigação. O ângulo do conceito em elaboração se adequa às necessidades de cada uma das investigações.

rejeição da opressão e a luta contra a desigualdade (Césaire, 2010), tendo como pano de fundo histórico, a luta empreendida nos quilombos durante a escravidão no Brasil.

Os circuitos afro-referenciados são transformadores, pois tensionam instituições, como o Google, para que revejam suas lógicas. Entretanto, sabemos que a constituição destes circuitos afro-referenciados perto da influência e do poder dos meios hegemônicos e das demais instituições sociais não midiáticas, pode ser pequena. Porém, é no sistema de circulação que este demonstra sua força, ecoando sua voz e marcando seu espaço nas temáticas que o interessam. O jogo está posto, as lógicas nem sempre expostas, e é nesse tabuleiro da midiatização que os circuitos encontram autonomia para reelaborar questões, não se contentando com o lugar pré-determinado da recepção.

Os dois casos em investigação nesta dissertação oferecem insumos para a discussão dos circuitos afro-referenciados, mas, sobretudo, demonstraram compartilhar de uma mesma fórmula, apesar das suas especificidades. As lógicas da cultura que discriminam, excluem e violentam acabam por ser motores para mobilização social e digital. Ou seja, a entrada de atores sociais individuais em circuitos afro-referenciados denunciando as lógicas da branquitude nas respostas vinculadas aos termos de pesquisa “Cabelo ruim e feio” e “O que é ser baiano?”, pode gerar uma resposta social em forma de enfrentamento e resistência.

O Google faz parte de um sistema de poder, que tem como um de seus capitais o controle da informação mundial e o modo que ela será sistematizada e transmitida à sociedade. Nesse sentido, além das próprias operações algorítmicas serem ocultas, a plataforma se utiliza do seu poder para não dialogar e expor seus aprendizados, a partir do tensionamento público feito pelos circuitos afro-referenciados. Contudo, essa disputa discursiva proveniente de lógicas da cultura distintas pode não transformar a totalidade das operações algorítmicas com vieses racializados, porém oferece insumos para a aprendizagem social. Esses insumos retroalimentam os circuitos afro-referenciados, que são abertos recebendo sujeitos, negros e não negros, que se inscrevem a todo o momento, conforme seus níveis de consciência. Todavia, os circuitos afro-referenciados são fechados em torno das lutas empreendidas.

Conforme o nível de amadurecimento social e racial dos sujeitos em rede avança, a midiatização ganha novas etapas; as lutas políticas e sociais pautadas e organizadas pelos movimentos negros institucionalizados se desenvolvem, as estratégias dos circuitos se complexificam. Apesar disso, identificamos em nossa

análise que as denúncias de racismo e xenofobia feitas em diferentes tipos de discursos em variadas plataformas, formando os circuitos afro-referenciados, só ganhou outras dimensões de articulação, quando o campo dos especialistas (jornalistas) jogou luz às discussões feitas na rede. Ou seja, a resposta social não se limita aos circuitos afro-referenciados, este acaba agenciando também outros circuitos, como o jornalismo.

Percebe-se que é necessário chamar a atenção do campo dos especialistas, no sentido de tê-los como aliados, o que também se torna um desafio, já que este tem em si instituições midiáticas que também são carregadas de vieses raciais. As lógicas da branquitude estruturam as linhas editoriais, mas, sobretudo, as experiências mentais dos próprios jornalistas, que as materializam em formato de narrativas jornalísticas enviesadas e, por vezes, racistas. Apesar disso, a resistência é pedagógica. Ela é mobilizadora, instiga o despertar das mentes e o reconhecimento entre os iguais. A luta produzida pelos circuitos afro-referenciados estimula a aprendizagem social, que criativamente desenvolve estratégias e táticas em um ambiente midiático levando a frente reivindicações contemporâneas e históricas. A própria tecnologia, nesse contexto, também se renova e entra nos fluxos desta aprendizagem, apresentando evoluções, como o próprio aprendizado de máquina, que muda suas indicações conforme sua utilização contínua.

7. PENSANDO PARA ALÉM DO GOOGLE

A midiaticização, com a ascensão da web, propiciou espaço para o protagonismo dos atores sociais individuais, oferecendo-os a possibilidade de saírem da posição de “apenas” receptores da informação, podendo também produzir sentidos e disputá-los na zona da circulação discursiva. Com novas estratégias de exposição de suas lógicas de racialização e de utilização do racismo como operador da manutenção de seu status na sociedade, a branquitude criou novas formas de opressão racial também no ambiente online. Os algoritmos foram capturados por essas lógicas, que proporcionam a exclusão e a estigmatização, vinculando-se a um padrão universal eurocêntrico que determina inúmeras questões nos mais impensados âmbitos da sociedade.

O objetivo geral desta pesquisa vai nesta esteira, buscando, portanto, investigar as lógicas algorítmicas instaladas na cultura e nos meios digitais, na perspectiva da midiaticização, a partir da circulação de sentidos como espaço de tensionamento ou reificação de lógicas estigmatizantes e racializadas presentes no espaço público. Essas lógicas estigmatizantes e racializadas que serviram de inferências para os desdobramentos desta investigação acionam não só experiências mentais que retroalimentam estas mesmas lógicas da cultura, mas são provocadoras de contrapontos, potencializadoras de movimentos contrários e revolucionários.

O problema de pesquisa que guiou o percurso investigativo desta pesquisa questionava de que forma a produção de sentidos gerados pelas lógicas algorítmicas do motor de buscas do Google, a partir da entrega de resultados de pesquisa racializados e postos em circulação midiática, acionam circuitos afro-referenciados, inscritos em diferentes plataformas digitais, e meios jornalísticos? Como os circuitos afro-referenciados e os meios jornalísticos tensionam o Google para a alteração destes resultados? Foi possível identificar movimentos, tanto por parte do próprio motor de buscas instigando novos sentidos, que não necessariamente aqueles propostos pelos produtores, como também um forte movimento de atorização social em redes sócio-digitais.

Nesse sentido, os circuitos afro-referenciados se tornaram indispensáveis às redes sócio-digitais, explicitando as opressões motivadas pelos vieses raciais produzidos por algoritmos digitais nas diferentes plataformas. São eles que, estimulados pelo sensível, tomados pela indignação, estando inscritos neles muitas vezes os alvos da própria injustiça, produzem resistência em meio à dor. Estes

circuitos se formam pelo reconhecimento das violências orquestradas pelas lógicas da branquitude na sociedade, expostas nas redes, impulsionando a circulação de sentidos em torno dos acontecimentos. Inscrevem-se neles, principalmente, aqueles sujeitos com autocompreensão do que é ser negro e o que é ser branco em nossa sociedade. São tomados de consciência racial, independente do nível, mas com noção de que há identidades privilegiadas e outras depreciadas.

Identificando esses movimentos ao longo da pesquisa, o desenho do diagrama proposto no item 1.2 deste trabalho foi complexificado em função das descobertas da investigação. Distante de qualquer tipo de inocência ou positividade ilusória, deslocamos os sujeitos em rede para o centro do desenho de pesquisa. Esse movimento não indica a diminuição do poder dos meios, neste caso, o Google. Contudo, demonstra a força da mobilização individual, que se faz coletiva, nas redes, que quando aciona outros circuitos estratégicos, como o jornalismo, é capaz de provocar mudanças. Além disso, são os atores sociais individuais que colocam em circulação os sentidos produzidos pela racialização das respostas dos termos de busca do Google. Conseqüentemente, eles são fundamentais para os tensionamentos produzidos a partir disto.

Figura 55 – Diagrama geral da pesquisa atualizado



Fonte: autor, 2024.

Entretanto, o diagrama acima propõe outro movimento, além do já mencionado. A Negritude passa a fazer parte do desenho, sendo o elemento central para o disparo dos fluxos em circulação acionados pelos atores sociais individuais. É este fator primordial que distingue os sujeitos nos casos estudados, pois como já afirmamos, os resultados da busca são públicos e consultivos, mas para se tornar relevante, na perspectiva da mediação, precisa ganhar o espaço público. E esse deslocamento só é possível com atores entendedores da sua Negritude ou consciência racial.

As duas hipóteses de trabalho iniciais foram se revelando muito potenciais a partir dos desdobramentos gerados e das descobertas que empreendemos. Em vista disso, podemos afirmar que: a) a análise dos algoritmos se torna mais produtiva quando se considera as relações entre lógicas do sistema de produção e as lógicas sociais do consumo – considerando o consumo como abrangendo os usos sociais dos meios e a recepção, especialmente quando relacionadas aos discursos sociais nos meios de conteúdo e em redes sócio-digitais; b) o acionamento de circuitos afro-referenciados com denúncias de lógicas algorítmicas racializadas só é possível pois o processo de mediação da sociedade possibilitou a ampliação do letramento racial para outros atores sociais, que não apenas os participantes ativos em movimentos políticos negros.

O letramento racial é uma das estratégias pedagógicas dos movimentos negros para despertar a negritude e a consciência racial na sociedade. A mediação facilitou a estruturação desta tática ao longo dos últimos anos, sendo a internet forte aliada para a popularização das diversas ações ligadas às práticas de letramento.

A identificação das opressões algorítmicas, causada pelo racismo algorítmico, em especial as mais expostas, de fácil percepção, também foram facilitadas a partir da popularização do termo ‘racismo algorítmico’ entre os circuitos. Além disso, nos últimos anos foram surgindo iniciativas ligadas à promoção da institucionalização de políticas antidiscriminatórias na rede, como o Grupo de Trabalho Interministerial formado pelo Ministério de Igualdade Racial e pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, no Brasil. Esse grupo prevê, entre os seis pontos de ação definidos, no item “*V- medidas de promoção de direitos e de combate ao racismo nos serviços digitais de comunicação*”.

Entende-se que para potencializar os circuitos e as lutas contra o racismo no ambiente online, é necessário que se amplie a vigilância coletiva que se faz realidade a partir da identificação das opressões algorítmicas. Essa vigilância precisa ser parte

da inteligência coletiva das práticas de resistência a violência racial, aderindo aos poucos ao sistema cultural, tornando-se estratégia contínua. A inteligência coletiva precisa construir estratégias não só de denúncia, mas que seja capaz de agenciar outros circuitos, como o jornalismo, tensionando assim as instituições midiáticas e provocando, possivelmente, indicativos de atualizações algorítmicas.

Um trabalho de investigação científica, a partir de um mesmo objeto, pode oferecer diferentes perspectivas de análise. Entretanto, é o olhar de cada pesquisador e as possibilidades que este encontrou para o desenvolvimento da pesquisa, que direciona o que será trilhado em busca dos resultados. Este trabalho apresenta sim suas incompletudes, mas também oferece à área da comunicação, em especial aos estudos da midiatização na sociedade, muitas frentes abertas. Ao fazer uma metarreflexão sobre a pesquisa, uma das incompletudes que se apresenta é o aprofundamento ou a tentativa de diferentes recursos como estratégias metodológicas e metodologias para serem utilizadas em pesquisas que estudem algoritmos na perspectiva da midiatização. O algoritmo como objeto de pesquisa é de difícil apreensão.

Entretanto, a própria incompletude se faz também possibilidade futura para aprofundamento de novas elaborações metodológicas das questões apresentadas nesta dissertação, voltadas ao estudo do algoritmo. São frentes de trabalho a serem melhor investigadas ao longo da trajetória futura deste pesquisador.

7.1 O PERCURSO ACADÊMICO À LUZ DA LUTA POLÍTICA COLETIVA

A presente pesquisa colaborou para o avançar do desenvolvimento do conceito de midiatização. Oferecemos com este trabalho uma abordagem com ótica racializada, que estuda um fenômeno importante para entender as relações na sociedade brasileira, que é o racismo. Porém, também, buscamos cruzar os estudos deste fenômeno com os algoritmos, que são fundamentais para compreender as noções de formação de uma matriz interacional da cultura na atualidade.

Atores de um mesmo tempo, a Linha de Pesquisa em Midiatização e Processos Sociais, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, em seu processo de fechamento decretado pela universidade, tem em seu histórico final quatro jovens pesquisadores e pesquisadoras negras que vieram oferecer ao conceito de midiatização um outro olhar, que põe a raça no centro do debate. Ângelo

Neckel, já doutor; Liege Barcelos, mestranda; Lucilene Athaide, doutoranda; e eu, William Martins, mestrando, todos com objetos centrados na questão racial, têm a possibilidade de contribuir com os estudos de raça e racismo no Brasil, em especial no campo da comunicação, nos estudos de midiatização. Logo, temos a oportunidade de produzir um movimento macro que demanda do conceito de midiatização para explicação dos fenômenos em decorrência da questão racial e não somente o contrário. Ou seja, pensando a midiatização a partir deste olhar afrocentrado, mudando as lógicas já propostas para empreender novas descobertas.

Movimentos como esse demandam posicionamento político e social, além da própria coletividade do pensar, que mobiliza a ciência e permite transformar fazeres. Este pesquisador tem como compromisso, sobretudo de vida, mas, também, acadêmico de por meio da ciência contribuir com as questões sociais que tocam grupos minorizados, como os negros. É um papel da ciência jogar luz a estas discussões, iluminando o caminho e oferecendo insumos teóricos e metodológicos para a luta social. Assim como a própria luta política organizada oferece inferências para o desenvolvimento de pesquisas e o avançar da ciência.

O percurso do mestrado é desafiador, impõem duelos pessoais, confrontos que só o próprio pesquisador pode resolver. Porém, esses mesmos embates são promotores de grandes mudanças pessoais, numa proporção que é transformadora. Nenhum sujeito que cruza pelo espaço do conhecimento sai igual, há algo que carrega consigo de revolucionário. O pesquisador que finaliza esta dissertação encara a sociedade com um olhar mais atento aos fenômenos comunicacionais e sociais, compreendendo o papel da ciência e como a midiatização tem papel central nas interações. Otimista pelo futuro, esta etapa é encerrada com a certeza de que as elaborações que ainda reverberam vão ser motores para novos questionamentos, pesquisas, artigos e debates.

Além disso, ecoa neste pesquisador a esperança de ver tempos melhores, onde a desigualdade racial e social será erradicada da sociedade brasileira e todos os cidadãos e cidadãs serão tratados em pé de igualdade. Que pessoas negras possam ter o direito à diferença, com suas identidades valorizadas e seus valores civilizatórios verdadeiramente considerados como modos de existência. Até que seja possível enxergar essa realidade, este pesquisador seguirá colaborando para que o trajeto até lá seja iluminado pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

AIMÉ, Césaire. **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2010.

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo/ Brasil: Pólen Livros, 2019.

BAHIA, Silvana. **Pode um robô ser racista?** In: BAHIA, Silvana. *Pode um robô ser racista? E outras perguntas sobre o futuro da tecnologia*. Coleção Pensando Amanhã, v. 1, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://museudoamanha.org.br/sites/default/files/CPA_vol%201_pode%20um%20robo_completo_digital%20%281%29.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25 - 58)

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2022.

BEZERRA, Arthur Coelho et al. **Pele negra, algoritmos brancos: informação e racismo nas redes sociotécnicas**. Liinc em Revista, v. 18, n. 2, p. e6043-e6043, 2022.

BRAGA, José Luiz. **Circuitos versus campos sociais**. In: MATOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda Aparecida (org.). *Mediação e Mdiatização*. Salvador: UFBA, 2012. p. 31-52. Disponível em http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI201802_05111302.pdf Acesso em 31 julho 2023.

BRAGA, José Luiz. **Lógicas da mídia, lógicas da mediação?** In: FAUSTO NETO, Antonio; ANSELMINO, Natalia Raimondo; GINDIN, Irene Lins (orgs.). *CIM – Relatos de Investigaciones sobre Mediatizaciones*. Rosario: UNR, 2015. pp. 15-32. Disponível em https://cim.unr.edu.ar/assets/archivos/pub_cuaderno_cim_4--1-5892.pdf. Acesso em 31 julho 2023.

BRAGA, José Luiz. **Mediação como processo interacional de referência**. In: *Animus: revista interamericana de comunicação midiática*. Vol.5, n.2 (jul-dez/2006). Santa Maria: NedMídia, 2006a. p. 9-35 Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/6693/4050> Acesso em 31 julho 2023.

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia, subjetividade**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013. v. 1. 450p. Disponível em: <https://comunicacaoeidentidades.files.wordpress.com/2014/07/pg-18-a-51-maquinas-de-ver-modos-de-ser.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

CAMPOS, Deivison. **REVISIONISMO, SEPARATISMO E XENOFOBIA: pensando a branquitude a partir do Rio Grande do Sul**. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023.

Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/revisionismo-separatismo-e-xenofobia-pensando-a-branquitude-a-partir-do-rio-gran?lang=pt-br>> Acesso em: 20 Mai. 2024.

CARDOSO, Lourenço. **O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude**. Revista Instrumento. Minas Gerais, v. 13, n. 1, 2011. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/19431/14107>. Acesso em: 20 maio. 2024

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **Coletividades**. In: COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. A construção mediada da realidade. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, v. 12, n. 23, Rio De Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2024.

FAUSTO NETO, Antonio. **Circulação: trajetos conceituais**. IN: Revista Rizoma. Santa Cruz dos Sil, v. 6, n.2, 2018.

FAUSTO NETO, Antonio. **Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação**. In: BRAGA, Jose; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto. Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação. São Leopoldo: Unisinos, 2013. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/11mZoxJzzqQoGZ-zy9isJbJh9mS9bhxl/view>. Acesso em 31 julho 2023.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas**. Revista da ABPN, v. 6, n. 14, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/141/138>. Acesso em: 20 maio 2024.

FERREIRA, J. G. **O objeto, o método e a metodologia na pesquisa da circulação e mediação (inferências a partir da obra Ethnographie de l'exposition)**. Revista FAMECOS, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e36636, 2020. DOI: 10.15448/1980-3729.2020.1.36636. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/36636>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FERREIRA, J. **Meios, dispositivos e médium: genealogia e prospecções na perspectiva da mediação**. In: Ferreira, J.; Rosa, A.P.; Braga, J.L.; Fausto Neto, A.; Gomes, P.G. (Orgs.). Entre o que se diz e o que se pensa: onde está a mediação?. 1ed. v. 1. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018, p. 283-298. Disponível em: <https://www.midiaticom.org/entre-o-que-se-diz-e-o-que-se-pensa-onde-esta-amidiacao/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

FERREIRA, Jairo. **A construção de casos sobre a midiaticização e a circulação como objetos de pesquisa: das lógicas às analogias para investigar a explosão das defasagens.** Galáxia (São Paulo), p. 199-213, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/24292/21232> Acesso em 31 julho 2023.

FERREIRA, Jairo. **Adaptação, disrupção e regulação em dispositivos midiáticos.** MATRIZES (USP IMPRESSO), v. 10, p. 135, 2016.

FERREIRA, Jairo. **Algoritmo e midiaticização: entre a digitalização e a busca de epistemologias críticas.** In: XXIX Encontro Anual da Compós, 2020, Campo Grande – MS. Anais da XXIX Compós. Campo Grande, 2020a.

FERREIRA, Jairo. **Como a circulação direciona os dispositivos, indivíduos e instituições?** In: BRAGA, Jose; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto. Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação. São Leopoldo: Unisinos, 2013. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/11mZoxJzzgQoGZ-zy9isJbJh9mS9bhxl/view> Acesso em 01 de maio 2024.

FERREIRA, Jairo. **Hipóteses sobre polarização, midiaticização e algoritmos.** In: FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto; BRAGA, J. L.; ROSA, A.P. (Org.). **MIDIATIZAÇÃO, POLARIZAÇÃO E INTOLERÂNCIA (ENTRE AMBIENTES, MEIOS E CIRCULAÇÕES)**. 1ed. v. 1. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020b. Disponível em: <https://www.midiaticom.org/files/midiaticizacao-polarizacao-intolerancia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

FERREIRA, Jairo. **Midiaticização, comunicação e algoritmos: uma proposta teórico metodológica para investigação das afinidades eletivas.** In: FERREIRA, J.; GOMES, P. G.; FAUSTO NETO, A.; BRAGA, J.L.; ROSA, A.P.. (Org.). **Redes, sociedade e polis: recortes epistemológicos na midiaticização.** 1ed. v.1. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020c, p. 269-299. Disponível em: <https://midiaticom.org/files/redessociedadepolis.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

FERREIRA, Jairo. **O caso como referência do método: possibilidade de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação.** In: Texto, v. 27, p. 161-172, 2012.

FERREIRA, Jairo. **Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos.** Líbero, n. 17, p. 137-145, 2016.

GILLESPIE, Tarleton. **A relevância dos algoritmos.** Parágrafo, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722/563>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GOMES, Nilma Lino et al. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. **Dos meios à mídiatização: um conceito em evolução**. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

GROHMANN, Rafael. **Financeirização, mídiatização e dataficação como sínteses sociais**. In: *Mediaciones de la Comunicación*, v. 14, n. 2, p. 97-117, 2019.

HALL, Stuart. **Raça, o Significante Flutuante**. Rio de Janeiro, *Revista Z Cultural*, 2014. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 20 maio 2024.

HASENBALG, Carlos. **Racismo e desigualdades raciais no Brasil**. In: HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. *Lugar de Negro*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HEPP, Andreas. **As configurações comunicativas de mundos mídiatizados: pesquisa da Mídiatização na era da mediação de tudo**. In: *Matrizes*, vol.8, n.1.USP. 2014.ps. 45-64. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82930/85964> Acesso em 31 julho 2023.

HJARVARD, Stig. **Mídiatização: conceituando a mudança social e cultural**. *Matrizes*, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929/85963> Acesso em 31 julho 2023.

KARHAWI, Issaaf e RAMOS, Daniela Osvald. **Por uma literacia algorítmica: uma leitura educucomunicativa do documentário O dilema das redes**. *Interin*, v. 28, n. ja/ju 2023, p. 6-23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35168/1980-5276.UTP.interin.2023.Vol28.N1.pp6-23>. Acesso em: 20 maio 2024.

KREMER, Bianca. **Discriminações do sistema de pontuação de crédito: uma perspectiva de gênero e raça**. In: OMS, Juliana. *O consumidor na era da pontuação de crédito*. Belo Horizonte, MG: Editora Letramento, 2022. Disponível em: https://idec.org.br/sites/default/files/livro_consumidornaeradapontuacaodecredito_pd. Acesso em: 20 maio 2024.

KREMER, Bianca. **E se a inteligência artificial aprender errado? In: BAHIA, Silvana. Pode um robô ser racista? E outras perguntas sobre o futuro da tecnologia**. Coleção *Pensando Amanhãs*, v. 1, . Disponível em: https://museudoamanha.org.br/sites/default/files/CPA_vol%201_pode%20um%20robo_completo_digital%20%281%29.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

KREMER, Bianca. **Racismo algorítmico**. Rio de Janeiro: CESeC, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1qWb4mPinL2jNTg_A6RLf3BupwpeZPjXI/view. Acesso em: 20 maio 2024.

LEMOS, André. **Dataficação da vida**. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 193-202, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/DvNQBjKxf4hBzf3cQHBL5FL/> Acesso em: 31 jul. 2023.

MARRE, Jacques. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

MARTINS, William. **Lógicas de racialização da cultura e racismo algorítmico ampliado: um estudo de caso sobre o motor de buscas do Google**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/11369/William%20Gon%C3%A7alves%20Lima%20Martins.pdf?sequence=1> Acesso em: 31 jul. 2023.

MIDIATIZAÇÃO, POLARIZAÇÃO E INTOLERÂNCIA (ENTRE AMBIENTES, MEIOS E CIRCULAÇÕES). 1ed. v. 1. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020b. Disponível em: <https://www.midiaticom.org/files/midiatizacao-polorizacao-intolerancia.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MOORE, Carlos. **Negro sou, negro ficarei**. In: AIMÉ, Césaire. Discurso sobre a Negritude. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2010.

MUNANGA, K.. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Rio de Janeiro, Revista Afrodiaspora, Ipeafro, ano 3, n. 6 e 7, 1985. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/publicacoes-do-ipeafro/afrodiaspora-vol-6-e-7/>. Acesso em: 20 maio 2024.

NIEBORG, David; DIJCK, José; POELL, Thomas. **Plataformização**. Revista Fronteiras - estudos midiáticos: São Leopoldo, vl. 22. p. 2-10, 2020.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RODRIGUES, Marcela Franzen. **Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 1118–1135, 2015. DOI: 10.12957/epp.2015.19431. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/19431>. Acesso em: 20 maio. 2024.

ROSA, A.; PESSOA, S. A.; LIMA, F. S. **Neutralidade tecnológica: reconhecimento facial e racismo**. VIRUS, São Carlos, n. 21, Semestre 2, dezembro, 2020. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus21/?sec=4&item=9&lang=pt>. Acesso em: 20 Mai. 2024.

ROSA, Ana Paula da. **Circulação: das múltiplas perspectivas de valor à valorização do visível**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 42, p. 21-33, 2019. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/intercom/a/tFxQ7N97bX95jh4hg8ndLSS/?format=pdf> Acesso em: 31 jul. 2023.

ROSA, Ana. **A circulação intermediária: espaço de cidadania ou mais ou do mesmo?**. In: IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, 2013, Curitiba. Anais da IX Conferência de Mídia Cidadã. Curitiba: UFPR/NCEP, 2013. v. 1. Disponível em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/04/4-A-circula%C3%A7%C3%A3o-intermedi%C3%A1tica.pdf> Acesso em 31 julho 2023.

ROSA, Ana. **Visibilidade em fluxo: os níveis de circulação e apropriação midiática das imagens**. Interin, v. 21, n. 2, p. 60-81, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5044/504454374005/html/> Acesso em 31 julho 2023.

Ruback, L., Carvalho, D. & Avila, S. (2022). **Mitigando Vieses no Aprendizado de Máquina: Uma Análise Sociotécnica**. Revista Brasileira de Sistemas de Informação, 2022.

SANCHOTENE, Carlos Renan Samuel. **A midiatização como processo de reconhecimento, legitimidade e prática social**. Revista Emancipação. v. 9, n. 2, Ponta Grossa, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4026232>. Acesso em: 20 maio 2024.

SANTAELLA, Lucía. **La evolución de los tres tipos de argumento: abducción, indicción y deducción**. Analogía Filosófica, v. 12, n. 1, 1998. Disponível em: <https://www.unav.es/gep/AN/Santaella.html> Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A Luta Organizada Contra o Racismo. In: Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.

SCHUCMAN, Lia. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2ªed. São Paulo: Veneta, 2020.

SEAVER, Nick. **Algorithms as culture: Some tactics for the ethnography of algorithmic systems**. *Big Data & Society*, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053951717738104>. Acesso em 20 maio 2024.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**. In: SILVA, Tarcízio. (Org.). Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos. 1ed.São Paulo: LiteraRUA, 2020, v. 1, p. 120-137.

SILVA, Tarcízio. **Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), UFPR, v. 12, n. 31, 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **A noção de modulação e os sistemas algorítmicos**. Dossiê, v. 3, n. 5, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/111/102>. Acesso em: 20 maio 2024.

SODRÉ, Muniz. **Uma lógica perversa de lugar**. Revista ECO-Pós, v. 21, n. 3, p. 9-16, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22524/12624 Acesso em: 31 jul. 2023.

VAN DIJCK, José, 2014. **Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology**. Surveillance & Society, v. 12, n. 2, p. 197-208. Disponível em https://www.academia.edu/26648535/Datafication_dataism_and_dataveillance_Big_Data_between_scientific_paradigm_and_ideology. Acesso em: 31 jul. 2023.

VERÓN, Eliseo. **Esquema para el analisis de la mediatización**. Diálogos, Lima, n. 48, p.9-17, 1997. Disponível em https://comycult.files.wordpress.com/2014/04/veron_esquema_para_el_analisis_de_la_mediatizacion.pdf Acesso em 31 julho 2023.

VERÓN, Eliseo. **La revolución del acceso**. In: VERÓN, Eliseo. La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2013.

VERÓN, Eliseo. **Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências**. Matrizes, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014.

VIEIRA, Bárbara Danielle. **Letramento racial: da emergência de uma formulação**. Revista Espaço Acadêmico, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60366/751375153961>. Acesso em: 20 maio 2024.

WESCHENFELDER, Aline. **O estudo de caso midiatizado estratégia metodológica em pesquisas no contexto da midiatização**. Anais do V Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização. São Leopoldo, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.